

Maria Izabel de Souza Lopes

**A RESISTÊNCIA NO REGIME MILITAR:
O DOCENTE/CIENTISTA FRENTE À POLÍTICA DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Campinas
1997

Tese apresentada como exigência parcial para
obtenção do Título de DOUTOR em
EDUCAÇÃO na Área de Concentração:
História e Filosofia da Educação, à Comissão
Julgadora da Faculdade de Educação da
Universidade Estadual de Campinas, sob a
orientação da Prof^a.Dr^a. LILI K.
KAWAMURA.

**Ao meu irmão, Antonio
Carlos, que a ciência
não pôde lhe devolver
a humanidade.**

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só se tornou possível contando com a inestimável colaboração de pessoas as quais desejo manifestar meus sinceros agradecimentos:

- À prof^a. Dalva Marim Beltrami, pelo preciso tempo dispendido, incondicionalmente, em discussões, leituras sobre os textos preliminares além do estímulo sempre presente quando o desânimo me rondava.
- Às professoras Carolina Bori, Maria do Carmo Guedes e Maria Nilde Mascellani que me ajudaram a desatar nós com suas informações precisas.
- À Odete Fontanini e ao Sandro Fontanini, colegas e amigos inseparáveis, que durante todo o percurso deste trabalho jamais recusaram sua presença e toleraram horas a fio as minhas exposições em nossos permanentes encontros nos sábados à noite.
- Aos mestrandos e doutorandos do TTEduc que participaram das discussões iniciais deste projeto e apresentaram importantes sugestões.

Agradeço, de modo especial, à minha orientadora, prof^a. Lili K. Kawamura pelo crédito em mim depositado e pelo tempo dedicado à orientação que foi realizada com o rigor necessário mas com atenção carinhosa e humana, principalmente nos últimos momentos de conclusão deste trabalho.

Outras pessoas compartilharam deste meu percurso. Umas mais outras menos mas todas foram imprescindíveis. Como seria injusto que por distração ou esquecimento fossem omitidos nomes, deixo aqui registrado meu reconhecimento e agradecimentos.

Devo ainda agradecer aos colegas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá que colaboraram para que eu pudesse

ser contemplada pelo PICD/CAPES desta Instituição e realizar o presente trabalho.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi compreender o caráter da resistência na universidade brasileira, através dos docentes/cientistas, organizados sob a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC e Associações Docentes, frente à política de ciência e tecnologia do regime militar. O estudo abarca o período de de 64 a 84 e tem como objeto de estudo uma população geograficamente difusa e institucionalmente localizada. Foram utilizados documentos elaborados pelas entidades, pelo governo, sobre publicações em jornais, revistas, boletins; livros publicados na época. Chegou-se à conclusão de que a resistência manifestou-se como desobediência civil cuja meta visava a constituição de novos direitos civis e sociais a serem exercidos na deliberação sobre novas políticas de ciência e tecnologia e sobre os rumos da universidade.

SUMÁRIO

Introdução	1
1. O problema	5
2. Fundamentos teóricos e metodológicos	13
3. Os capítulos	30
Capítulo I - Sobre os motivos da resistência	34
Capítulo II - Um arquétipo de docente/cientista	61
2.1 - A política educacional e o docente/cientista	72
2.2 - A política científica e tecnológica e o docente/cientista	80
2.3 - A política de pós-graduação e o docente/cientista	96
Capítulo III - A universidade: o docente/cientista “cassado”	103
3.1 - O docente/cientista como agente do desenvolvimento nacional	105
3.2 - O docente/cientista como agente da emancipação nacional ...	110
3.3 - De agentes de intervenção a sujeitos “assados”	116
Capítulo IV - A SBPC: o docente/cientista contestador	131
4.1 - O docente/cientista com seus interlocutores	135
4.2 - O docente/cientista no encontro censurado	147
4.3 - O docente/cientista de volta às origens	164
Capítulo V - Associações Docentes: o docente/cientista desobediente	173
5.1 - Primeiro encontro. Ponto de Partida	177
5.2 - Antes colegas. Depois, companheiros!	198
5.3 - Parar é preciso. Chamando a atenção da sociedade.	204
5.4 - Controvérsias na comunidade de docentes/cientistas	210
Considerações Finais	216
Bibliografia	226
Anexos	

RELAÇÃO DOS ANEXOS

Anexo I	- Relação de Siglas
Anexo II	- Dados Econômicos - 1970/1985
Anexo III	- Expansão dos Cursos de Pós-Graduação no Brasil de 1964 a 1984
Anexo IV	- Composição do CCT - Conselho Científico e Tecnológico
Anexo V	- Capa da Revista CIÊNCIA E CULTURA (nº 10)
Anexo VI	- Capa da Revista CIÊNCIA E CULTURA (nº 8)
Anexo VII	- SBPC: Dados sobre as Reuniões Anuais (1949/1984)
Anexo VIII	- SBPC: Diretorias (1948/1985)
Anexo IX	- Reformulação dos Estatutos da SBPC
Anexo X	- Declaração dos Professores da USP, UNICAMP E UNESP
Anexo XI	- Carta do 1º Encontro Nacional de Associações de Docentes Universitários
Anexo XII	- Capa do 1º Boletim da ANDES: criação da entidade nacional
Anexo XIII	- Diretorias da ANDES (1981/1986)
Anexo XIV	- Encontros do Movimento Docente (1979/1984)

INTRODUÇÃO

A importância e o papel da universidade no Brasil têm sido objetos de estudo de diferentes momentos da história da educação brasileira. Tanto em sua origem, como guardião do pensamento erudito, como mais hodiernamente, como difusora do pensamento científico, foi sempre explícita na formação de quadros dirigentes tanto para o setor político como para o setor produtivo no País¹. A Reforma Universitária no Brasil, nos anos 60/70, rompeu com o perfil predominantemente erudito da educação superior e deu lugar ao pensamento e à prática científica na vida

¹. Esta questão já se encontra amplamente debatida na historiografia da História da Educação Brasileira. Sem pretender esgotar as fontes, podem ser citadas as seguintes obras consideradas clássicas: AMOROSO LIMA, A. **O Espírito Universitário**; AZEVEDO, F. **As Universidades no Mundo de Amanhã**; COUTINHO, A. **Universidade, Instituição Crítica**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; BARROS, R.S.M. **A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade**. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1959; CUNHA, L.A. **A Universidade Temporã**, 2ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980/1986; CUNHA, L.A. **A Universidade Crítica: o ensino Superior na República Populista**. São Paulo: Tese de Doutorado PUCSP, 1980; CUNHA, L.A. **A Universidade Reformanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988; FERNANDES, F. **Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975; GIANNOTTI, J.A. **A Universidade em ritmo de barbárie**. São Paulo: Brasiliense, 1986; RIBEIRO, D. **A Universidade Necessária**, 4ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969/1982; TRAGTENBERG, M. **A Delinquência Acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder**; VIEIRA PINTO, A. **A Questão da Universidade**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

universitária. A mesma reforma definiu a indissociabilidade entre o ensino e pesquisa² como característica definidora de uma universidade. Assim, a necessidade de institucionalizar, de forma planejada, uma produção científica no Brasil era uma das condições para o adequado desempenho do modelo econômico em desenvolvimento no País. A reforma da universidade, nesse sentido, caminhou integrada à uma política de ciência e tecnologia explicitada a partir, principalmente, de 1971.

A relação ensino-pesquisa, colocada como atividade indissociável, implicou em implementar um programa de qualificação de docentes universitários de modo a serem preparados para a nova e cara função, além do ensino: produzir ciência e tecnologia³. Uma política de pós-graduação foi implantada e passou a ser desenvolvida, quase exclusivamente, pelas universidades. A qualificação profissional docente fundada na produção científica provoca hoje algumas discussões. Uma delas põe em questão a competência da produção científica estar afeita, de forma exclusiva, aos programas de pós-graduação. Estudos vêm sendo desenvolvidos quanto à qualidade das pesquisas científicas e tecnológicas realizadas nas universidades e principalmente nos programas de pós-graduação⁴. No

². Esta relação já estava posta desde a criação da USP em 1934. Aliás, de acordo com o pensamento de Julio de Mesquita Filho, o propósito da criação da Universidade de São Paulo foi mais um esforço de incorporar uma comunidade científica e acadêmica do que propriamente os educadores. (Schwartzman, 1979, 201)

³. O Decreto-Lei nº 53, de 18/11/66, referente à organização das universidades federais, já previa uma distinção entre "ensino e pesquisa básicos" e "formação profissional e pesquisa aplicada". Por serem distintas relizar-se-iam em unidades distintas. Ver, também, Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

⁴. Ler WARDE, M. - *O papel da pesquisa na pós-graduação em educação*. **CADERNOS DE PESQUISA**, n. 73, p.67-75, 1990.

entanto, até o momento, a atividade de pesquisa é atribuída aos docentes titulados, como atividade de sua competência e autoridade. Nesse sentido formou-se, no Brasil, o que se convencionou chamar de "comunidade científica". Embora nem todos os docentes tornem-se pesquisadores, é esta a situação almejada por aqueles que, ao menos na sua maioria, exercem atividades acadêmicas. Ser reconhecido como pesquisador, além de professor universitário, é uma condição para ser aceito por seus pares e integrar uma comunidade. A inserção nessa comunidade advinda mais pelos títulos do que pela cátedra, "democratizou" os postulantes a pesquisador. Se houve essa "mudança" na caracterização do docente na universidade, não ficou por menos toda uma discussão que se travou e trava em torno de seu vínculo social e na forma de sua inserção no mercado de trabalho.

A reforma universitária de 68 também provocou a expansão das instituições de ensino superior e das universidades o que gerou uma correspondente demanda e expansão do quadro docente após algum tempo. Paralelamente, por conta da política econômica em andamento, ocorreu uma significativa mudança de regras no mundo do trabalho para atender aos interesses do capital. Assim, embora o controle sobre os contratos legais de trabalho tivesse sido ampliado permitiu-se muita flexibilização para a contratação de trabalhadores para o serviço público de forma que não fossem enquadrados nem como servidores públicos nem como trabalhadores celetistas⁵. Dessa situação os docentes não passaram ilesos.

⁵. Situação bastante recorrente no setor público e que permaneceu até a promulgação da Constituição de 88.

Os trabalhadores em geral, e os docentes em particular, partícipes de uma expansão das formas assalariadas de trabalho, sob forte arrocho salarial e intensa pressão e censura política, acabaram por se tornar protagonistas dos movimentos políticos e sociais que voltaram a se manifestar no país, em meados dos anos 70.

Assim, no conjunto das transformações pelas quais atravessou o País, nas décadas de 50 e 60, a universidade não passou incólume. Assistia-se a duros embates entre os interesses de perpetuação do setor agrário aliado à elite dirigente e produtiva industrialista e ambos, se opondo aos segmentos sociais que cresciam fruto da contradição do modelo capitalista implementado no país. O modelo de universidade necessária - emprestando o termo de Darcy Ribeiro - à realidade brasileira tinha muitas leituras. Embora concordassem quanto à importância de produzir e difundir o pensamento e a prática da ciência de forma autônoma como condição para colocar o país em sintonia com o resto do mundo, havia divergências entre as partes. O Regime Militar mediu com sua reconhecida truculência. Usou das auto-atribuições dos Atos Institucionais formou comissões de estudos, promulgou decreto-leis, decretos, firmou convênios com instituições estrangeiras e impôs uma reforma universitária. Esta, ironicamente, contemplou parte das reivindicações feitas por estudantes e docentes. Mas ao estabelecer as "condições" em que se realizaria a autonomia universitária, a liberdade de cátedra e o sistema hierárquico de definições de políticas educacionais e científicas na universidade, criou um divisor de águas. Os docentes discordantes, cujas posições críticas frente à nova ordem tanto por ameaçarem a consolidação do novo "status quo" universitário quanto por tornarem-se desafetos políticos dos aliados do poder, teriam que ser

expulsos. Essa expulsão tomou a forma de aposentadorias precoces ou impedimento de contratações definitivas de docentes que já trabalhavam nas universidades em regime precário. Para tanto não faltou a colaboração zelosa de nobres pares no interior das universidades. A partir desse momento, a batalha, velada ou não, travada na universidade por e/ou entre docentes desencadeou uma longa e diferenciada trajetória. Por isso, este trabalho busca tratar da **resistência** na universidade, através do segmento docente. Este, por força de sua atividade acadêmica, principalmente pela definição posta na reforma universitária de 1968, será identificado, neste trabalho, como docente/cientista. Isto porque do ponto de vista descritivo, a docência e a pesquisa são realizadas segundo critérios distintos, muitas vezes determinados por instituições ou instâncias fora das universidades. Visto que estas foram alvo de censura cerrada, as manifestações resistentes se expressaram mais fortemente fora da instituição, embora tivessem sido forjadas em ambientes inerentes às atividades acadêmicas: associação científica e associação corporativa.

1. O Problema

Este trabalho teve por objetivo estudar a resistência dos docentes/cientistas das universidades brasileiras em fins da década de 70. A razão não foi aleatória. Dada a conjuntura política e econômica da época, acredito ter sido o momento em que houve uma oportunidade histórica na universidade, a partir de uma atuação inovadora dos docentes, de estabelecer uma relação mais orgânica com setores subalternizados da sociedade

brasileira na solução de seus problemas, que eram, em última instância, problemas sociais do país.

Centralizar essa questão - a resistência - veio à tona quando, em meio às lutas que vinham sendo travadas no processo de redemocratização do País, observou-se que o que estava em causa, para os docentes/cientistas, eram as mudanças nas relações de trabalho, a liberdade e autonomia da produção e a difusão e a apropriação do saber que a política de ciência e tecnologia do regime militar condicionava. Questionava-se sobre o sentido do saber produzido e mesmo sobre o que pensar, para que e para quem. Ao mesmo tempo, iniciava-se um processo que estava levando esse segmento a perceber que suas atividades estavam sendo determinadas cada vez mais pelo mercado.

Sobre as relações de trabalho observava-se uma intensificação no processo de assalariamento dos docentes que, diante do quadro das relações sociais e econômicas em desenvolvimento, forjou uma condição nova de inserção social desse segmento. Aparece, pela primeira vez a expressão "trabalhadores da educação" e às vezes, "trabalhadores da ciência".

Sobre o sentido da ciência produzida verificava-se um desdobramento: de um lado, as políticas de ciência e tecnologia e a produção da pesquisa básica e aplicada, estavam sendo, ainda que não tão abertamente, bastante pressionadas pelo pragmatismo conjuntural do governo e pela defesa da neutralidade científica com vistas a acelerar as adaptações tecnológicas na economia. De outro, surgiam nos meios acadêmicos, principalmente nas áreas de humanidades e mesmo em alguns setores das áreas de saúde, linhas

de investigação, métodos e tecnologias voltadas para apoiar as demandas originadas dos movimentos populares que estavam se desenvolvendo no país.

Ao mesmo tempo que a "comunidade científica" organizada ressentia-se do fato de ser sistematicamente alijada dos planejamentos sobre políticas de ciência e tecnologia em debate no País com os setores governamentais, militares e produtivos, notava-se uma aproximação entre uma parcela do segmento docente e os movimentos populares na realização de pesquisas, nas assessorias a tais movimentos ou, mesmo na inclusão de lideranças dos movimentos populares organizados em eventos que eram de exclusividade da academia⁶, na universidade e fora dela. O saber popular foi posto em evidência e muito se debateu sobre isso. Os que até então eram tratados apenas como objetos de pesquisa passaram a ser reconhecidos como sujeitos pensantes.

Essa prática, embora tivesse ganho ruidosa ofensiva não chegou a ser dominante. Oposições não demoraram a se manifestar e eventos científicos que apresentaram essas características foram ostensiva ou veladamente taxados de subversivos e desordeiros pelos setores conservadores da sociedade e inclusive por grupos de dentro da comunidade acadêmica. Alegavam que tais estímulos provocavam "tumultos" e com isso provocava-se o desvio dos "verdadeiros" objetivos das universidades, das entidades científicas e seus eventos. Essas críticas e mais a distensão política que

⁶. O Iº CBE e as reuniões anuais da SBPC dos anos 77, 78, 79, 80 e 81, demonstraram essa aproximação. No caso da SBPC, os eventos desses anos (reuniões anuais) reuniram mais do que amigos da ciência. Era a ciência fazendo política explícita.

pregou "cada coisa em seu lugar" provocou o recuo para a predominância das práticas tradicionais e convencionais da vida acadêmica, nos anos 80, principalmente após 82, canalizando a ação política para outros domínios.

As discordâncias internas dentre os docentes/cientistas permitiram que o regime rejeitasse sistematicamente reconhecer as representações dos organismos da sociedade civil, principalmente os de representação popular que não lhe eram favoráveis. Procurou mesmo desqualificá-los quando eram organismos populares de oposição ao regime ou esvaziá-los, quando se tratava de instituições ou organismos científicos ou acadêmicos. Entretanto, reconhecia as qualidades e competências intelectuais daqueles que convidava para participar de projetos oficiais: precisavam desses. Era a política de cooptação. Não lhes permitia a participação representativa porque os convites eram pessoais. Apostava-se na vaidade pessoal, na aliança ideológica e no necessário reconhecimento social e intelectual dos pares que a vida científica exige e prestigia independentemente de divergências.

O período mais destacado sobre o qual recai este estudo é marcado pela então chamada "distensão e transição democrática" dos governos do Presidente-General Ernesto Geisel e do Presidente-General João Baptista Figueiredo. Por que neste momento? A partir da hipótese anteriormente colocada sobre a oportunidade histórica dos docentes/cientistas contribuírem para a construção de uma nova racionalidade na universidade e nesse sentido, estabelecer novas bases para a relação com a sociedade, observamos que este momento se caracterizou como um período de transição política mas não necessariamente de transição econômica, acirrando contradições; que as instituições educacionais procuraram eliminar seus mecanismos

censores e seus profissionais buscaram ampliar as bases de organização sindical buscando fortalecer a sociedade civil; que a comunidade acadêmica reivindicou, com renovada ênfase, a importância de fazer pesquisa, produzir ciência e tecnologia tendo como uma das razões a necessidade de alcançar a autonomia tecnológica; que o setor produtivo industrial se manifestava exigindo nova política de ciência e tecnologia para a renovação do parque industrial e reiniciaram o debate sobre a relação Tecnologia e Setor Produtivo levando a estabelecer vínculos mais estreitos entre a Universidade e a Empresa; que profundas mudanças já estavam em curso no mundo face ao impulso neo-liberal e avanço tecnológico.

Na perspectiva política, do período onde o estudo está situado, segundo Figueiredo e Cheibub⁷, duas estratégias foram confrontadas para que a esperada "abertura democrática" ocorresse: a primeira, governamental, que marcou a era Geisel, tinha como estratégia uma descompressão lenta e gradual, a segunda, vinha dos setores mais diferenciados da sociedade civil - dos empresários, dos sindicatos de trabalhadores, dos movimentos sociais em geral, dos intelectuais, dos artistas - exigia a convocação imediata de uma Assembléia Constituinte, ainda que todos esses segmentos não tivessem a mesma sintonia ideológica.

Na perspectiva econômica, o modelo gestado nesse regime provocou o crescimento de um novo proletariado e foi inevitável o ressurgimento do

⁷. FIGUEIREDO, M.F.; CHEIBUB, J.A.B. *A abertura política de 1973 a 1981: quem disse o que e quando - inventário de um debate*. O QUE SE DEVE LER EM CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL. **BIB**. São Paulo: Cortez/ANPOCS, v.2, pp.243-85, 1986-1987.

movimento sindical sob novas óticas, que ficou conhecido como Novo Sindicalismo. Deu origem e ampliou um novo estrato médio, aliás necessário ao modelo econômico que precisava gerar um contingente consumidor.

Entendemos que devam ser os mecanismos de resistência mais do que os projetos políticos do Regime Militar que precisam ser analisados para entender a complexa organicidade intelectual dos docentes/cientistas no período estudado. Mesmo porque aceito a idéia de que a transição do regime militar para o regime civil significou muito mais uma reorganização da sociedade política⁸ do que o fortalecimento real político da sociedade civil embora não se possa discordar do fato de que tenha havido uma ampliação, participação e melhor organização das instituições representativas, associativas e corporativas.

Nesse sentido a sociedade civil tornou-se complexa e diversificada tanto entre seus organismos como no interior de cada um deles. A escolha por analisar a resistência dos docentes/cientistas pela SBPC e pelo Movimento Docente, se deu porque se constituíram em espaços privilegiados de conflitos e intensas lutas ideológicas travadas inter e intra-muros frente à ordem estabelecida. Os conflitos permitiriam revelar os limites da mediação intelectual que se estaria construindo. Poder-se-ia até indagar sobre qual papel estaria reservado à universidade na construção de uma nova ordem social pós-regime militar.

⁸. Conf. LOPES, M.I.S. **A Dimensão Privada da Universidade Pública**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUCSP, 1990.

Na história sobre os regimes autoritários no Brasil, não é novidade a perseguição que se fez e faz a intelectuais. Tampouco as tentativas, quase sempre bem sucedidas, de cooptá-los ou de forçá-los ao ostracismo. O Regime Vargas já havia aprimorado essa estratégia⁹.

Na luta pela escola pública e gratuita, durante os anos 50/60¹⁰, muitos docentes/cientistas, aliados aos movimentos sociais, representavam uma instituição - a universidade - ainda nova em ações dessa natureza. Eram intelectuais reconhecidos, respeitáveis formadores de opinião que influenciavam operários, estudantes e significativa parcela dos estratos médios¹¹. Ao Regime Militar era preciso não permitir que mantivessem tal influência. A queda de braço com os docentes/cientistas era fundamental. Não bastava calá-los. Era necessário minar suas forças, sua energia combativa e sua credibilidade perante as pessoas e o País. Foi preciso

⁹. Segundo Miceli: *durante o regime Vargas a cooptação de intelectuais chegou à proporções consideráveis. Cultura tornou-se um "negócio oficial", com orçamento próprio, criando uma "intelligentzia" e a intervenção de todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico.* (MICELI, Sergio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil - 1920/1945**. São Paulo: DIFEL, 1979, p.131.

¹⁰. A discussão sobre a LDB iniciou-se em 1948 e a partir do final do governo JK ela se estendeu aos órgãos educacionais, sindicais, estudantis, envolveu a imprensa e fez parte dos comícios de campanha eleitoral. Os questionamentos sobre o seu teor ocorrem até 1964 mesmo após a promulgação da Lei nº 4.024. O confronto maior deu-se entre os defensores da escola pública gratuita e laica (Projeto Mariani) e os defensores da escola privada (substituiu Lacerda). Segundo Goes: *a LDB terminou sendo uma conciliação dos Projetos Mariani e Lacerda. Assim o ensino no Brasil é direito tanto do poder público quanto da iniciativa privada. A gratuidade do ensino, conquista constitucional, fica sem explicitação.* (GOES, M. 1985, p.14) Nesse sentido, a nova LDB pouco inovou.

¹¹. Nos idos de 60 era o movimento estudantil, através de suas organizações, que promoviam amplos debates sobre a conjuntura brasileira.

colocar os mais influentes como "traidores da pátria". Funcionaram como "bodes expiatórios". Por isso foram cassados, perseguidos ou impedidos de exercerem suas atividades na universidade. Muitos saíram do país por falta de condições de trabalho ou porque corriam riscos de prisão. Pouco pôde ser feito para evitar a "fuga de cérebros" no final dos anos 60. Ao mesmo tempo, os militares não podiam prescindir dos docentes/cientistas. Precisavam deles para legitimar seu projeto. Por essa razão o governo militar empenhou-se em resgatá-los, já no início dos anos 70, mas não a todos naturalmente. Já se estava vivendo o período de terror em que todas as formas organizadas combativas foram colocadas na clandestinidade.

Mas renovadas formas organizadas e combativas de docentes/cientistas surgiram na esteira dos demais movimentos sociais, populares e sindicais nos anos finais da década de 70. A "volta ao Estado de Direito", o "movimento contra a carestia", a "liberdade de expressão" foram algumas das bandeiras levantadas nesse momento.

Por tudo isso penso ser significativo compreender por que e em que medida o docente/cientista, enquanto intelectual, colocou-se resistente frente à uma política de ciência e tecnologia nascida sob o auspício do regime militar. Penso que esse segmento, ainda sob o reflexo do reconhecimento do papel dos docentes/cientistas havido nos governos anteriores, sentiam-se minimizados como interlocutores num projeto político para a sociedade brasileira. Penso também que, fora manifestações específicas, o movimento resistente não construiu as bases científicas para a emancipação social popular, embora o debate sobre o fim da universidade, do papel do docente/cientista, da produção científica, do objetivo do ensino, enfim, do

intelectual como ator político dessas mudanças tivesse acontecido. Mas penso, principalmente, que os movimentos apostaram no pacto social e político proposto pelos segmentos dominantes. E aqui os organismos representativos de docentes/cientistas não foram omissos.

2. Fundamentos teóricos e metodológicos

Nas ciências sociais e mesmo na história o paradigma da revolução social foi predominante nos estudos realizados pela academia, durante grande parte deste século. As razões disso se devem ao confronto capitalismo X comunismo, as experiências das revoluções sociais (russa, chinesa, cubana), da existência de grupos revolucionários armados, da formação de partidos comunistas disseminados no mundo e da expansão da classe operária em cujo ombro recaiu, na perspectiva da esquerda, a responsabilidade de forjar um novo mundo. Nessa direção, fazia sentido porque eram buscadas em diferentes formas de manifestação, popular ou de massa, indícios de movimentos pré-revolucionários. Entretanto, a derrota - ao menos assim tem sido o entendimento de inúmeros estudiosos - dos projetos revolucionários, também nos países periféricos, fez com que, principalmente na academia, as ciências sociais e a história revisitassem o paradigma da revolução social e se voltassem para entender e explicar manifestações sociais sob novos enfoques¹². Conforme Hobsbawm¹³, dentre

¹². Há uma vasta bibliografia que trata dessa discussão, principalmente em trabalhos de pós-graduação durante os anos 70 e 80 no Brasil. Os temas, recorrentes, diziam respeito aos movimentos populares urbanos e operários, embora haja controvérsia sobre entender o movimento sindical operário como movimento social. Reflexões sobre teoria e história de movimentos sociais podem ser encontradas, de forma sucinta, entre

as manifestações complexas de que trata, hoje, a história social, uma delas diz respeito a movimentos sociais e fenômenos de protesto social¹⁴.

É predominante a caracterização genérica de movimentos sociais como conflito de classes ou segmentos sociais frente à ordem social capitalista. Até porque podem se apresentar com múltiplas facetas dificultam estabelecer uma definição suficiente dada as variações e complexidades apresentadas aos fenômenos sociais colocados sob a denominação de "movimentos sociais"¹⁵. Mas se sua definição é sempre discutida, pela abrangência ou pelos recortes, há que se reconhecer que a existência e a reprodução de fenômenos sociais, põem em evidência a fragilidade das

outras, em: DE DECCA, Edgar Salvadori. *Rebeldia e revolução na história social*. In: BRESCIANI, Maria Stella et al. (org.), **Jogos da política: imagens, representações e práticas**. São Paulo, Marco Zero, 1992, p.13-29; CARDOSO, Ruth. *A trajetória dos movimentos sociais*. In: DAGNINO, (org.) **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994, p.81-90; MARSON, Adalberto. *Lugar e dentidade na historiografia de movimentos sociais* In: BRESCIANI, Maria Stella et al. (org.), **Jogos da política: imagens, representações e práticas**. São Paulo, Marco Zero, 1992, p.31-49; RODRIGUES, Arlete Moyses. **Movimentos sociais**. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1993. Primeira Versão, n.52. GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**. A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995. Sem omitir o clássico: HOBBSBAWM, Eric. *De la história social a la história de la sociedad*. ECO. Bogotá, n.24, out.1981, p.583-614.

¹³. Op.cit., 1981.

¹⁴. Hobsbawn afirma que a maioria dos trabalhos em história social estão reunidos seis complexos de problemas que são: demografia e relações de parentesco; estudos urbanos; classes e grupos sociais; história das mentalidades; transformação das sociedades (modernização ou industrialização) e movimentos sociais e fenômenos de protesto social. (HOBBSBAWN, op.cit., 1981, p.600)

¹⁵. Ver MARSON, Adalberto. *Lugar e dentidade na historiografia de movimentos sociais* In: BRESCIANI, Maria Stella et al. (org.), **Jogos da política: imagens, representações e práticas**. São Paulo, Marco Zero, 1992, p.31-49.

mediações institucionais existentes frente aos interlocutores¹⁶. O interlocutor, privilegiado, é o Estado e é o que dá unidade às manifestações porque o Estado frente a essas ações é, ao mesmo tempo, provedor e inimigo¹⁷. Sendo, então, o Estado o interlocutor privilegiado é no âmbito da sociedade civil que as manifestações sociais vão aparecer e nele irão desenvolver os embates, que serão, assim, predominantemente políticos. Neste caso as manifestações sociais também podem parecer como "protestos", "contestação", "resistência"...

Mesmo entendendo que os estudos sobre as diferentes formas de manifestações sociais sejam relevantes não é minha intenção rever as teorias que tratam delas mas apoiar-me em algumas reflexões que permitam abordar o objeto deste trabalho. Nesse sentido, parece-me sedutora a idéia de resistência, como forma de enfrentamento ao Estado, do modo como a define e explica Bobbio¹⁸. Embora não pretenda trabalhar com um conceito *a*

¹⁶ Segundo Rodrigues: *Os movimentos sociais realizam um processo de dessacralização do espaço político - parlamentos, partidos -, de enfraquecimento do papel das "intelligentzia" - conjunto de pessoas instruídas que servem como mediadoras entre as categorias excluídas do sistema político e estes. Explicitam-se não ao nível de uma comunidade política (partidos, parlamento) mas dos próprios problemas sociais, que aliás não penetra na universidade a não ser como um problema de categoria do pensamento.* (RODRIGUES, *Os movimentos sociais urbanos: reivindicações fracionadas e construção de novos paradigmas*. In: _____.op.cit.,1993, p.3.

¹⁷ Segundo Rodrigues, *a unidade dos movimentos sociais pode também ser expressa pelo fato de ser o Estado o interlocutor privilegiado. Estado que é ao mesmo tempo provedor e inimigo. Provedor porque será através de suas instâncias que se pode obter o atendimento das necessidades materiais - casa, luz, água e transformação das idéias - novos direitos, legislação e fiscalização. É o Estado que regulamenta as formas de apropriação do uso do solo, da riqueza, as relações de trabalho - desde os salários até as organizações sindicais e sua relação com o patronato.* (RODRIGUES, *Os movimentos sociais urbanos: reivindicações fracionadas e construção de novos paradigmas*. In: _____.op.cit.,1993, p.6.

¹⁸ BOBBIO, Norberto. *A resistência à opressão, hoje*. In: BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p.143-159.

priori de "resistência", as reflexões de Bobbio permitem construir uma trilha. E para ele, a resistência revela-se operante, no mundo atual, através da "desobediência civil".

Inicialmente, a desobediência civil está assentada sobre atos que expressam uma não obediência realizada de forma pensada e organizada por pessoas e grupos sociais frente a um certo ordenamento jurídico mantido, controlado e regulado pelo Estado. Mas esses atos não se propõem a uma rejeição destruidora pura e simples da ordem, ao contrário, propõem um novo ordenamento sob novas perspectivas legitimadoras¹⁹. Bobbio assimila a idéia posta pela filosofia política do *direito à resistência*. Assim, a desobediência civil como direito à resistência distingue-se por duas relevantes características: ação de grupo e não-violência²⁰. Nesse sentido ela se opõe aos seus dois extremos: resistência individual não-violenta e resistência violenta de grupo²¹.

¹⁹. Segundo Bobbio, *desobediência civil é um ato que tem em mira, em última instância, mudar o ordenamento, sendo, no final das contas, mais um ato inovador do que destruidor. Chama-se "civil" precisamente porque quem a pratica acha que não comete um ato de transgressão do próprio dever de cidadão, julgando, bem ao contrário, que está se comportando como bom cidadão naquela circunstância particular que pende mais para a desobediência do que para a obediência.* (BOBBIO, Norberto. *Desobediência Civil*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco.. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1986, p.335)

²⁰. A ação de grupo diz respeito à desobediência realizada *por um grupo cujos membros dividem os mesmos ideais*. (...). A não violência é realizada *como o "sit-in" e toda a forma de greve, de uma maneira geral (falamos tanto de greve ilegal quanto da greve lícita, havendo sempre formas de greves consideradas ilícitas)*. (BOBBIO, op.cit. 1986, p.336)

²¹. Segundo Bobbio, desse modo a *desobediência civil tem o caráter de fenômeno de grupo da resistência coletiva, pelo menos em certos casos de massa e, ao mesmo tempo, tem o caráter predominante da não-violência próprio da resistência individual*. (BOBBIO, op.cit.1986, p.337)

Mas Bobbio aponta para uma nova característica da desobediência civil nos tempos atuais. Aqui ela se apresenta menos com características jurídicas (éticas) e mais com características políticas²². Aqui o principal objetivo da desobediência civil é usar de meios considerados legítimos, embora muitas vezes tornados ilegais, para fazer o adversário realizar o projeto do oponente²³

Ora, como os docentes/cientistas aparecem e tornam-se sujeitos de manifestações sociais? Creio que eles não se caracterizam como parte de segmentos populares ou pertençam a uma das classes fundamentais da sociedade capitalista, embora deles se aproximem. São parte de uma "intelligentsia" e nessa condição dialogam, e o fazem, principalmente, com o Estado. Mas para realizarem suas atividades profissionais e ocupacionais, o fazem mediante uma relação de trabalho caracterizada como assalariada. Assim, as categorias de análise "intelectual" e "trabalho assalariado" vão permear todo o trabalho. Na condição de intelectuais e de assalariados é que os docentes/cientistas vão lutar contra o Estado mas numa questão em particular: manifestar seus desacordos e reivindicações frente à política de ciência e tecnologia porque foi esta que os delineou.

²². BOBBIO. op.cit. 1992, p.154.

²³. (...) *essas várias técnicas têm em comum a sua finalidade principal, que é mais de paralisar, neutralizar, pôr em dificuldades o adversário do que esmagá-lo ou destruí-lo; que é mais a de tornar difícil ou mesmo impossível a obtenção de finalidade visada pelo outro do que buscar diretamente a finalidade de substituí-lo. Não ofendê-lo, mas torná-lo inofensivo. Não contrapor ao poder um outro poder, um contrapoder, mas tornar o poder impotente.* (BOBBIO. op.cit. 1992, p.157)

Nesta investigação, o docente/cientista é aquele que está geograficamente disperso no território brasileiro mas institucionalmente localizado na universidade. Suas manifestações diante da política de ciência e tecnologia do regime militar serão analisadas por fora, através de seus organismos, no caso, a SBPC e as Associações Docentes.

Põem-se de forma mais geral que o docente/cientista aparece como intelectual na divisão do trabalho entre intelectual e manual. Cabe a ele a função pensante para um fim (econômico, político ou cultural) na medida que desautoriza outros de função semelhante, cabendo-lhes preponderantemente o exercício da outra parte da divisão. Mas a atividade intelectual advinda da divisão do trabalho entre manual e intelectual vem sofrendo contínuas mudanças frente à complexidade do mundo do trabalho industrialista. Embora Gramsci afirme, em seus estudos, que a relação do trabalho intelectual no mundo da produção não seja imediata mas sim "mediatizada"²⁴, o que se deve considerar é que a separação imediato e mediato torna-se cada vez mais tênue na atividade intelectual.

O intelectual, nessa condição, não só produz conhecimento como também exerce funções técnicas, burocráticas, donde não só é conhecido e reconhecido pelo conhecimento que produz mas também pelo poder que exerce sobre o conhecimento produzido. O que importa não é o fato em si de exercitar o intelecto em seu trabalho mas das relações sociais que

²⁴. Gramsci afirma que: *A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como nos grupos sociais fundamentais, mas é "mediatizada", em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os "funcionários"*. (GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.10)

possibilitem que a atividade intelectual seja realizada²⁵. Trata-se de refletir como se produz (exploração) e como o produzido está relacionado com a quem se destina o produto (apropriação e dominação). Nesse sentido entende-se que todo aquele que exerce uma atividade intelectual é, por razões sociais um intelectual orgânico. Por isso que numa sociedade em que se realiza e mantém um pensamento dominante, o intelectual que, com seu trabalho, ajuda na sustentação da hegemonia desse pensamento é chamado de intelectual orgânico da classe dominante que detém tal pensamento e os instrumentos para produzi-lo e difundi-lo²⁶.

Mas a busca da superação da hegemonia burguesa é projeto que visa emancipar as camadas subalternizadas da sociedade seja dentro do espaço do mundo burgues seja na construção de uma nova ordem social. Nesse sentido, a atividade intelectual deverá ter outra organicidade²⁷. É desse modo

²⁵. É conhecida a ressalva de Gramsci de que: *o erro metodológico mais difundido, ao que parece, consiste em se ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais.* (GRAMSCI, op.cit., 1979, p.6-7)

²⁶. Segundo Gramsci: *os empresários - se não todos, pelo menos uma elite deles - devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os "prepostos" (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica.* (GRAMSCI, op.cit., 1979, p.4)

²⁷. Também, de acordo com Gramsci: *a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simplórios se verificasse a mesma unidade que deve existir entre a teoria e a prática, isto é, se os intelectuais fossem, organicamente, os intelectuais daquela massa, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua*

que se torna possível e real determinadas situações conflitivas onde se deparam intelectuais com organicidades antagônicas disputando hegemonias. Um dos espaços privilegiados dessa situação é a universidade e a expressão dessas hegemonias foi manifestada de forma organizada e institucionalmente. Nesse sentido a universidade é materializada por crise latente e permanente e em alguns momentos a crise torna-se mais evidente. E, ao confronto em que a luta hegemônica perturba o espaço político e põe em evidência a ordem econômica, gerando crises, estamos diante de uma manifestação de resistência, e esta anuncia, muitas vezes, algo novo emergindo.

Como foi dito, observa-se que o caráter mediativo da atividade intelectual vem perdendo terreno e essa atividade vem se aproximando rapidamente da forma imediata de produção. O docente/cientista, instado a produzir uma ciência instrumental necessária à criação de tecnologias, portanto, prestigiado nesse sentido, é forçado a "isolar" o filósofo, aquele que pensa a ciência. O cientista sem a filosofia torna-se funcionário da ciência. Essa é uma situação em que se observa, com mais evidência, a partir da dependência das condições para produzir ciência: a política científica e tecnológica determinada por um Estado militar autoritário e associado aos interesses privados de uma economia de mercado²⁸.

tividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social. (GRAMSCI, op.cit., 1979, p.18)

²⁸. Avaliando a questão da Itália no período de ascensão do fascismo, Gramsci afirmou: *dado que a atividade científica é, na Itália, estreitamente ligada ao orçamento do Estado, que não é dos maiores, à atrofia de um desenvolvimento do "pensamento" científico, da teoria, não pode ocorrer como compensação nem sequer um desenvolvimento da "técnica" instrumental e experimental, que requer facilidade de meios e de dotações. Esta desagregação da unidade científica, do pensamento geral, é*

A atividade intelectual há muito deixou de ser uma prática diletante e está cada vez mais próxima de se tornar uma atividade produtiva no sentido capitalista de produção por permitir a produção de valor. A forma assalariada de seu trabalho é sua característica primeira.

O trabalho assalariado é a expressão econômica da relação conflituosa da relação produtiva e nesse sentido o trabalho intelectual, e assim o trabalho do cientista, parece passar a ser gradativamente um trabalho produtivo, expropriado e alienado no sentido capitalista²⁹. A nova estrutura produtiva que está sendo introduzida no Brasil, exige trabalho intelectual no trabalho assalariado, nessa condição, o trabalho do cientistas ganha certa proteção e "status"³⁰.

A sociedade baseada na forma assalariada de trabalho está sendo entendida como aquela sociedade organizada através de associações ou sindicatos que defende a condição de assalariamento de seus membros.

sentida: buscou-se remediá-la pela elaboração, também neste campo, de um "nacionalismo" científico, isto é, defendendo a tese da "nacionalidade" da ciência. (GRAMSCI, op.cit., 1979, p.57)

²⁹. Segundo Marx: *a burguesia despojou de sua auréola todas as ocupações até então consideradas honradas e encaradas com reverencioso respeito. Converteu o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciências em seus trabalhadores assalariados.* MARX, Karl e ENGELS, Friedrich **Cartas filosóficas e outros escritos.** São Paulo, Grijalbo, 1977, p.87

³⁰. Ainda segundo Gramsci: *A formação em massa standardizou os indivíduos, na qualificação intelectual e na psicologia, determinando os mesmos fenômenos que ocorrem em todas as outras massas standardizadas: concorrência (que coloca a necessidade da organização profissional de defesa), desemprego, superprodução escolar, emigração, etc.* (GRAMSCI, op.cit., 1979, p.12)

Significa também adquirir certo reconhecimento e proteção originada no conflito Capital X Trabalho, sob a forma de normas e leis de proteção ao trabalhador. Esse é o estatuto conquistado no mundo capitalista pela sociedade assalariada³¹. Foi nesse mundo que o docente/cientista parece ter entrado. Um mundo no qual prevalece a desigualdade, a injustiça social e no qual as pessoas são comparáveis, substituíveis e excluídas. É, portanto, uma sociedade diferenciada, não pacificada. Nela há conflito, concorrência, perdas, fazendo surgir lutas por reivindicação, manutenção e defesa de conquistas.

Barros³² mostra que o docente/cientista entra em contradição na sua relação de trabalho porque surgido para compor o intelectual orgânico da burguesia e colaborando decisivamente para o avanço científico e tecnológico, é transformado em trabalhador assalariado e nessa posição ameaça os interesses hegemônicos das classes dominantes, pois, na condição de explorado e expropriado forja uma nova consciência de classe.

³¹. Segundo Castel: *A sociedade salarial foi a formação social que se impôs progressivamente nos anos de crescimento e cujo ponto culminante pode ser localizado em meado dos anos 70, antes do que chamamos "a crise". Poderíamos caracterizar a sociedade salarial como a associação entre trabalho e proteção, quer dizer, através da sociedade salarial, a condição dos trabalhadores deixou para trás essa espécie de vulnerabilidade de massa que era seu estado há muito séculos e o assalariamento tornou-se um status.* CASTEL, Robert. *Crise nas proteções sociais*. **Folha de São Paulo**: Caderno 6 - MAIS. São Paulo, 26/02/95, p.7. Entrevista.

³². (...) a percepção que um intelectual precisa ter não é a de um trabalho privilegiado, acima das estruturas sociais, mas justamente a de ser um trabalhador assalariado. Perceber claramente que os meios de produção (materiais ou intelectuais) estão nas mãos de uma classe social, que precisa assalariar outras. E justamente aqui surge uma contradição aguda: pois a outra função do intelectual numa sociedade de classes é a da manutenção da hegemonia ético-política da classe dominante. (BARROS, Jefferson. **Função dos intelectuais numa sociedade de classes**. Porto Alegre: Movimento, 1977, p.27-8. Coleção Dialética, vol.5)

Mas se essa contradição é fruto do desenvolvimento científico e tecnológico cuja colaboração foi dada pelos próprios docentes/cientistas, há ainda um lado a ser considerado. Marx apresenta uma outra faceta da era da automação. O que se vai assistir é uma mudança da base da riqueza social que deixa de estar assente na exploração da força de trabalho mecânica e assalariada. Este desaparece, deixando o "tempo de trabalho" de ser o único critério de valor do produto³³. O trabalho muda a forma de produzir valor. Há o pagamento pelo que é produzido. Em parte, o sistema de financiamento de pesquisas já é um embrião dessa forma de trabalho. Assim, na universidade, assalaria o básico que é o ensino, cuja tarefa não diferencia titulação, e permanece o contrato por horas trabalhadas. Financia projetos e pesquisas com bolsas e custeios para atividades determinadas dos docentes/cientistas ou grupos científicos.

A organização do capital foi se apropriando gradativamente dos saberes sociais, transformando-os em forças produtivas. A força produtiva está no conhecimento. Esse passa a produzir e deter valor.

Num país como o Brasil é na universidade que se concentra grande parte da massa intelectual, mas nem todos em condições de produzir e transformar um saber em valor. Dado que a nova ordem mundial coloca as coisas nesses termos é possível compreender a renovada reivindicação por "fazer pesquisa" nos movimentos docentes e nas associações científicas.

³³. MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858**. v.2, Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1989.

Afinal ciência e tecnologia hoje, processos e produtos gerados nas universidades, como é o caso brasileiro, podem produzir valor e acumular capital.

O mundo acadêmico no Brasil passa pelo significado histórico de ser, ao mesmo tempo, intelectual/cientista e docente/ assalariado numa sociedade periférica. Entender o movimento de resistência passa necessariamente pelo modo como os sujeitos de nosso trabalho (os docentes/cientistas) vão de alguma forma (re)construir seu auto-reconhecimento social e institucional (identidade e mediação).

Tratar dessa temática em um tempo que não chega ser tão passado é tarefa temerária e conhecidos os seus riscos. Muitos dos atores, identificados ou não, estão vivos e vivem, neste presente, os caminhos traçados no seu tempo. Por isso, recorremos a Bloch³⁴ para ajudar nesta empreitada.

Em primeiro lugar, há que se colocar pensamentos do passado dentro do contexto de seu tempo, de seus problemas de consciência que não são exatamente os problemas do hoje. Ou não o são da mesma forma. Viveu-se um momento político de repressão e censura explícita dura. Os homens que manifestaram suas discordâncias e sofreram embates contribuíram para construir o caminho que hoje percorremos. Mas só suas manifestações não nos ajuda a compreender o momento dessa luta. Mais: suas experiências

³⁴. BLOCH, Marc. **Introdução história**. Lisboa: Publicações Europa-América, [19-].

pouco nos esclarece se não considerarmos as situações objetivas em que ocorreram³⁵.

Segundo Bloch, outros aspectos pouco aparentes podem revelar os motores das atitudes individuais ou coletivas e eles podem ficar na sombra. Muitas vezes os aspectos objetivos são os menos aparentes³⁶.

³⁵. *Teremos nós a veleidade de compreender esses homens se os estudarmos apenas nas suas reações perante as circunstâncias peculiares a um momento? (...) Uma experiência única é sempre impotente para discriminar os seus próprios fatores; impotente, por conseguinte, para propiciar a sua própria interpretação.* (BLOCH, op.cit.,[19-] p.42)

³⁶. Segundo Engels: *Os homens fazem sua história, quaisquer que sejam os rumos desta, na medida em cada um busca seus fins próprios, com a consciência e a vontade do que fazem; e a história é, precisamente, o resultado dessas numerosas vontades projetadas em direções diferentes e de sua múltipla influência sobre o mundo exterior. Também tem importância, portanto, o que os inúmeros indivíduos desejem. A vontade move-se sob o impulso da reflexão ou da paixão. Mas as alavancas que, por sua vez, determinam a reflexão e a paixão são de natureza muito diversa. Às vezes, são objetivos exteriores; outras vezes, motivos ideais: a ambição, a "paixão pela verdade e pela justiça", o ódio pessoal e, também, manias individuais de todo gênero. Já vimos, porém, por um lado, que as muitas vontades individuais que atuam na história acarretam quase sempre resultados muito diferentes - às vezes, inclusive, opostos - aos objetivos visados, e, portanto, os fins que os impelem têm uma importância puramente secundária no que diz respeito ao resultado total. Por outro lado, deve-se indagar que forças propulsoras agem, por seu turno, por trás desses objetivos e quais as causas históricas que, na consciência dos homens, se transformam nesses objetivos. (...) Por conseguinte, se se quer investigar as forças motrizes que - consciente ou inconscientemente, e muito a miúdo inconscientemente - estão por trás desses objetivos pelos quais os homens atuam na história e que constituem as verdadeiras alavancas forças motrizes da história, é necessário não se deter tanto nos objetivos de homens isolados, por muito importantes que sejam, como naqueles que impulsionam as grandes massas, os povos em seu conjunto e, dentro de cada povo, classes inteiras; e não momentaneamente, em explosões rápidas, como fugazes fogueiras de palha, mas em ações contínuas que se traduzem em grandes transformações históricas. Pesquisar as causas determinantes que se refletem na consciência das massas que atuam e de seus chefes - os chamados grandes homens - como objetivos conscientes, de modo claro ou confuso, diretamente ou sob uma roupagem ideológica e mesmo fantástica: eis o único caminho que nos pode conduzir à descoberta das leis que regem a história em seu conjunto, tanto quanto a história dos diferentes períodos e países. Tudo que põe os homens em movimento tem*

Quais, então, os caracteres gerais de observação histórica? Segundo Bloch *da época que nos precederam só podemos falar a partir das testemunhas*. E, continua: *o conhecimento dos fatos humanos (...) tem de ser (...) um conhecimento por vestígios*³⁷. Neste caso, quem seriam as testemunhas? É Bloch quem ainda responde: *"as fontes narrativas (...), isto é, os relatos deliberadamente destinados à informação dos leitores, continuam a ser preciosíssimos ao investigador"*³⁸. Por isso, neste trabalho, utilizamos documentos e depoimentos.

Ao abordarmos os documentos foi preciso ter em conta que eles tornaram-se resultados de múltiplos interlocutores: aliados e adversários. Assim, a leitura de um documento deve ser vista a partir de uma posição consensual ou hegemônica. Jamais como somatória de vontades embora assim pareçam. Sempre que possível procurou-se descobrir os interlocutores ocultos, ainda que, o principal interlocutor, nada oculto, tenha sido o Regime Militar. Mas é ingênuo pensar que tenha sido só ele. Conflitos internos, no jogo político de forças, é que revelam o consenso ou o confronto³⁹. Muitas

necessariamente de passar por suas cabeças; mas a forma que adota dentro delas depende muito das circunstâncias. (ENGELS, Friedrich. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. In: **Obras Escolhidas III**, São Paulo, Alfa-Omega, [19-], p.198-9.

³⁷. BLOCH, op.cit., s/d, p.47

³⁸. BLOCH, op.cit., s/d, p.58

³⁹. Ianni diz que: *a história não é nem unilinear nem evolutiva; e muito menos cronológica. Fundamentalmente, a historicidade do capitalismo é dada pelo caráter essencialmente antagônico de suas categorias. Por isso é que há ocasiões em que a história parece precipitar-se, num ritmo que sobrepassa o andamento cronológico e em*

vezes, é mais significativo observar o ritmo das mudanças do que a direção da mudança mesmo porque o que estava em questão não eram só as idéias, mas a própria vida material⁴⁰.

Assim, a investigação histórica foi levada a confiar mais nas testemunhas que não pretendiam sê-lo. Porque estas ocorrem como "síntese" da ação de seus atores e não como instrumento intencional. Outras precisam ser as fontes e aqui documentos e testemunhos aparentemente estranhos aos "fatos" apresentam mais *vestígios mesmo que detenham informações falsas* ou mesmo incompletas. O mérito está no fato de que em não pretendendo transformar-se em registro para posteridade não têm compromisso com o modo como o futuro possa interpretá-los mas com o que de fato se revelam, ainda que parcialmente.

A relevância dessa questão reside no fato de que tais documentos e testemunhos podem revelar outros fatores e/ou interlocutores ou atores que estavam no jogo mas foram excluídos das falas (escritas ou verbais) por razões as mais distintas (não dar espaço, não reconhecer a importância desses atores, ignorá-los na tentativa de fazer crer que não são importantes e que não alteram a conjuntura, etc)⁴¹. Foi o caso, neste estudo, da importância

direções radicalmente novas. (IANNI, O. **Dialética e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1982, p.40)

⁴⁰. Ver MARX, Karl. **O 18 Brumário**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁴¹. *Na nossa inevitável subordinação ao passado há uma coisa, pelo menos, de que nos libertámos: condenados como sempre estamos a conhecê-lo exclusivamente pelos seus vestígios, conseguimos, todavia, saber muito mais a seu respeito do que aquilo que esse passado achou por bem dar-nos a conhecer. É, bem vistas as coisas, uma grande desforra da inteligência sobre o dado.* (BLOCH, op.cit., [19-], p.60)

da ação dos alunos de pós-graduação e do movimento estudantil para revelar contornos mais definidos nos encaminhamentos da SBPC.

Neste trabalho, muitas vezes, chegamos às fontes de forma "quase" acidental. É um dado que não podemos desconsiderar. Apesar do paradoxo, chegar a certas fontes muitas vezes é uma questão de sorte ou de se estar no lugar certo na hora certa. Uma conversa "jogada fora" num encontro descontraído revela uma pista inesperada, muitas vezes um aspecto ou ângulo da questão que não havia sido cogitado. Pode-se dizer quase acidental porque nesse momento não se estava trabalhando para obter informações mas tendo em vista a tensão permanente durante um processo de investigação permanecemos alertas a informações. Principalmente se considerarmos que um trabalho de tese é, geralmente, uma atividade solitária e qualquer interlocução é um tempo de reflexão, embora não sistematizada.

Entretanto, a maior parte das informações que foram analisadas neste trabalho foi produto de levantamento de documentos, textos, material jornalísticos que estavam à disposição. A maior parte dos jornais foi obtida no setor de pesquisa da Folha de São Paulo, ou de acervo pessoal. Documentos, jornais e outras publicações sobre as ADs e ANDES foram obtidos junto à APROPUC, ADUSP e ADUNICAMP. À exceção da APROPUC, os documentos estavam, à época da coleta, sendo organizados por profissionais o que facilitou a obtenção dos mesmos. Embora a APROPUC não tivesse dado o mesmo tratamento aos documentos, a forma de guardá-los e o acesso livre aos arquivos facilitou nosso trabalho. Também os jornais de circulação nacional prestaram preciosas informações à época das paralizações dos docentes nas universidades. Os dados sobre a SBPC

foram facilitados pelas publicações regulares de sua revista, anais das reuniões anuais, publicação em cadernos especiais sobre os encontros mais polêmicos, jornais nacionais e livros sobre a entidade. Já no final deste trabalho chegou às nossas mãos a primeira publicação da ANPG - Associação Nacional dos pós-graduandos, relatando a história da entidade. Os documentos oficiais consultados foram facilmente encontrados em bibliotecas universitárias.

Cabe aqui uma observação. Uma parte considerável dos documentos, folhetos, boletins publicados, principalmente pelas entidades de docentes, foram omissas na informação quanto a datas e locais de publicação. Podemos fazer dois tipos de observação: primeira, os responsáveis pelas publicações, até mesmo pela pressa ou inexperiência, não se detinham em pensar que os documentos tornar-se-iam registros a serem preservados e que tais omissões dificultariam consultas futuras. Segundo, a intenção era deliberada, pois havia que preservar a segurança das lideranças e seus espaços de atuação dificultando aos aliados do regime militar a localização da impressão e possíveis perseguições.

Já o material recolhido na imprensa escrita foi significativo na medida que grande parte das matérias eram assinadas. Nesse período houve um grande espaço para a realização e publicação de entrevistas. Há que se destacar que a grande publicidade dada aos assuntos tratados neste trabalho se deve a muitos fatores que vão além do registro jornalístico. Há aqui uma feliz (conforme o ângulo, infeliz) confluência de forças. Os jornalistas também travavam uma luta feroz contra a censura na imprensa o que os tornavam mais solidários na difusão dos acontecimentos, porque significou,

para eles, mais do que a solidariedade, a necessidade de somar força política para enfrentar suas próprias dificuldades. A difusão aberta possibilitou que se mantivesse um intenso nível de mobilização dos grupos envolvidos, aumentasse a natureza das informações e o grau de adesão da população.

A utilização de livros ou artigos foi feita sob dois aspectos: os que foram utilizados como fontes e os que ajudaram como instrumental de análise desta pesquisa. Houve muitos que serviram para as duas coisas.

Mas a forte censura, obrigou-nos, na maioria das vezes, a ir além do revelado. É aqui que varredura em busca de vestígios funciona bem. A descoberta de novas fontes, às vezes, requer imaginação. Creio não ter precisado de tanta. O fato de ter tido certa vivência no período em que delimitei para estudo, permitiu-me contatar pessoas que, com a solidariedade de sempre, me ajudaram na recuperação de dados e informações. Mas o trabalho pareceu interminável.

Desvendando os motivos que permitiram engendrar a resistência intelectual na universidade brasileira frente à política de ciência e tecnologia, no período em que a dominação utilizou ou tentou utilizar intensamente os instrumentos materiais da sociedade política para fazer valer o projeto autoritário, procurou-se detectar possíveis fragilidades das forças conservadoras e dificuldades das forças progressistas. O pós-68 revelou-se um momento de aceleração e aprofundamento de contradições econômicas, culturais e políticas que foram determinantes para o surgimento e desdobramentos de resistências. Este estudo trata de um dos segmentos que protagonizou esse momento.

4. Os capítulos

Os capítulos que compõe este trabalho foram organizados de modo a dar ao leitor uma visão desdobrada das manifestações sociais dos docentes/cientistas frente à política de ciência e tecnologia que procurou forjar o profissional da ciência e do ensino superior voltado para um modelo de economia. Por isso não houve qualquer intenção de apresentar uma sequência cronológica ou mesmo combinar sob um mesmo capítulo situações que foram concomitantes. Isso não significa que as manifestações de resistência dos docentes/cientistas tenham sido travadas de forma exclusiva tanto pela SBPC como pelas ADs, muito embora assim pareçam. O recurso aqui utilizado tem apenas o objetivo de clarear as especificidades dos embates não de seccioná-los. Tanto é assim que o capítulo que trata dos "docentes cassados", além de apresentar a experiência e as consequências de manifestações contrárias ao regime no meio acadêmico nos anos 60, evidenciou que a bandeira da reintegração desses na universidade foi o "mote" principal que permitiu a reorganização das associações docentes praticamente dentro das reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que, por sua vez, encampou a luta.

Assim, o capítulo primeiro contextualiza os motivos e as formas de enfrentamento dos docentes/cientistas frente ao Estado, diante de uma situação particular que é a emergência de uma política de ciência e tecnologia voltada para sustentar o modelo econômico do regime. São apontadas questões econômicas e políticas que levam a constituir um quadro

de expansão e desenvolvimento dos docentes/cientistas ao mesmo tempo em que estes procuram se organizar e enfrentar às adversidades do modelo econômico e político. Esse embate evidencia uma nova posição do docente/cientista no conjunto das relações sociais.

No capítulo segundo, no embalo da difusão da "big science", mostra-se a importância da constituição da "comunidade" docente/cientista no Brasil, principalmente, a partir das intenções oficiais de criar as bases da produção científica e tecnológica e da qualificação científica para um "Brasil desenvolvido" e "Grande Potência". Apresenta-se neste capítulo um estudo sobre as intenções da política educacional para a universidade, as políticas de ciência e tecnologia e os planos nacionais de desenvolvimento.

O capítulo terceiro, visa mostrar o que foi, por parte do regime, e, principalmente, por seus aliados, a oportunidade de desembaraçarem-se dos que lhes faziam sombra nas universidades. Mostra o que foi uma exclusão pura e simples de docentes/cientistas, surpreendente mesmo para aqueles que acreditavam realizar um trabalho de vanguarda mesmo sob o tacão do regime militar. Mostra, assim, porque tornou-se difícil qualquer tentativa de oposição ao regime dentro da instituição e nas instâncias que a compõe.

O capítulo quarto, põe em discussão sobre o que foi a comunidade científica organizada sob uma sociedade científica - SBPC -, durante os anos do regime militar. Procura mostrar seus avanços, seus recuos, seus vacilos, divergências internas, nos confrontos com o Estado.

Por fim, o capítulo quinto, discute as formas de organização e enfrentamento dos docentes/cientistas enquanto segmento assalariado em luta para deter o controle do produto de seu trabalho, das condições de trabalho e da sua função pedagógica na sociedade.

O tema revelou-se amplo para que se pudesse dar conta de todas as facetas que revelou. Talvez seja essa uma de suas maiores contribuições. É preciso saber mais sobre as questões levantadas. Muitos são os segredos ainda a serem revelados. Mas ficou uma incômoda certeza: é muito difícil termos a nós mesmos como objeto de estudo.

CAPÍTULO I

SOBRE OS MOTIVOS DA RESISTÊNCIA

Entendo que não basta seguir as sequências históricas das mudanças mas entender as próprias mudanças, pois é desse modo que vamos encontrar sempre uma espécie de luta, uma espécie de resistência.

A resistência vai aparecer com diferentes facetas neste último século: mobilizações violentas ou passivas tais como a guerra e a greve tornaram-se expressões de confrontos distintos no mundo do Capital e do Estado que o representa¹. A cada situação, determinados segmentos sociais parecem tomar posições de vanguarda na luta, tirando, muitas vezes, de cena os antagonismos de fundo das classes fundantes da sociedade capitalista.

A resistência, como luta armada ou não, está associada historicamente, a uma forma de guerra não convencional que floresceu, neste século², de

¹ MATTEUCCI, Nicola. *Resistência*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 2ed. Brasília: UnB, 1986, p.1114-6.

². *A própria palavra 'guerrilha' não fazia parte do vocabulário marxista até depois da Revolução Cubana de 1959. Os bolcheviques, que travaram tanto guerra irregular quanto regular durante a Guerra Civil, usavam o termo partisan, que se tornou padrão nos*

profundas transformações da ordem capitalista. Surge como uma manifestação popular, civil ou militar, de cunho político, social ou econômico frente às formas repressivas e opressivas das elites dominantes do mundo burgues³. Se tomarmos os exemplos da história podemos observar que a resistência se apresenta de diferentes formas segundo os objetivos que fazem dela um processo de luta. Neste século conheceu-se as resistências francesas e italianas que se organizaram durante a 2ª Guerra Mundial⁴. Já nos países de terceiro mundo e principalmente no contexto latino-americano pós-guerra até os anos 70 ela apresentou-se, mais frequentemente, enquanto luta contra a dominação de formas coloniais e a necessidade de constituição e consolidação de Estados nacionais. Constituiu-se também como rejeição a governos militares que assumiram o poder após golpes de Estado sobre governos civis⁵ em Estados nacionais já consolidados. Surgiram, na América Latina, modos expressivos de resistências frente às especificidades hegemônicas do domínio burgues que foi de mobilizações passivas às greves e luta armada. Todas elas desencadearam-se no contexto da guerra fria⁶. Predominou um clima de

movimentos de resistência inspirados pelos soviéticos durante a Segunda Guerra Mundial. (HOBBSAWM, E. **A Era do Extremos**. O breve século XX - 1914-1991. São Paulo, Cia das Letras, 1995, p.84)

³. Ver FERNANDES, F. **Poder e Contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, principalmente pag.39 e sgs..

⁴. De acordo com Hobsbawm: *A Segunda Guerra Mundial produziu um incentivo mais imediato e geral à tomada do caminho da guerrilha para a revolução: a necessidade de resistir à ocupação da maior parte da Europa Continental incluindo partes da União Soviética europeia, pelos exércitos da Alemanha de Hitler e seus aliados. A resistência, e sobretudo a resistência armada, desenvolveu-se em escala substancial depois que o ataque de Hitler à URSS mobilizou os vários movimentos comunistas. Quando o exército alemão foi finalmente derrotado, com variadas contribuições de movimentos de resistências locais, os regimes da Europa ocupada ou fascista se desintegraram ...* (HOBBSAWM, 1995, p.85)

⁵. Ver HOBBSAWM, E. op.cit.; FERNANDES, F. op.cit.

movimentos revolucionários que perturbou sobremaneira a política de dominação americana de pós-guerra que procurou reverter-lo⁷.

No Brasil, o Golpe Militar em 1964 e a consolidação do regime militar desencadeou distintos modos de resistência política e econômica nos anos 60 e 70. As razões que levaram ao golpe tiveram muitas interpretações. Tomaremos para efeito deste trabalho, as reflexões que interpretam o golpe de Estado como uma estratégia contrarrevolucionária. Fernandes, por exemplo, explica o golpe considerando fatores endógenos e exógenos em relação ao Brasil.

O caráter contrarrevolucionário se evidencia de modo específico, tanto em termos do seu significado interno, quanto à luz da situação mundial. No plano interno (...) o que se procurava impedir era a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada, que prometia não uma "democracia populista ou uma democracia de massas"(como muitos apregoavam), mas que ameaçava o início da consolidação do regime democrático-burgues, no qual vários setores das classes trabalhadoras (e mesmo de massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político próprio. (...)

⁶. Conforme CASTANHEDA, Jorge. *Manuais ilustram Guerra Fria na América Latina*, **Folha de São Paulo**, 17/11/96, Caderno Mundo, p.18.

⁷. HOROWITZ, L.I. **Vida e Morte do Projeto Camelot**. Universidade e Educação. Caderno de História. nº7, out/78, pp. 25-45.

Quanto ao plano externo, o Golpe de Estado fez parte de um ciclo mais amplo, que levou a guerra fria e a doutrina do desenvolvimento com segurança do centro para a periferia do mundo capitalista. O cerco capitalista acabou atingindo não só a autêntica ameaça de "subversão comunista da ordem"; ele alcançou e paralisou, em nome da "defesa" e da "interdependência do Ocidente", vários tipos de revoluções nacionais, submetendo a modernização, em geral, e as transições democráticas, em particular, a um controle político e policial-militar estrito, pelo qual as classes trabalhadoras e as massas populares foram banidas da cena histórica.⁸

Em meado dos anos 60 até meados de 70 vamos assistir ao surgimento de combate armado no campo e na cidade, contra o regime militar. Por parte deste desencadeou-se uma violenta repressão junto à sociedade civil, envolvendo perseguição política aos militantes de partidos políticos de esquerda, sindicalistas, intelectuais, professores, estudantes, artistas e trabalhadores em geral do campo e da cidade.

O movimento armado de resistência ao regime no campo e na cidade recebeu um tratamento sem tréguas por parte das Forças Armadas e foi eliminado literalmente por estas, a ponto das forças repressivas procurarem

⁸. FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo, Ed. HUCITEC, 1980, 113-4. Ver, também, IANNI, Octavio. **O Ciclo da Revolução Burguesa**. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 102 e segs.

negar a existência de tal movimento⁹. Quebrar a espinha dorsal das resistências foi o objetivo perseguido pelo regime militar e dos segmentos aliados a ele. Não mediu esforços para isso. A eficiência não esteve apenas nas ações autoritárias e violentas, mas na estratégia - ocultamento de revolta armada, desqualificação de lideranças oposicionistas - utilizada para impedir o avanço dos propósitos das classes subalternas e segmentos aliados. Para o regime, foi crucial impedir que os movimentos de vanguarda ganhassem crédito junto à população. A contra-ação do governo militar fundou-se na propaganda vendendo a idéia de desenvolvimento econômico com melhores condições de vida como atestam revistas e jornais da época. Para segmentos sociais estratégicos, principalmente para os estratos médios em ascensão e intelectuais em geral, acenou com barganhas de toda natureza. Garantido certos apoios, foi possível investir contra os opositores. Foi assim que a resistência do final dos anos 60 e início dos anos 70 perde o vigor armado¹⁰.

A resistência ao regime precisou modificar sua tática¹¹. Voltou-se para formas de enfrentamento que buscavam a desmoralização e enfraquecimento

⁹. Ver, dentre outros, GORENDER, Jacob **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2ªed. Ed. Ática, 1987; D'ARAUJO, SOARES E CASTRO. **Os Anos de Chumbo**. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

¹⁰. O arrefecimento da luta armada se deveu a muitas questões ainda não plenamente reveladas. As divergências existentes entre os partidos de esquerda sobre a luta armada foi um dos motivos.

¹¹. O "fracasso" da luta armada ou da esperada ação revolucionária das massas não acontecera. Mas algo estava acontecendo e os cientistas sociais buscaram compreender o novo momento. Segundo Cardoso: *O explosivo comportamento das massas não só não se verificava como, pelo contrário, as periferias urbanas lutavam para serem reconhecidas pelo Estado. (...) nesse momento, as revisões do marxismo estavam despertando um grande interesse. Consumia-se avidamente Althusser e as releituras de Gramsci, procurando*

do governo militar. A medição de força se deu pela mobilização passiva e reivindicativa dos movimentos populares em ascensão, pelos movimentos sindicais que se caracterizaram, principalmente, pelo uso da greve¹², quando se tratou da resistência operária e de outras categorias de assalariados, e pelas ações contestatórias organizadas por artistas e intelectuais. A necessidade de criar ou fortalecer organismos da sociedade civil tornou-se estratégia para confrontar um Estado centralizador e autoritário. Estas foram práticas que, latentes já em meados dos anos 70, tomaram força no final dessa década. Essas manifestações foram tachadas de desordeiras, pelo regime. Mas há que se pensar que a "desordem" provocada pelo opositores ao regime não significa necessariamente uma ausência absoluta de ordem, mas apenas a ausência da ordem procurada, exigência de uma ordem diferente. Passa a ser dominante o pensamento de que já não se tratava mais de sustentar um projeto revolucionário tendo como suporte político o nacional desenvolvimentismo e a luta contra o imperialismo¹³, mas de lutar pela democracia o que significava que a negociação estava em aberto.

compatibilizar o marxismo com as ilusões, e depois com as desilusões de 1968. (CARDOSO, Ruth Correa Leite. *Movimentos sociais na América Latina*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, v.1, n.3, fev.1987, p.27.

¹². Ver, dentre outros, RAINHO, L.F. **Os Peões do Grande ABC**. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1980; IANNI, O. **O ABC da Classe Operária**. São Paulo, Ed. HUCITEC, 1980; "QUARENTA E UM DIAS DE RESISTÊNCIA E LUTA. Uma análise da greve feita por quem dela participou". **Cadernos do Trabalhador I**. São Bernanrdo, ABCD Sociedade Cultural e URPLAN PUC/SP, 1980; ANTUNES, R. **A Rebeldia do Trabalho**. O confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/1980. 2ªed. Campinas, Ed. UNICAMP, 1992.

¹³. TOLEDO, Caio Navarro. *Intelectuais de esquerda e a questão da democracia*. In: BRANDÃO, Zaia et al. **Universidade e Educação**. Campinas: Papirus, 1992, p.58-63. (Coletânea CBE)

A dura experiência da ditadura militar (exílio, prisão, morte) e a crise do "socialismo real" teriam, entre outros fatores, contribuído para reabilitar a questão da democracia no pensamento da esquerda. Atualmente, nenhum partido político, organização ou intelectual de expressão no meio cultural de esquerda ousaria identificar - como outrora se fazia - democracia política com a dominação burguesa; dito melhor, democracia não é mais concebida como instrumento da mistificação e da ilusão de classe. Prova disso é praticamente o desuso da consagrada expressão "democracia formal", em seu sentido crítico-pejorativo, amplamente difundida em décadas anteriores.¹⁴

As greves desencadeadas pelos metalúrgicos em meados de 70, por exemplo, demonstravam uma recusa em aceitar o arrocho salarial e legitimar o autoritarismo dele advindo. Segundo ANTUNES:

Finda a euforia do "milagre", o afloramento da crise econômica atingia ainda mais diretamente a classe trabalhadora, que pautava a sua atuação nos marcos da resistência contra o binômio arrocho-arbítrio, superexploração-autocracia, que, entrelaçados

¹⁴. TOLEDO, op.cit., 1992, p.58-9.

*intimamente, impunham ao proletariado metalúrgico uma dura realidade.*¹⁵

Também para expressar a rejeição ao regime, a força intelectual foi usada para formar opinião contrária às opiniões oficiais, através de artigos, entrevistas e manifestos nos meios de comunicação. A imprensa escrita, de oposição ao Regime, prosperou nos anos 70, embora tenha sido intensamente perseguida até quase desaparecer¹⁶. Membros da comunidade acadêmica, juntamente com os partidos políticos clandestinos ou oficial (na época só havia o MDB como partido oficial de oposição), lideranças sindicais oposicionistas aos sindicatos atrelados ou sob intervenção, movimentos populares promoveram e participaram ativamente de foruns de debates e discussões públicas mesmo que vigiadas¹⁷.

O esgotamento do modelo autoritário era uma realidade inclusive para parcela de militares no poder (os não duros) até porque o regime não mais respondia sequer aos interesses do internacionalismo que se desenvolvia. O nacionalismo dos militares brasileiros¹⁸, ao longo do período que mantiveram

¹⁵. ANTUNES, op.cit., 1992, p.13-4.

¹⁶. Inúmeros jornais tais como MOVIMENTO e EM TEMPO deixaram de circular quando a repressão política começou a atear fogo nas bancas de jornais que vendiam tais jornais.

¹⁷. TOLEDO, op.cit., 1992, p.59.

¹⁸. Octavio IANNI faz alusão a um neonacionalismo característico dos anos 64/70. Ver sua obra **Estado e Planejamento Econômico no Brasil - 1930/1970**. 3ªed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, principalmente pp.293 e segs. Havia, entretanto, diferentes gradações desse nacionalismo que deu origem ao chamado grupo da "linha dura" que defendia um nacionalismo exacerbado. Ver, também, D'ARAUJO, M.C. et al. (orgs.)

o poder de Estado, combinava/descombinava com os interesses econômicos do expansionismo das multinacionais e da sustentação da hegemonia política norte-americana no mundo "ocidental"¹⁹. Os hiatos surgidos dos embates ao longo dos anos 70, sob o impacto das mudanças que estavam ocorrendo no mundo, é que tornaram possíveis fortalecer e aprofundar os movimentos de resistência no país. Era preciso aumentar o poder da sociedade frente ao poder do Estado, fosse no geral ou fosse através de alguns setores institucionais mais organizados que pudessem funcionar como "trincheiras" legais: foi o caso da Igreja católica no Brasil, principalmente. Era preciso acabar com a excessiva intervenção do Estado autoritário no destino político e econômico do país. Mais do que isso, não se podia dar chance ao regime de recompor suas forças.

Por isso estimulava-se, a quebra das regras restritivas o que significava romper as proibições que restringia direitos humanos e sociais. Expressão disso foi a realização do I Congresso Nacional de Anistia, em São Paulo, no período de 02 a 05 de novembro de 1978. Também, desafiando a Lei Anti-Greve, nesse mesmo ano de 78, em outubro, os operários entraram em greve em São Paulo e receberam apoio de entidades operárias européias²⁰.

Os anos de chumbo: a memória militar sobre repressão. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994; e, SOARES, G.A.D. et alii (orgs.) **A volta aos quartéis:** a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

¹⁹. Ver ABREU, H. **O Outro Lado do Poder**. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1979, principalmente páginas 42 a 49. Para Abreu, o governo Geisel não aceitava a predominância norte-americana no País. Por essa razão buscou acordos políticos e econômicos com os países da Europa notadamente a Alemanha de onde se originou o Acordo Nuclear.

²⁰. Folha de São Paulo, 28 de outubro de 1978.

Forjou-se uma mobilização nacional orquestrada pelos setores progressistas, populares e operário e esta parecia apontar para uma participação ampliada e forte da sociedade civil na cena política do país. O quadro estrutural da sociedade havia se modificado o que levava à formação de uma conjuntura favorável aos movimentos que se opunham ao regime.

Ora, os anos 60 e 70, com toda sua violência, modificou rápida e intensamente o perfil dos segmentos sociais. A forma como se expandiu o capitalismo sob intensa repressão política, levou a que as contradições inerentes ao modelo econômico se desenvolvessem. A pressão social não seria represada por muito tempo sob o risco de se tornar explosiva. A massa trabalhadora e assalariada cresceu, um estrato médio consolidou-se, a população rural deixou o campo para viver na cidade "desenvolvida" e "rica". Isso implicou um aumento da demanda por condições de vida, primeiramente latentes e em seguida ostensivas, que se revelaram nos movimentos sociais populares, institucionais, sindicais e partidários²¹.

Os movimentos de resistência da sociedade civil em geral e da comunidade acadêmica e particular, nos anos 70, encontram um aliado importante: o segmento progressista da Igreja Católica. A reorientação da Igreja Católica latino-americana, traçada no encontro de Medellin, em 1968, estimulou o apoio de alguns de seus segmentos, no processo de reorganização

²¹. Por essa razão, nos estudos sobre movimentos sociais predominam aqueles referentes aos movimentos urbanos. Os estudos sobre movimentos operários ou organização partidária são feitos separadamente. Mas sobre as implicações das novas demandas populares decorrentes da urbanização pode ser encontrada uma ampla bibliografia que trata de *Movimentos sociais urbanos*.

da sociedade civil brasileira²². A Teologia da Libertação, que propunha a ação pastoral voltada para a emancipação dos pobres e oprimidos na América Latina, encontra no Brasil um terreno fértil para realizar seu trabalho. A formação das Comunidades Eclesiais de Base, bem como a constituição das diferentes pastorais, permitiram a aglutinação dos deserdados econômica e socialmente e dos trabalhadores, tanto do campo como da cidade, para organizarem suas lutas contra a opressão política, contra a repressão policial-militar e contra a exploração econômica. Ganham os movimentos sociais.

Assim é que em conjunto com os setores progressistas da Igreja Católica, ou aglutinados em entidades de pesquisa ou assessorias fundadas por eles²³, muitos intelectuais, expulsos das universidades iniciavam a denúncia dos limites do projeto da ditadura²⁴. Os vínculos junto aos movimentos sociais urbanos e rurais e às oposições sindicais emergentes²⁵ pareciam ampliar-se e também pareciam mostrar uma relação mais orgânica entre os intelectuais e as camadas populares e os operários.

²². Ver Cadernos CEAS (1973, 1-12 e 49-61)

²³. Entre eles o CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, o RENOV - Relações Educacionais e do Trabalho, o Instituto Sedes Sapientiae, NOVA, CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, FASE - Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional, CEDES - Centro de Estudos de Educação e Sociedade, CEAS - Centro de Estudos e Ação Social, CEDI - Centro de Estudos de Documentação e Informação.

²⁴. Dentre outros, podem ser citados os trabalhos publicados pelo CEAS, CEDEC e CEDI.

²⁵. Podem-se destacar, dentre outros, as atividades desenvolvidas pelo RENOV, Instituto Sedes Sapientiae, FASE.

A solidariedade entre oprimidos e reprimidos possibilitou a mobilização e organização dos setores populares e sindicais. Mostrou que a sociedade civil renascia com novos contornos, decorrente também do desgaste do golpe contra-revolucionário que se instalara em 1964 e que revelava a sua insustentabilidade em meados da década de 70. O jogo das forças políticas de sustentação ao regime entra em crise e a resistência ao regime ganha as ruas e suas formas organizadas saem da clandestinidade. A resistência aqui parecia apontava para uma nova legitimidade.

Acredito que seja necessário compreendermos quais problemas estavam sendo apontados na base material na sociedade que punham em evidência as contradições do modelo econômico e se manifestavam na esfera cultural e política. OLIVEIRA²⁶, abordando o período de 1950-1976, procura entender o processo de oligopolização da economia nacional. Busca compreender como se dá o movimento dos processos de concentração e centralização do capital. Para fazer isso investiga o problema do financiamento da acumulação do capital, ao invés de deter-se no problema de geração do valor, para chegar a conhecer o perfil da economia nacional em fins do período do "milagre econômico", o que significa também entender o próprio milagre. Primeiro é preciso entender que o projeto do regime só seria eficaz, num período tão curto para uma economia como a existente no Brasil, se os que produzissem a riqueza não fossem os diretamente beneficiados haja vista que o tipo de produto que seria financiado seria para atender os estratos médio e alto da

²⁶. Ver OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da Dependência Imperfeita**. 5ªed., Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1989.

população. Era a forma, também, de concentrar capital mais rapidamente, pelo exercício da produção da mais valia em larga escala.

*A recorrência ao capital estrangeiro levou inexoravelmente a uma estruturação presidida pelo departamento produtor de bens de consumo duráveis, o que, nas condições de uma economia periférica, dificilmente deixaria de produzir algumas das facetas mais negativas da economia nacional de hoje: sua exagerada concentração de renda e da riqueza, pois que o departamento condutor do processo de industrialização caracteriza-se precisamente por não produzir bens para as classes assalariadas em geral, e especificamente para os operários e camponeses.*²⁷

Tal produção exigiu financiamento vantajoso para permitir, dentre outras coisa, importar tecnologia necessária ao projeto econômico, sob risco de o sistema produtivo não funcionar na direção pretendida. A tecnologia seria necessária para por em funcionamento uma moderna e mais eficiente forma de acumulação de capital: tecnologia adequada para consumir trabalho vivo. Com o financiamento partindo do Estado, as fronteiras de público e privado são diluídas a bem do setor privado.

Por outro lado, as exigências dos processos de concentração e centralização do capital, numa economia

²⁷. OLIVEIRA, op.cit., 1989, p.4-5.

cuja base capitalista de acumulação era relativamente pobre, em termos do trabalho morto que pode consumir trabalho vivo, levou a que o papel do Estado no financiamento da acumulação transformasse o Tesouro Público numa espécie de capital financeiro geral. (...) obtém-se dois resultados ...: em primeiro lugar, a velha discussão entre estatização e privatização perde sentido, já que se diluem as fronteiras entre o público e o privado: e segundo lugar, do ponto de vista da sociedade política, opera-se na constituição de um Estado anti-Nação, que pretende não apenas se parecer mas, de fato ser nacional, pois o capital internacional é uma abstração que apenas se faz concreto passando pelo terreno da Nação.²⁸

Ambas as situações, geram uma contradição que em não podendo ser superada, busca-se retardar e controlar seus desdobramentos mediante a força da persuasão moral (através das várias formas de censura), e na falha desta, da força física (prisões arbitrárias, torturas e morte). O povo não é detalhe, precisa ser convencido.

A forma da resolução dessa contradição não poderia ser outra, senão autoritária ou abertamente ditatorial, o que ajuda hoje a explicar algo do caráter do Estado e da sociedade política brasileira. E, do ponto de vista das perspectivas da economia nacional e de sua crescente

²⁸. OLIVEIRA, idem, ibidem

*inserção na divisão social do trabalho comandada pelo capitalismo internacional, emerge um tipo de crise absolutamente novo, que se centra na contradição entre um espaço capitalista que realiza o valor gerado em suas fronteiras internamente e as relações de dependência-financeiro-exportador de lucros que buscam voltar à circulação internacional do capital-dinheiro.*²⁹

Em consequência, a intensa concentração de riqueza num grupo seleto do polo Capital, o aumento assustador da dívida interna e externa, por conta do financiamento, provocou a disparada inflacionária nesse período³⁰ mas, de forma bastante autoritária, manteve o arrocho salarial, embora este não fosse sentido em alguns setores do mercado de trabalho. A regulação dos salários deixam de estar afeitos ao mercado para serem controlados mediante uma dura política de salários.

SINGER aborda as implicações do "milagre econômico" no mercado de trabalho. É dele a explicação de como se torna possível uma força de trabalho qualificada ampliar seus salários a despeito da política do arrocho.

Se havia algum "milagre" num período relativamente prolongado de crescimento com pouca inflação, este se

²⁹. OLIVEIRA, idem, ibidem

³⁰. Conforme o DIEESE, em 1970 a inflação foi de 17% e em 1985 atingiu o índice de 264% (vide Anexo II, sobre as taxas inflacionárias durante o período de 1970 a 1985). No ano de 1986 o índice inflacionário tem uma queda por conta do primeiro pacote econômico, mas depois disso a inflação volta a crescer assustadoramente e em 1988 ultrapassa a casa dos 1000%.

explicava fundamentalmente: a) pela maneira como a repartição da renda foi "disciplinada" mediante a substituição da barganha coletiva no mercado de trabalho por uma "política salarial" rígida, centralizada e - do ponto de vista da acumulação de capital - perfeitamente eficaz, e b) pela crescente integração internacional das economias capitalistas, acarretando alterações na divisão mundial do trabalho, que acabaram proporcionando amplo influxo de capital estrangeiro no Brasil.³¹

Ainda segundo SINGER, vamos encontrar no início dos anos 70, uma força de trabalho pouco qualificada para um mercado de trabalho em expansão. Essa situação era demonstrada pela insuficiência de trabalhadores qualificados frente às necessidades imediatas do mercado que surgia ao mesmo tempo que se vivia em meio a um excedente de mão de obra. Essa mão de obra excedente não qualificada ou semi-qualificada era procedente da zona rural que migrou para a zona urbana em busca de emprego, durante os anos 60³².

³¹. Ver SINGER, P. **A crise do "Milagre"**. Interpretação crítica da economia brasileira. 4ªed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.10.

³². Não por acaso, nesse período viveu-se a explosão urbana no Brasil, invertendo os quadros o panorama do espaço social ocupado no Brasil. Os Censos Demográficos do IBGE mostram que em 1960 tínhamos 54,9% da população morando na região rural contra 45,1%, na zona urbana. Já em 1970, 55,9% da população vive na zona urbana e 44,1% na zona rural. Em 1980, 67,6% da população vive na região urbana e apenas 32,4% estavam na zona rural.

A expansão de mercado gerando o paradoxo de carência de mão de obra especializada e excedência de força de trabalho tem uma explicação. Segundo SINGER a expansão e a carência de mão de obra não se dão de forma linear. A exigência por qualificações mais demoradas faz com que esse parte do segmento de trabalhadores torne-se escasso mais depressa, na primeira fase de preparação. Essa situação provoca aumentos salariais para esse grupo, independentemente da política de arrocho, gera aumento da demanda por determinados bens de consumo eliminando, assim, os de menor poder aquisitivo. Mas isso durou apenas um determinado tempo.

A qualificação da mão de obra necessária ao novo momento levou à reforma do sistema de ensino, implantando o ensino profissionalizante no 2º Grau e expansão do ensino superior³³, dentro de uma perspectiva tecnicista exigida. Para dar mais agilidade ao processo, as empresas também intensificaram suas políticas qualificação de recursos humanos na mesma direção.

A expansão decorrente dessa demanda, da rede de ensino público, do primeiro grau ao superior, não se fez esperar para responder rapidamente ao exigido e foi implementado da mesma forma que implementou o setor produtivo de base: financiando o setor através dos recursos do Estado e/ou de agências de fomento nacionais e estrangeiras. E o fez muito mais pela necessidade de preparar a força de trabalho para o mercado emergente do que por reconhecimento de um direito do cidadão por educação pública³⁴. Dentro

³³. Lei nº 5692/71 e Lei nº 5540/68, respectivamente.

desse reciocínio não fica difícil entender a expansão do ensino privado, principalmente, do superior ainda que a qualidade de ensino sempre tenha sido posta em discussão. Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho emergente criou, junto a uma parcela da população, uma aspiração por ascensão social. A escola passa a ser um requisito necessário para entrar no novo e disputado mercado de trabalho e o curso superior passa a ser um critério de seleção e exclusão eficiente. Daí o oportunismo do setor privado. A demanda não atendida pelo setor público dirige-se para o setor privado que se expande sem o ônus de altos custos de determinadas atividades que permanecem para o Estado (socializado ao conjunto da população) tal como a pesquisa, cujos resultados são mais frequentemente transferidos para outros setores privados do que para a coletividade.

Ora, a expansão do ensino superior e das universidades também sofreu a carência de profissionais qualificados que o mercado não tinha condições de atender num primeiro momento. Por conta dessa escassez os docentes dessa hora tiveram bons salários e sua profissão foi tão prestigiada e almejada quanto os empregos bem remunerados das multinacionais, das carreiras promissoras do setor público brasileiro e das empresas estatais industriais e financeiras.

Esse quadro não se manteve por muito tempo. Embora só nos dias atuais seus efeitos sejam sentidos, já a partir de 1974, com o Presidente

³⁴. Nesse sentido o movimento estudantil quando reivindica vagas para os excedentes dos exames vestibulares, só é atendido porque houve uma confluência de interesses: resolve-se a aspiração dos jovens oriundos dos estratos médios por fazer cursos superiores e dá margem à expansão da rede de ensino superior, não criando barreiras para o ensino superior privado.

General Ernesto Geisel, houve mudanças na política econômica, tendo em vista que não seria mais possível sustentar altas taxas de crescimento sem pressões inflacionárias. O financiamento do "milagre" ficou caro e a situação só piorou diante do quadro internacional. Na tentativa de controlar uma explosão inflacionária, houve restrições ao crédito, salários foram reajustados abaixo da elevação do custo de vida e houve a redução das vendas de bens de consumo. Essa situação acendeu as forças contestadoras latentes dos assalariados e setores populares.

Alega-se que o aumento do preço do petróleo e das matérias primas importadas comprometeu profundamente a balança comercial. Os países desenvolvidos entraram em recessão. A política econômica do governo Geisel levantou a bandeira de que *"exportar é a solução"*, maneira encontrada para restringir as importações³⁵. Segundo SINGER, *foi retomada a política de substituição de importações que tinha sido abandonada pelo "modelo"*³⁶.

Só que tal projeto, por ter um custo social muito alto, já não poderia mais ser realizado sob forte restrição política porque essa carta já havia sido jogada durante o governo anterior, no contexto do "milagre econômico". Na conjuntura que se formou, uma nova restrição econômica com restrições políticas significaria a perda do controle da condução do regime. As eleições de 74 mostraram isso. Assim o governo Geisel acena com a "distensão política".

³⁵. II Plano Nacional de Desenvolvimento 1975/1979.

³⁶. SINGER, op. cit., 1977, p.166.

Foi nessa "virada" para dentro que uma política de ciência e tecnologia volta a ser discutida. E aqui, novamente, os embates com a "comunidade científica" não se fez esperar. Retoma-se, com maior ênfase, o debate sobre autonomia científica, liberdade de pensamento e produção do saber. E, novamente, a universidade é palco de manifestações conflitantes.

A vida social, como já foi colocado, havia mudado consideravelmente no Brasil, nos anos 70. Uma de suas facetas mostra a expansão do associativismo tanto no meio rural como no meio urbano que aconteceu no período entre 1971 e 1980. Pode-se dizer que a industrialização acelerada tanto no campo como na cidade, levaria, em tese, ao surgimento de sindicatos de trabalhadores. Entretanto, alguns fatores tornam particular o processo ocorrido no Brasil: a existência de um governo militar autoritário e repressor deu um tom e um ritmo a esse processo. O movimento sindical brasileiro, seguindo direção contrária ao que vinha ocorrendo na Europa e Estados Unidos, que estava entrando em crise³⁷, teve um expressivo avanço. Segundo RODRIGUES³⁸, o movimento firmou-se no interior da rebeldia e conflitos iniciados no Governo Geisel e prolongado durante o Governo Figueiredo, ainda que o assalariamento de profissionais liberais dos setores públicos e provados tivessem iniciado já no início dos anos 70. Nesse segmento, embora os docentes/cientistas não possam ser identificados como profissionais

³⁷. NORONHA, Eduardo Garuti. *Greves e estratégias sindicais no Brasil*. In: OLIVEIRA et al. (org.) **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta, 1994, p.323.

³⁸. RODRIGUES, Leôncio Martins. **O declínio do sindicalismo corporativo**. Rio de Janeiro, BASE, 1991.

liberais, tiveram o mesmo destino. Isso levou-os a travar, além da luta política, uma luta econômica.

O processo de "proletarização" pelo qual passou o professor em geral e o docente/cientista em particular evidenciou o peso de sua condição anterior na qual essa categoria se sentia degradada se fosse vista como um assalariada³⁹. Esse assalariamento foi decorrente do avanço tecnológico que, paradoxalmente, foi produzido por profissionais da ciência. Essa situação, ao modificar as formas de trabalho do docente/cientista, parece, no jogo das relações políticas e econômicas, voltar-se contra ele, enquanto aquele que produz ciência e tecnologia e ampliar as formas de acumulação de capital⁴⁰. Dois aspectos devem ser ressaltados nesse sentido, embora façam parte da mesma moeda: o assalariamento recoloca a forma de mediação do docente na

³⁹. FERNANDES, durante o Seminário Itinerante "Dependência Econômica e Cultural, Desenvolvimento Nacional e Formação de Professores", realizado na USP, em 1985, tece considerações acerca do assalariamento do professor universitário afirmando: *Seria impossível, por exemplo, quando me tornei assistente na Faculdade, ouvir algum professor dizer que ganhava salário. Um professor não dizia isso. Ele tinha proventos. A concepção estamental era tão forte, que [o professor] se sentia degradado se fosse assalariado. Hoje, não só quer ser assalariado, mas quer lutar como assalariado, até quer imitar os operários na luta econômica e política. Para ver se tem êxito, se impõe certas normas na revalorização econômica da categoria profissional e na conquista de maior liberdade em outro espaço cultural.* (FERNANDES, Florestan. *A formação política e o trabalho do professor*. In: D.B.CATANI et al. (orgs.) **Universidade, Escola e Formação de Professores**. 2ªed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987, p.30)

⁴⁰ [A produção da mais valia] indireta é a que os pesquisadores fazem numa universidade, descobrindo inovações que tornarão a produção mais eficaz e possibilitarão um aumento na taxa da mais valia relativa. E aqui é preciso entender que não é uma distorção da universidade que ela funcione assim no sistema capitalista; isto é normal, está existe para isto, senão não existiria. Pretender que ela, como instituição, tenha uma ação contestadora é ter uma percepção idealista da realidade. O que leva a erros estratégicos perniciosos numa política de classes. É a percepção que o intelectual precisa ter não é a de um trabalho privilegiado, acima das estruturas sociais, mas justamente a de ser um trabalhador assalariado. Perceber claramente que os meios de produção (materiais ou intelectuais) estão nas mãos de uma classe social, que precisa assalariar outras. E justamente aqui surge uma contradição aguda: pois, a outra função do intelectual numa sociedade de classes é a da manutenção da hegemonia ético-política da classe dominante. BARROS, Jefferson - **Função dos Intelectuais numa sociedade de classes**. Porto Alegre, Ed. Movimento. Coleção Dialética, 1977, vol.5, pp.27-8.

sociedade e o leva a conflitar sua condição de pertencente a uma comunidade - a acadêmica - com a de pertencente a um segmento social - o trabalhador assalariado.

Assim, o renascimento do movimento sindical se apresenta envolvendo as novas categorias assalariadas, inclusive a dos docentes do ensino superior, que passaram a organizar, por todo país, suas entidades de classe. O que estava em jogo naquele momento era a reorganização dos trabalhadores e a bandeira de luta estava calcada na reposição salarial usurpada ao longo dos anos pela política econômica da ditadura.

Na condição de assalariados e de trabalhadores da educação é que vai se organizar o embate dessa nova categoria. Ao sentirem sua autonomia de trabalho em jogo, construíram ou reformularam foruns próprios de resistências. A luta na universidade ergueu a bandeira da "Universidade Pública, Autônoma e Gratuita". Atividades tais como manifestações públicas em eventos científicos ou classistas, formação de opinião pública através da imprensa escrita e greves, foram as formas que mais expressaram os desacordos às políticas de Educação, Ciência e Tecnologia do governo militar.

No todo, as manifestações das massas populares e sindicais, que começavam a emergir, denunciavam o conflito às claras. Essa nova situação apresentava alternativas de contestação dos setores progressistas frente ao Estado. O sonho revolucionário de cunho socialista, àquele momento, fora adiado. Tratava-se, agora, de travar a batalha contra a burguesia no campo da ordem burguesa. A repressão criou um clima favorável à expansão de "direitos", mas foram direitos tortos. Mas de qualquer forma, a luta por

expansão dos direitos (principalmente dos direitos trabalhistas) dentro da ordem (estado de direito/democracia) batia de frente com os que queriam passar para o modelo neo-liberal sem permitir ganhos.

A estratégia da resistência havia mudado: era preciso aprender a desequilibrar as forças da ordem a favor dos trabalhadores e das massas oprimidas. O conflito administrado pela ordem burguesa tinha que ser transformado em favor das classes trabalhadoras.

*O conflito representa a base do equilíbrio dinâmico da sociedade burguesa. As classes trabalhadoras precisam aprender a usá-lo - e a usá-lo como fazem as classes burguesas de modo institucional (modificando a organização da empresa e o papel do trabalhador em sua gestão; criando organizações sindicais sólidas, fortes e eficientes; constituindo partidos operários de conteúdos socialista, sem os quais o conflito não sai do nível capitalista e da reforma da ordem, etc) O espaço histórico existente precisa ser saturado e saturado de certa maneira, que responda à estratégia do controle da revolução democrática pelos trabalhadores e pela massa da população.*⁴¹

⁴¹. FERNANDES, em comunicação apresentada na 31ª Reunião Anual da SBPC, em Fortaleza, como intervenção no debate "Brasil: Anos 70 - os Intelectuais e a Repressão", organizado pelo prof. José Albertino Rodrigues. (FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo, HUCITEC, 1980, p.45)

Era preciso liberar as forças políticas existentes para que a "contra-revolução" não continuasse a ditar as regras do jogo. Para isso era necessário criar uma desestabilização. A desobediência civil era uma das formas de por em evidência a rejeição à ordem política e econômica. Essa tarefa deveria caber, mais intensamente, mas não exclusivamente, às manifestações populares por serem mais elásticas e dinâmicas. Era necessário aumentar a velocidade do desgaste do regime de modo que este não pudesse evitar a derrota de sua contra-revolução. Era necessário que o regime não encontrasse espaço para fazer concessões. No mundo acadêmico, isso significava, dentre outras coisas, redefinir a mediação da intelectualidade com os de baixo. Mas a resistência no "mundo acadêmico" não foi em uma só direção.

Nos anos 60, a resistência, para os intelectuais/docentes, com mais evidência após o golpe militar, significou a necessidade de construir uma nova universidade o que tornava implícita a construção de certo papel para o intelectual que nela atuava⁴². Tratava-se, também, de uma luta pela construção de um pensamento, de um saber emancipatório, ousado e rebelde contrapondo-o ao caráter tecnicista da formação dos novos profissionais e à produção de uma ciência utilitária. Para tanto, tratava-se, também, de pensar uma nova gestão e financiamento para a universidade e para a pesquisa.

Já em 1965, Fernandes⁴³ alertava para os perigos do tipo de reforma que os setores dominantes, por fim, lograram executar. Afirmava que, se vingada a

⁴². FERNANDES, Florestan. *O renascimento da Universidade*. In: D'INCAO, Maria Angela (org.) **O Saber Militante**. RJ., Paz e Terra, 1987, pp. 311-17.

⁴³. FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução**. 2ªed. 1979, São Paulo, Alfa-Omega.

proposta oficial, implicaria em submeter a universidade a uma "tutela exterior cega e inflexível", eliminaria o radicalismo intelectual necessário à construção do saber mas tornado "non grato" para o regime e seus defensores e, provocaria o isolamento do jovem na construção da sociedade, visto que a universidade tornar-se-ia uma espécie de camisa de força, na medida em que, para ele, já estava sendo negado o direito de participação na política estudantil. Esse quadro provocaria, como os fatos hoje conhecidos o comprovam, um dilema para muitos professores quanto às suas posições no interior da universidade em relação à reforma pretendida pelos setores dominantes. Mas em fins da década de 70, sob nova conjuntura nacional e internacional, a resistência estava posta em outro patamar. Para os docentes já não se tratava apenas de produzir um saber emancipatório, mas também de se perceber e de aceitar *"a condição de assalariado que proletariza [a] consciência, portanto [os] modos de ação"*⁴⁴. Essa condição modificou significativamente tanto a forma de inserção do docente-pesquisador no mundo do trabalho como as suas relações sociais de trabalho. A proletarianização da consciência de um segmento social que exerce atividades intelectuais, como é o caso do trabalho do docente-pesquisador na universidade poderia significar a presença de um certo potencial para emergir o intelectual orgânico proletário, dadas as condições de conscientização política para tal.

No Brasil, até porque as condições dos anos 60 já não eram as condições dos anos 70, a vida intelectual e acadêmica também aparecem sob novas facetas. Na verdade nem tão novas. Em outros países e regiões essas

⁴⁴. FERNANDES, Florestan. *A formação política e o trabalho do Professor*. In: CATANI, D.B. et al. (Org.), **Universidade, escola e formação de professores**. 2ªed., 1987, São Paulo, Ed. Brasiliense, p.30.

facetas já estavam postas, principalmente após a II Guerra Mundial quando implementou-se a ciência de "curto prazo". Sennet⁴⁵ preocupou-se com o (des)compromisso social do intelectual e manifesta inconformidade quanto ao papel, muitas vezes mercantilizado, do intelectual na universidade. Sartre⁴⁶ descaracterizou o intelectual na universidade como pensador e o definiu como especialistas do saber prático tendo em vista que perdeu seu caráter revolucionário de idéias e portanto, de contribuinte para a transformação do mundo. Jacoby⁴⁷ foi mais além e tratou do desaparecimento do pensamento como coisa pública. Disse que a esfera pública deixou de ser um mercado livre de idéias para ser simplesmente um mercado porque reflete forças do mercado. "(...) *as questões culturais desaparecem nas questões econômicas* (...)". Para ele os intelectuais deixaram de exercer sua atividade independente, como fora no passado, para trabalhar mais confortavelmente nas universidades como assalariados. No Brasil, FERNANDES, já em 78, dizia:

A sociedade cria uma massa de empregos que vincula o intelectual à sociedade de consumo e, de outro lado, entorpece sua capacidade crítica. As duas coisas se unem em termos de salário, reconhecimento e valor ou de prestígio a partir de padrões que se baseiam muito mais nas estimativas das classes em presença do que na

⁴⁵. SENNET, Richard. **O declínio do homem público:** as tiranias da intimidade. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

⁴⁶. SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais.** São Paulo, Ática, 1994.

⁴⁷. JACOBY, Russell. **Os últimos intelectuais:** a cultura americana na era da academia. São Paulo, Trajetória Cultural/EDUSP, 1990, p. 18.

*importância intrínseca do que o intelectual produz. De qualquer modo, o intelectual se vê arregimentado pelas instituições que podem proporcionar a ele sua socialização fundamental, uma ocupação estável, ascensão de status e algum prestígio intelectual.*⁴⁸

Nessas condições, cabe perguntar: que mediação estava sendo construída pelos docentes/cientistas a partir de sua resistência frente ao Estado autoritário? Parece que tanto as condições vocacionais⁴⁹ para a produção da ciência como autonomia de agir e pensar dos docentes/cientistas na universidade foram colocadas em questão nas Políticas de Ciência e Tecnologia forjadas durante o Regime Militar. Muito colaborou a reforma universitária para a expansão e um perfil de docentes/cientistas de classe média nos anos 70 com todas as suas demandas. Ir para a Universidade ou nela trabalhar implicava em status e ascensão, tanto para os setores reacionários e conservadores como os setores progressistas de todos os matizes. Mas a perda dessa condição⁵⁰, já nos fins dos mesmos anos 70 e

⁴⁸. FERNANDES, Florestan. **A condição de Sociólogo**. São Paulo, HUCITEC, 1978, p.159.

⁴⁹. Valemo-nos do ensaio de Max Weber sobre A Ciência como Vocação, que trata das perspectivas daqueles que pretendem se dedicar à pesquisa, principalmente na universidade. (WEBER, Max. *A ciência como vocação*. In: ____ **Ciência e Política**. Duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1970, p.17-52. Ver, também, CARVALHO, Maria Alice Rezende. *Entre a cultura heróica e a cultura democrática*. In: BRANDÃO.Z. **Universidade e Educação**. Campinas: Papirus, 1992, p.33-46.

⁵⁰. Para os anos 60, ver FORACCHI, Maria Alice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. 2ªed., São Paulo, Cia Editora Nacional, 1977. Para os anos 70, ver PRANDI, Reginaldo **Os favoritos degradados: Ensino superior e**

início de 80 embutida na ascensão do neo-liberalismo, também foi revelada, de forma implícita, nas manifestações de docentes/cientistas.

Assim, a direção que a resistência tomou e o caráter que apresentou dependeu das lutas hegemônicas internas e da velocidade com que cada grupo social em conflito imprimiu para acirrar contradições. Como os protagonistas se comportaram é parte dos conteúdos dos próximos capítulos. Mas antes devemos tratar da formação dos docentes/cientistas após reforma universitária e dos propósitos das políticas da Educação e da Ciência e Tecnologia no Regime Militar.

profissões de nível universitário no Brasil hoje. São Paulo, E. Loyola, 1982. Para os anos 80, VIEIRA coloca a questão da seguinte forma: *A crise que vamos encontrar na universidade brasileira dos anos 80 varre para dentro dela os conflitos que atravessam a sociedade. Os professores e dirigentes universitários não sobrevivem incólumes à queda da qualidade de vida da classe média. Os homens que fazem o discurso sobre e da universidade não estão preservados dessa componente mais geral da reificação da vida material. Nos pátios de estacionamento das áreas onde predomina o regime de dedicação exclusiva não há carros novos ou semi-novos. Os docentes vão depauperando-se fazendo jus à alcunha de "proletários da classe instruída".* (VIEIRA, Sofia Lerche. **Universidade Federal nos anos 80: o jogo da Política Educacional.** São Paulo, Tese (Doutorado em Educação) PUCSP, 1990)

CAPÍTULO II

UM ARQUÉTIPO DE DOCENTE/CIENTISTA

Para podermos compreender possíveis mudanças no perfil e atribuições de uma comunidade acadêmica e seu papel no desenvolvimento do pensamento científico no Brasil precisamos entender sua relação com o desenvolvimento produtivo¹.

Na primeira metade do séc.XX, pós-segunda guerra mundial, dois fatores macro dimensionais vão influenciar na expansão do quadro e na mudança do perfil de cientistas no mundo e no país: crescimento do complexo industrial e a participação das forças armadas no desenvolvimento científico e tecnológico. Essa mudança foi e ainda está sendo vista com desconforto pela comunidade de cientistas porque seu trabalho passou a ser alvo de observação, e muitas vezes de "intromissão", da comunidade não científica².

¹. A questão econômica que se instalou durante o regime militar já está contemplada no primeiro capítulo.

². Por exemplo: a conferência científica realizada em Asilomar, na Califórnia, em fevereiro de 1975, evidenciou um problema central para os cientistas. *...as questões científicas encobriam uma série de problemas morais, legais e étnicos e a extensão sem*

No Brasil, tais mudanças levaram à intensificar as mudanças no sistema de ensino em seus fundamentos epistemológicos. O ensino erudito se opunha ao ensino científico o que espelhava um confronto entre a origem colonial de nosso ensino institucional e correspondente modelo econômico, predominantemente agrário, e a inovação pedagógica dada pela filosofia da "escola nova" em sintonia com a nova política industrialista no País. Nesse contexto, a grande parte da pequena comunidade científica no Brasil realizava sua atividade quase como diletantismo. Schwartzman³, em seu estudo sobre a formação da comunidade científica brasileira diz que:

A mentalidade diletante, a falta de espírito de equipe e de cooperação, o tradicionalismo do ensino secundário, a proliferação de escolas de filosofia, sem os necessários cuidados pela qualidade de ensino, são algumas das principais ameaças que pairariam sobre o progresso ininterrupto do espírito científico nacional, que no

precedentes dos debates públicos apanhou muitos cientistas de surpresa. Sua atual reação aos debates é grande e deve ser entendida em termos de um grupo que se sente ameaçado, que vê seus velhos e sagrados direitos prestes a serem banidos por uma onda que eles consideram um movimento irracional contra a Ciência. (GOODFIELD, June. **Brincando de Deus.** A engenharia Genética e a Manipulação da Vida. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia. São Paulo, EDUSP. 1981,p.24)

³. O II PBDCT tinha um programa destinado ao financiamento de pesquisas sobre o papel da Ciência e da Tecnologia no Desenvolvimento Nacional. O programa chamava-se *Ciência e Tecnologia no Desenvolvimento Nacional* e foi dentro dele que seu trabalho foi realizado. Já nesse período o autor era coordenador do GEDEC - Grupo de Estudos sobre o Desenvolvimento da Ciência, grupo de pesquisa permanente do CEP - Centro de Estudos e Pesquisas da FINEP. O trabalho intitulou-se *Formação da Comunidade Científica no Brasil* e teve como objetivo *conhecer e interpretar os fatos e as circunstâncias em que se desenvolveu a comunidade de homens de ciência no Brasil, ao longo de sua história*. In: BRASIL. Presidência da República. **II PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1975/77)**. Brasília: mar.1976, p.XVIII.

*entanto, de uma forma ou de outra, iriam sendo vencidas e superadas.*⁴

Sem dúvida que a mentalidade diletante seria superada, e aí novos valores seriam incorporados na maneira de ser do cientista. Os novos valores estariam sendo engendrados a partir da nova ordem econômica mundial com as especificidades locais. O mesmo Schwartzman coloca:

*O que motiva o cientista e serve de padrão de qualidade para seu trabalho e sua auto-estima é a qualidade intelectual e técnica de que dispõe, reconhecida entre seus pares. Esta qualidade intelectual e técnica se traduz, eventualmente, em produtos que podem trazer prestígio, dinheiro e poder. Mas o cientista deixa de ser sociologicamente, um cientista quando estes produtos de seu trabalho tornam-se mais importantes que o trabalho intelectual em si.*⁵

Entretanto, entendo que um cientista é sociologicamente cientista no contexto social que o forja. E aqui reside a dificuldade em definir o que caracterizaria uma comunidade científica. De acordo com Schwartzman é preciso compreender primeiro o sentido de ciência que, para ele, existem, na verdade, múltiplos sentidos. Ainda segundo o autor, a ciência é um conjunto

⁴. SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da Comunidade Científica no Brasil**. São Paulo, Ed.Nacional; São Paulo, FINEP, 1979, p.9.

⁵. SCHWARTZMAN, op.cit., 1979, p.15.

de conhecimentos a respeito das coisas; é um tipo especial de conhecimento; implica em uma certa atitude por parte dos cientistas, chamada de atitude "científica". Esses cientistas, por essas condições formam uma comunidade porque funciona como uma rede de pessoas e relações⁶.

Essa comunidade constitui uma espécie de república cujas pessoas, nela envolvidas, exercem a atividade científica como uma atitude de exploração do desconhecido tangível para a sua satisfação pessoal. Os cientistas, nesse sentido, entendem que ao satisfazerem a si próprios concedem aos demais e à sociedade o benefício do desenvolvimento intelectual. Esse é o argumento que sustenta a defesa de que é a sociedade que deve custear e manter essa atividade.

*A comunidade científica funcionaria, assim como um amplo mercado que naturalmente, promoveria as coisas mais importantes e deixaria de lado as de menor significação, e caberia à sociedade como um todo prover a comunidade científica de recursos para suas atividades sem tratar de influenciar seu uso.*⁷

Essa forma de ser de uma comunidade científica põe em evidência uma concepção de ciência "descompromissada" e diletante, cujo acesso seria privilégio de poucos e exercida quase como uma atividade do ócio.

⁶. SCHWARTZMAN, op.cit., 1979, p.19.

⁷. SCHWARTZMAN, op.cit., 1979, pp.19-20.

Mais, teria plena autonomia para decidir sobre o grau de importância das "coisas" a serem pesquisadas.

Mas esse modo de fazer ciência modificou-se profundamente, principalmente, a partir do Projeto Manhattan, dando início ao que foi chamado de *Big Science*, nome dado a nova forma de organização do trabalho científico.

*A "Big Science", como ficou conhecida a forma de organização do trabalho científico para atingir resultados a curto prazo, é a magnificação da escala e o refinamento da qualidade de pesquisa e desenvolvimento, que tem início no projeto Manhattan. A "grande Ciência" não só foi a responsável pelo crescimento exponencial do número de homens dedicados à pesquisa no século XX, que se tornou igual à soma dos que se dedicaram a ela em todos os séculos antecessores, como também pelo aumento da produção do conhecimento.*⁸

A rápida mudança na vida científica, além de criar um novo ritmo, qualidade e quantidade de conhecimentos postos em movimento no mundo, modificou a relação do cientista perante o Estado e a Sociedade.

⁸. BAIARDI, Amílcar. **Sociedade e Estado no apoio à ciência e à tecnologia: uma análise histórica**. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.211.

Entre as várias explicações que surgiram para o fenômeno da "Big Science" - tais como ter por causa a grande demanda de inovações pelo setor produtivo, haver um mecanismo retroalimentador de gastos ou ter uma propagação descontrolada do tipo de um imenso cogumelo em um período em que o financiamento público não sofria restrições - existe uma curiosa, e não tanto citada, que é o fato de os cientistas terem se convertido em "policy makers", adquirindo assim a capacidade de influenciar os gastos em ciência e tecnologia, diretamente ou por meio de seus "lobbies". A proximidade do mundo da ciência com o poder serviria menos para assessorar governos e mais para ter acesso a informações privilegiadas e, a partir daí, definir uma estratégia de como se reproduzir enquanto grande estrutura de pesquisa.⁹

Eis aqui como os cientistas ganham espaço na vida política e produtiva. Parece ser, para os cientistas, a grande saída para fazer pesquisa dentro de uma lógica de poder e competição. A lógica do produzir conhecimentos já não sendo a lógica do ócio, passa a ser a lógica de competição pelo poder e no mercado. Por isso a proximidade com o governo passa a ser menos o de assessoramento e muito mais a da necessidade de obter e deter informações para que seja possível a produção e reprodução da ciência. Nesse sentido é que a ciência parece ser neutra, descompromissada

⁹. BAIARDI, op.cit., 1996, p.212.

com os problemas do mundo. Na verdade, a produção da ciência passa a acontecer como a produção de uma mercadoria qualquer. Inverte-se o quadro: já não é uma necessidade que conduz ao exercício das "descobertas" científicas, mas sim são os exercício científicos que levam "a descobertas" procurando criar necessidades.

Mas não só os cientistas mas também os militares ganham destaque no mundo científico. Os militares da nova era não apenas passam a orientar a política e estratégias de guerra mas também a interferir, quando não ditar, as políticas para o controle e produção da pesquisa e indústrias bélicas nacionais a bem da segurança da nação numa era de "guerra fria", construindo os conhecimentos, equipamentos e instrumentos que sustentarão a guerra científica. Estava em jogo as novas formas de dominação em escala mundial.

Uma característica básica da "Big Science", que obviamente não se aplica a todos os casos, é a de ter sido estimulada e protegida pelas forças armadas. Este interesse dos militares, ligado diretamente ao desenvolvimento de armamentos ou bens estratégicos relacionados com a defesa nacional, beneficiou a indústria que, passada a fase em que a pesquisa e o desenvolvimento se realizavam em segredo, tomou conhecimento de novas tecnologias cuja aplicação não se restringia ao uso militar. A possibilidade de ter acesso a uma tecnologia de "segunda mão" ainda não empregada na produção civil, dispensava a indústria de

*investimentos com elevado risco. O custo da pesquisa e desenvolvimento ficava com os ministérios e departamentos ligados à defesa nacional, cabendo à indústria despesas menores do tipo pagamento de direitos e desenvolvimento adaptativo. Até 1989, praticamente, todos os países industrializados aliados aos Estados Unidos se beneficiaram deste tipo de pré-investimento.*¹⁰

Também, no Brasil vai haver uma complexidade de interesses, civis e militares, envolvendo as atividades científicas e as formas de financiá-las devido ao seu alto custo. Afinal o Brasil também faz parte, estrategicamente falando, do espaço de "segurança" colocado sob o controle norte-americano do pós-guerra¹¹. O diletantismo, ou o prazer e o interesse pessoal deixam de existir e as atividades de pesquisa científica passam a ser determinadas por políticas específicas de interesse de segurança do Estado ou do setor produtivo, pois, serão esses os setores que irão financiar os projetos. O financiamento deixa de ser feito pelo conjunto da sociedade para estar em setores bem definidos: o Estado e a Empresa Privada cabendo a cada qual atribuições diferentes. Temos assim a instância política e produtiva dirigindo a produção científica e tecnológica.

¹⁰.BAIARDI, op.cit., 1996, p.211-2.

¹¹. Ver, nesse sentido, os estudos sobre geopolítica de MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995 e COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo, Edusp, 1992.

Internamente, no Brasil, a emergência do setor industrial como dominante nos anos 60, carregou uma herança dos momentos anteriores (Movimento de 30, Estado Novo, substituição das importações) que se refletiu de forma aguda durante o Governo JANGO, que procurou realizar seu programa de "Reformas de Base". Nesse momento confrontaram-se interesses econômicos diversos tais como: o latifúndio, impenetrável às mudanças sociais; os grupos ligados à internacionalização do capital que buscavam o poder político, indispensável à segurança de sua reprodução; a chamada "burguesia nacional" que preferia aliar-se ao capital internacional a fazer concessões à força de trabalho.

Estes confrontos estavam postos numa sociedade em que o movimento operário era vulnerável porque vivia sob a dependência de um Estado interventor de sindicatos; em que o campo estava apenas iniciando a organização de seus trabalhadores em Ligas Camponesas e sindicatos rurais; em que camadas médias eram bombardeadas pela indústria do anti-comunismo; em que a Aliança para o Progresso constituíra-se na grande ideóloga contra a Revolução Cubana e financiava "ilhas de sanidade" hostis ao governo reformista de JANGO; e, em que os intelectuais orgânicos das classes dominantes atuavam no Congresso Nacional, formavam a opinião pública através dos meios de comunicação de massas, da escola, de parte das Igrejas, e participavam de organizações anti-populares tais como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática).

Na sociedade civil, o discurso político progressista dos anos 60 remeteu, frequentemente, às figurações de "povo/anti-povo" e de

"nação/anti-nação", fluindo para a denúncia do latifúndio e do imperialismo, ficando sem a devida expressão o debate sobre a sociedade dividida em classes e a apropriação e expropriação do trabalho nesse momento. Segundo Goes:

*A crise política se revela, principalmente, pelo esgotamento do modelo populista (1930-1964)... O populismo esgotou-se pelo avanço das camadas urbanas e dos setores ligados ao campo que escaparam do controle dos grupos dirigentes. Nesta situação excepcional deu-se uma crise orgânica na classe dirigente, que se sentiu ameaçada na sociedade civil e na própria estrutura econômica, visualizando riscos para a acumulação de capital (...) Sem condições políticas para se transformar no popular, o populismo, em 1964, deixou a cena para o novo Estado tecnocrático-civil-militar.*¹²

Diante desse quadro político-social deve-se perguntar o que fazia a comunidade científica universitária? Que compromissos tinha? Parece que o segmento docente, na época, não havia se dado conta do que estava acontecendo no interior das camadas subalternizadas. Descolada da realidade *"não percebeu a formação de um movimento popular crescente e que, em algumas regiões, ameaçava ser hegemônico"*¹³. Esse movimento popular

¹² GOES, M. e CUNHA, L.A. **O Golpe na educação**. 3ªed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1975, p.10.

¹³. GOES e CUNHA, op.cit. 1975, p.16.

tomou força e conseguiu eleger seus candidatos para as esferas executivas e legislativas nos seus Estados de origem. Segundo Goes:

*"[Abriu] espaço para o pensamento renovador em educação e (absorver) alguns intelectuais com experiência de lutas políticas das classes subordinadas. Estes vão se transformar em intelectuais orgânicos de uma política voltada para a cultura popular"*¹⁴.

Mas se a universidade, no segmento de seus docentes/ cientistas, não percebeu o que estava ocorrendo o mesmo não se deu com a UNE - União Nacional dos Estudantes. Aliando a outros setores, como os sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, constituíram-se em forças políticas nada desprezíveis. Os estudantes, naquele momento, tornaram-se porta-vozes dos movimentos populares e da cultura¹⁵.

Mesmo após o golpe de 64, a comunidade acadêmica, representada pelos docentes/cientistas, não pareceu ter se mostrado ostensivamente reticente frente ao novo regime ou não se deu conta da gravidade da situação, embora algumas vozes e personalidades universitárias tivessem se tornado bastante incômodas para a nova ordem¹⁶. Diferentemente, o segmento estudantil mantivera-se barulhento e ousado; fazia exigências e

¹⁴. GOES e CUNHA, idem, ibidem.

¹⁵ SANFELICE, J.L. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1986

¹⁶. Vide capítulo III deste trabalho

muitas delas sensibilizavam mesmo setores dos estratos sociais médios em ascensão¹⁷.

A elite deu-se conta disso e, sentindo-se ainda ameaçada¹⁸ apoiou o recrudescimento do governo golpista que eliminou os movimentos sindicais e populares, calou as vozes discordantes da comunidade acadêmica e buscou recuperar o mandato cultural popular. Colocando-os sob controle, o regime e seus aliados puseram em marcha reformas e políticas institucionais dentre as quais as políticas de educação e de ciência e tecnologia.

2.1 - A política educacional e o docente/cientista

A partir de 1964 a discussão sobre a reforma do ensino em todos os níveis foi posta sobre novas diretrizes ideológicas. O Governo Militar e seus aliados das classes produtoras e dirigentes foram buscar assessoria externa para implementar seus propósitos e começava apontando para compromissos assumidos em instâncias internacionais.

¹⁷. SANFELICE, op.cit., 1986.

¹⁸. Em junho de 1965, o jornal paulista O Estado de São Paulo, sucursal de Brasília, trazia a seguinte informação: *Em discurso que proferirá no Forum de Reitores a ser realizado em Fortaleza, nesta semana, o ministro Flavio Suplicy de Lacerda, da Educação, denunciará a existência de "um movimento estudantil cada vez mais visível e comprovado, cuidadosamente planejado, visando a uma campanha ampla de desobediência e à desordem, recomendando, entre outras coisa, que simplesmente se ignore a Lei, bem como as ordenações regimentais e estatutárias das faculdades e universidades". O Estado de São Paulo.* São Paulo, jun.1965.

*A Política Nacional de Educação e os compromissos assumidos na Carta de Punta del Leste, pelo Governo Brasileiro, como um dos membros da Aliança para o Progresso, o Ministério pretende realizar planejamento a curto e a longo prazos do sistema de ensino superior, bem como aumentar a eficiência dos seus métodos de trabalho e de seus diversos programas coordenados, a fim de atender às necessidades educacionais presentes e futuras do Brasil nesse setor.*¹⁹

Segundo Kawamura, a educação como um todo pós-64 apontou seu caráter pragmático e economicista.

"... o desenvolvimento dos monopólios, a expansão da indústria cultural no país, as pressões externas em prol do economicismo na educação, as políticas de reformas educacionais - principalmente as de ensino superior e de ensino de primeiro e segundo graus -, a desmobilização das iniciativas populares de educação definiram o caráter pragmático e tecnicista na área educacional. Esse caráter expressa-se no conteúdo (currículos), nos métodos, na prática e na formação de docentes, na formação dos egressos das escolas, nos diferentes graus, e da práticas informais de educação controlada pelo

¹⁹. SANFELICE, op.cit., 1986, p.224.

*Estado e órgãos das classes dominantes. Manifesta-se na massificação e desmobilização da população.*²⁰

Embora houvesse uma preocupação com uma nova estrutura de ensino fundamental e secundário, revelado pela LDB de 1961²¹ e sua reforma em 1971²², o que nos é dado a observar é a relevância dada ao ensino superior. O sistema escolar brasileiro não pôde prescindir do 3º Grau, embora com alto índice de analfabetismo, por força de pressão social e concorrência do mercado de trabalho, produto do projeto desenvolvimentista. Mas há uma "queda de braço" entre governo e membros da universidade. Para ambos a reforma universitária era necessária mas suas perspectivas não se colocavam na mesma direção. Mesmo dentro da academia as divergências tornaram-se profundas.

A Reforma Universitária acabou sendo forjada em estudos realizados por grupos sintonizados com o regime. Quatro foram os estudos de maior influência que deram subsídios para a elaboração da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968:

²⁰. KAWAMURA, L.K. **Novas Tecnologias e Educação**. São Paulo, Ed. Ática, 1990, pp.37-8.

²¹. Lei nº 4024 de 1961

²². Lei nº 5692 de 1971

a) o estudo de Rudolph P. Atcon em 1966 feito a pedido do Governo do Gen. Humberto de Alencar Castelo Branco, através de seu ministro Raymundo Moniz de Aragão²³;

b) o Relatório Meira Mattos, como ficou conhecido o trabalho realizado por solicitação do Presidente Arthur da Costa e Silva e seu ministro Tarso Dutra, cuja Comissão Especial criada pelo Decreto nº 62.024 de 29 de dezembro de 1967 constituída por Carlos de Meira Mattos - Gen. de Brigada, Profº Helio de Souza Gomes - Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Profº Jorge Boaventura de Souza e Silva - Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, Affonso Carlos Agapito da Veiga - Promotor e Coronel Aviador Waldir de Vasconcelos - Secretário Geral do Conselho Nacional de Segurança Nacional, ofereceu sugestões que, na sua maioria foram acatadas e introduzidas em normas da estrutura universitária ou Decretos e Decretos-Leis de cunho autoritário²⁴;

c) os Acordos MEC-USAID, dentre eles o convênio que tratou do ensino superior no Brasil foi assinado em 30 de junho de 1966 por: Raymundo Moniz Aragão - MEC, Faria Goes - Representante do Governo

²³. ATCON, Rudolph. **Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira**. Rio de Janeiro, MEC/DES, 1966, (apresentação)

²⁴. RELATÓRIO MEIRA MATOS. In: **Paz e Terra**. Ed. Paz e Terra, ano IV, nº 9, out/69, pp. 199-241. Dentre as questões apontadas pelo relatório estava posto a chamada crise de autoridade dentro da universidade por parte dos estudantes.

Brasileiro para Cooperação Técnica, Harlan Harrison - Deputy Assistant Director for Technical Cooperation USAID/BRAZIL²⁵;

e) o Grupo de trabalho - GTRU, composto por 11 membros designados pelo Presidente da República, de acordo com o Decreto nº 62.937 de 2 de julho de 1968, foi formado por: Tarso Dutra (deputado federal pelo Rio Grande do Sul e Ministro da Educação), Antonio Moreira Couceiro (professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e presidente do Conselho Nacional de Pesquisas), Padre Fernando Bastos D'Ávila (vice-reitor da PUC/RJ e assessor da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas), João Lyra Filho (reitor da Universidade do Estado da Guanabara), João Paulo dos Reis Velloso (representante do Ministro do Planejamento), Fernando Ribeiro do Val (representante do Ministro da Fazenda), Roque Spencer Maciel de Barros (catedrático da Universidade de São Paulo), Newton L. Buarque Sucupira (ex-professor, ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco, membro do CFE), Valnir Chagas (ex-professor e ex-diretor de faculdade da Universidade Federal do Ceará, membro do CFE), João Carlos Moreira Bessa (presidente do Diretório Central dos Estudantes da PUC/RJ), Paulo Possas (aluno da Escola de Engenharia da UFRJ, indicado pelo Vigário-Geral do Rio de Janeiro, José de Castro Pinto e pelo MUDES) e Aureliano Chaves (Deputado Federal por Minas Gerais, representando o Congresso Nacional)²⁶. O objetivo desse

²⁵. ALVES, Marcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro, Ed.Gernasa, 1968, pp.33-8.

²⁶. CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade Reformanda**. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro, Francisco Alves. 1988, pp.241-2. Vide

grupo de trabalho foi o de estudar a reforma da universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País²⁷.

A divisão do trabalho se manifestou pelo alto, no campo tecnoburocrático de onde advém a pulverização das profissões, principalmente as de nível superior²⁸. A reforma ficou nas mãos da burocracia estatal. Para o regime e para a necessidade do mercado surgente o eixo da discussão passava, primeiramente, pela formação do técnico para responder às exigências tecnológicas que estavam sendo implantadas no setor produtivo. Assim é que o ensino superior vai exercer um papel estratégico porque coube a ele forjar o novo quadro técnico que desse conta do novo projeto econômico brasileiro. No plano da inovação tecnológica, principalmente no setor produtivo, tratava-se de formar "desembrulhadores de pacotes" tecnológicos importados.

também em RELATORIO DO GRUPO DE TRABALHO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA. In **Paz e Terra**. op.cit. p.243-282.

²⁷. Apud FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira**: reforma ou revolução. 2ªed. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, p.205

²⁸. De acordo com o Censo de 1970, no capítulo sobre Ocupação e Formação Escolar Completa (nível Superior), observa-se o seguinte: os que concluíram o curso superior, em todas as especialidades se concentraram nas ocupações de tipo técnico, científico e afins (68,9%), seguindo-se os engajados nas ocupações administrativas (21,6%). O PNAD de 1982 mostra um movimento significativo em direção às atividades administrativas. As pessoas com nível superior que desempenham atividades relativas às ocupações técnicas, científicas e afins baixou para 59% enquanto que as administrativas aumentou para 28%. Quanto à qualificação dos que exercem atividades técnicas, científicas e afins mostra que 74% possuem mestrado ou doutorado.

*O desenvolvimento contemporâneo não prescinde nem economicamente, nem politicamente, do conhecimento rigoroso gerado na ciência e aplicado na tecnologia. Exige ainda, para ser realizado, quadros especializados de nível mais alto, para cuja formação recorre à Universidade, que assim aparece como escola superior.*²⁹

Em consequência dessa política vamos assistir a uma expansão surpreendente das instituições de ensino superior. Em 1968 existiam 41 universidades e 397 entre estabelecimentos isolados e federações; em 1985, quando se encerra o governo militar já estavam em funcionamento 68 universidades (sendo 20 particulares) e 791 estabelecimentos isolados e federações (sendo 606 particulares)³⁰. Em 1968 havia oferta de 1.712 cursos no Brasil e em 1985 saltou para 3.923 cursos oferecidos³¹.

Essa expansão refletiu o número de vagas autorizadas em relação às matrículas efetuadas. Em 1964 foram autorizadas 56.446 vagas mas foram realizadas 142.386 matrículas. Já em 1977 foram previstas 463.000 vagas autorizadas e 1.117.000 matrículas. Destas, em 1964, 49,2% das vagas e 38,4% das matrículas eram das escolas particulares. A escola superior

²⁹. CARDOSO, Miriam Limoeiro. **A presença da ciência na universidade**. Ciência e Cultura. São Paulo, v.29, n.11, p.1252, nov.1977.

³⁰. Fonte: SEEC/MEC - Estatísticas da Educação Nacional.

³¹. Fonte: SEEC/COPEAL/PAU/MEC

pública detinha, ainda, a maioria das vagas e matrículas. Já em 1977, 72,7% das vagas e 63,9% das matrículas eram das escolas superiores particulares.³²

Dois aspectos aqui devem ser destacados: a privatização do ensino e a expansão do quadro docente do nível superior. Os motivos que levaram à expansão do setor privado do ensino superior estavam fundados numa concepção liberal e de economia de mercado que estavam colocados, principalmente, no II PND. Desse modo, os grupos que defendiam a privatização das universidades públicas o faziam como estratégia para reduzir a intervenção do Estado na economia e no setor entendido como "de serviços", no sentido de privatizá-lo mas não de eliminá-lo como parceiro nas atividades concorrenciais e de mercado³³. Também quer dizer: o setor privado não se propunha a financiar pesquisa deixando a tarefa a cargo dos órgãos do governo ao mesmo tempo que viam o Estado como a instância que subsidiaria o setor privado nas questões do ensino, mormente do ensino superior.

Mas criar escolas e vagas tornou-se mais simples do que gerar empregos no setor produtivo industrial ou comercial. Assim, o que o

³². Fonte: SEEC/MEC, apud SCHWARTZMAN, op.cit., 1977, p.293

³³. Luiz Antonio CUNHA afirmava tratarem-se de *setores empresariais que atuam em outras áreas, interessados não em acumular às custas do ensino, diretamente, mas sim empenhados em reduzir a importância da presença do Estado na economia. Esses setores buscam privatizar o Estado pela privatização de suas atividades, com o Estado operando como uma empresa, conforme as regras do jogo de mercado: concorrência e lucratividade. Essa concepção privatizante de 'serviço público' no campo do ensino abre caminho para o que interessa diretamente a esses setores: fim do monopólio estatal de produção de certos bens (...).* (CUNHA, L.A. **Escola pública, escola particular e a democratização do ensino**. 2ªed., São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986, p.153)

mercado não consegue assimilar o próprio sistema educacional superior o faz absorvendo parte do pessoal que forma. Estes passam a constituir uma força demandatória por melhores condições de trabalho, bolsas de estudos e recursos para pesquisas. No período de 70/75 há um incremento de professores de nível superior da ordem de 120,8% em relação ao período de 65/70. E no período de 75/82 o incremento é de apenas 2,6% em relação ao período anterior³⁴. O próprio sistema apontou seu limite. Tanto que houve, nesse período, restrições para contratações no sistema de ensino superior público federal³⁵. Mas as contrações acabaram por serem feitas criando um novo problema sobre o qual será abordado mais à frente.

Não se pode negar que houve, de fato, uma prioridade e destaque para o ensino superior enquanto estratégia para a formação de recursos humanos especializados. A expansão do quadro vai gerar perturbações não pensadas pelo regime e seus aliados. Mas um novo ingrediente vai colaborar para intensificar os problemas no mundo acadêmico. Segundo KAWAMURA:

*A primazia do nível superior faz parte da história da educação brasileira; mais recentemente, os argumentos apontam para a necessidade de formação de pessoal de alto nível para o desenvolvimento da ciência e tecnologia com vistas à modernização tecnológica do país.*³⁶

³⁴. Cálculos feitos por mim baseado em dados do SEEC/MEC.

³⁵. Decreto nº 78.120/77 proíbe novas contratações.

³⁶. KAWAMURA. Op.cit., 1990, p.39.

Num segundo momento já não se tratava mais de formar apenas técnicos, mas pesquisadores de alto nível para levar à frente uma política de autonomia da produção científica nacional. Para tanto apenas a formação em nível de graduação não bastava e por esse motivo investiu-se em programas de pós-graduação os quais seriam realizados nos centros universitários. Para entender melhor essa questão é preciso trazer à tona os propósitos dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e dos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

2.2 - A política científica e tecnológica e o docente/cientista

Como não poderia deixar de ser vamos encontrar discordâncias entre as proposições contidas nos planos governamentais e as expectativas geradas na comunidade científica.

O maior estímulo à pesquisa e à tecnologia no Brasil a partir, principalmente, de 1968, foi colocado pela política de fortalecimento do sistema produtivo nacional. Esta política foi vinculada à política externa do governo para colocar o Brasil, em melhor situação estratégica militar e política dentro do bloco americano. Por isso dentre outras coisa cuidou para aprimorar seus recursos humanos elegendo a ciência e a educação como prioridades nacionais. Segundo Morel:

Dentro da política modernizante a que o novo governo se propõe, o sistema científico e a formação de recursos humanos qualificados são vistos como elementos de

*importância estratégica.(...) Ciência e recursos humanos são encarados como pontos de estrangulamento da expansão econômica no Brasil, instrumentos capazes de, caso adequadamente incentivados, fortalecer o sistema produtivo nacional.(...) Nos planos e pronunciamentos governamentais, ciência e educação vão ser considerados como **investimentos** para o **desenvolvimento**, apresentado como objetivo **nacional**.*³⁷

Para a autora é possível observar as tendências que orientaram as políticas científicas e que passaram a existir no Brasil, principalmente após 1964, no que diz respeito aos fatores internos.

*Do lado da "segurança, o cerceamento de manifestações de críticas ao governo; do lado do "desenvolvimento", a ênfase na pesquisa científica e na formação de cientistas e profissionais especializados como elementos indispensáveis ao crescimento econômico e criação de um Brasil, grande potência.*³⁸

Para a autora, esse desenvolvimento foi colocado em evidência a partir de dois sistemas institucionais que foram considerados estratégicos. A rede universitária que deveria formar pessoal qualificado até em nível de pós-

³⁷. MOREL, Regina Lucia de Moraes. **Ciência e Estado: a política científica no Brasil**. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979, pp.52-5.

³⁸. MOREL, op.cit, p.51.

graduação, e os institutos de pesquisas, para que desenvolvessem a pesquisa pura, aplicada e tecnológica.

Mas é preciso considerar um aspecto importante. Se as forças da ordem levaram à frente seus propósitos de envolver tais sistemas é porque encontraram apoio dentro deles. E esse apoio significou inclusive afastar , pelos mecanismos que a ordem institucional dispunha, todos aqueles que discordavam de tal política.

De acordo com CORDOVA, GUSSO e LUNA, a comunidade científica brasileira organizou-se em torno de associações para fundar sua identidade e defesa de sua atividade. Uma delas, a SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, fundada em 1948, junto com o CBPF - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, em 1949, estava mais voltada para a importância do papel do cientista brasileiro num país que buscava seu desenvolvimento. A outra associação, a ABC - Associação Brasileira de Ciência objetivava uma atuação mais voltada para "*o auto-enriquecimento da comunidade científica*"³⁹.

Ao mesmo tempo, um outro fator obrigara os cientistas a refletirem sobre as formas de apropriação política e econômica do seu saber e do produto de seu trabalho. A criação da bomba atômica não provocaria transformações só sobre o processo produtivo e sobre a arte militar: levou a que os cientistas dessem conta de si próprios na teia das relações políticas e

³⁹. CORDOVA, R.A., GUSSO, D.A. e LUNA, S.V. **A pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro**. Brasília, UNESCO/CRESALC/MEC/SESu/CAPES, 1986, p.13-14.

econômicas. Em outros termos, a influência do "sistema" da "Big Science" não se fazia esperar. Estavam integrados ao mundo da guerra fria. A relação da comunidade científica com a sociedade, daí por diante, seria conflituosa.⁴⁰

Esse quadro de situação modificou definitivamente a atitude do cientista tanto como categoria social como quanto às suas posições políticas. Tais mudanças atingiram também políticos e técnicos governamentais que gerenciavam políticas científicas e militares ligados aos órgãos de atividades estratégicas. Daí o surgimento de vertentes junto à comunidade científica: "a vertente nacionalista" e a vertente "pragmática"⁴¹. Podemos entendê-las como formas genéricas para explicar algumas diferenciações em suas posições.

Algumas facções da corrente nacionalista foi responsável pela criação do CBPF ao mesmo tempo em que demonstraram preocupações com a mudança de direção que estava sendo dado ao Instituto Butantã e ao IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas pelo governo estadual paulista. A "vertente pragmática" tinha origem em outro perfil: surgiu de grupos da tecnoburocracia estatal e das escolas técnicas superiores. Essa vertente também era compartilhada por membros da comunidade científica mas predominavam professores e engenheiros que se destacavam na administração pública e na empresa privada.

⁴⁰. *A consciência de que voltavam a ser usados para fins políticos, que não eram os seus próprios aguçara-se com a Guerra Fria e, logo, com as campanhas macarthistas.* (CORDOVA et al., op.cit., p.14)

⁴¹. CORDOVA et al., op.cit.

*Sua preocupação maior é com os rumos do desenvolvimento econômico, com a "ampliação do gap tecnológico" e com a preparação de técnicos para viabilizar a expansão industrial. De certa forma, é-lhes indiferente que a tecnologia seja importada ou que seja desenvolvida no Brasil.*⁴²

O que faz muito sentido. A ciência e a tecnologia são entendidas apenas como produtos de importação necessários aos propósitos do modelo econômico implantado. Pensava-se aqui em economia internacionalizada provocando sobremaneira os segmentos que defendiam políticas nacionalistas.

Quanto à formação de novos quadros, verificou-se que fruto dos embates entre as tendências houve a criação da CAPES, em 1951, que atendeu os interesses de ambos. Houve a qualificação para o pessoal de nível superior em geral e não apenas para cientistas como queria um dos grupos e o programa seria controlado pelo INEP/MEC e ficaria sob o comando de Anísio Teixeira⁴³. Na área de fomento à pesquisa criou-se, em 1964, o FUNTEC ligado ao BNDE, priorizando as áreas mais utilitárias⁴⁴.

⁴². CORDOVA et al., op.cit., p.15

⁴³. Anísio Teixeira ficou por longo tempo na coordenação da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. No período de 55 a 59, foi também, durante duas gestões, Presidente da SBPC.

⁴⁴. CORDOVA et al., op.cit., p.18

Ora, diante dessas posições não fica difícil pensar porque a comunidade científica, através dos embates entre os dois grupos, ora próximos, ora distantes, mas sempre articulados, durante os anos do desenvolvimentismo dos governos JK, JQ e JANGO, não se tornou obstáculo intransponível para os propósitos do regime golpista no campo científico. Também não fica difícil concluir porque os mais próximos à corrente pragmática, ligada aos setores privados, tiveram mais espaços dentro dos propósitos da nova ordem militar. Mas até aqui há mais um conflito. Embora o pragmatismo tivesse um tom mais alto nas políticas científicas não ficou de lado o matiz nacionalista dos militares que almejavam a autonomia na produção científica em algumas áreas caras à estratégia militar de segurança nacional. Tanto é assim que em 1971 foi criada, pelo General Presidente Emilio Garrastazu Médice, a COBAE - Comissão Brasileira de Atividades Espaciais, órgão subordinado ao EMFA - Estado Maior das Forças Armadas, portanto sob o controle militar⁴⁵. O INP, filiado ao CNPq, seria o órgão da área civil responsável pelo programa de pesquisas espaciais sob a orientação do COBAE. Esses pontos transparecem na elaboração dos planos de desenvolvimento e dos planos de ciência e tecnologia elaborados no regime militar.

⁴⁵. De acordo com o I PND, *as pesquisas espaciais de interesse militar serão conduzidas pelos órgãos especializados dos Ministérios Militares*. BRASIL. Presidência da República. **I PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/74)**, Brasília: dez.1971, p.60. A natureza militar do COBAE tornou-se ao longo dos anos impeditivo de qualquer possibilidade de acesso do Brasil às tecnologias de ponta indispensáveis às atividades espaciais. Essa situação modifica-se em 1994, quando, em 10 de fevereiro, foi criada a AEB - Agência Espacial Brasileira, como órgão civil subordinado à Presidência da República. Mas só em 16 de setembro desse ano é que, em reunião, foi substituída a COBAE pela AEB. O fim da COBAE encerrou uma época no setor espacial brasileiro.

Os planos parecem terem sido elaborados sob a égide de um ufanismo nacional buscando elevar o País de 9º a 8º posição mundial na produção do PIB. Mas o objetivo, do ponto de vista da economia, que se perseguiu foi levar em frente um plano em que se viabilizasse um novo surto de substituição das importações⁴⁶, calcada na constituição da grande "empresa nacional" e formação de recursos humanos altamente qualificados não só tecnicamente mas também cientificamente. O Estado, através da burocracia estatal, chamou a si esse propósito e bancou, com a poupança forçada do conjunto da população, com o arrepio da manifestação política adversa e com empréstimos externos, os propósitos do plano.

O I PND⁴⁷, sob o governo Médice, tinha como estratégia fundamental para o desenvolvimento econômico no país a criação da indústria nacional. A indústria seria o carro-chefe da inovação tecnológica. Para tanto precisaram também criar o que chamaram de "revoluções" e uma delas foi a "revolução na educação". Expressam isso na reforma do ensino fundamental e básico pela Lei 5692/71 e na reforma universitária pela Lei 5540/69. A integração "Indústria/Pesquisa/Universidade" foi definida como uma estrutura nacional integrada e esse foi o arranjo pretendido.

Combinando os setores, cuja meta foi essa concepção desenvolvimentista a partir da indústria, propuseram-se a elaborar uma

⁴⁶. Questão abordada no Capítulo I deste trabalho

⁴⁷. A Lei nº 5727, de 04 de novembro de 1971, dispôs sobre o Primeiro Plano Nacional do Desenvolvimento - I PND, para o período de 1972 a 1974. BRASIL. Presidência da República. **I PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/1974)**. Brasília: dez.1971.

política científica e tecnológica como fator de expansão. As áreas prioritárias foram a energia nuclear, a eletrônica, a pesquisa espacial, cujo interesse militar era notório. O sistema financeiro para o desenvolvimento tecnológico envolveu os recursos do FNDCT, do FUNTEC/BNDE, do fundo existente no CNPq. Esses recursos seriam mobilizados para fortalecer um grupo selecionado de instituições, centros de pesquisas federais, estaduais e privados para solução de problemas tecnológicos da indústria. Buscava-se com isso conseguir transferências de tecnologias, elaboração de tecnologia própria e ingresso na era nuclear. Para tanto propuseram criar um sistema de centros de tecnologia de infra-estrutura e indústria básica e no plano dos recursos humanos, reformular a carreira do pesquisador⁴⁸.

O II PND⁴⁹, sob o governo Geisel, dá continuidade ao anterior mas traz novidades. Sua direção está fundada no binômio Desenvolvimento e Segurança. Esta referência diz respeito à mudança da direção política que o novo governo quer dar buscando diferenciar-se da política dura de seu antecessor, haja vista que o respaldo ao regime por seus aliados, começava a fraquejar. Setores oposicionistas da sociedade civil já se faziam presente e gradativamente ampliavam sua posição. Há quem diga que sob o governo Geisel o controle teve um caráter de intervenção mais científico.

⁴⁸. Sobre esse tema é interessante observar que é um propósito que está presente em todos os planos mas que jamais chegou a bom termo.

⁴⁹. A Lei nº 6151, de 04 de dezembro de 1974, dispos sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND, para o período de 1975-1979. BRASIL. Presidência da República. **II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/1979)**. Brasília: 1974.

Mas esse plano deu novo vigor ao investimento sobre a energia. Em meio à crise do petróleo que se configurou no mundo pondo em evidência o caráter esgotável dessa fonte natural, houve um empenho em acelerar os estudos e pesquisas sobre a energia nuclear e outras fontes de energia alternativas. Então, mesmo com dificuldades para obtenção de petróleo a preços adequados, a política de crescimento acelerado via indústria não perdeu seu vigor e caminhava no sentido de construir o empresariado nacional.

Se no plano anterior procurou-se desenvolver o mercado interno, no segundo plano buscou-se, enquanto meta, aumentar a renda dos estratos médios e da camada trabalhadora direcionando-as para o consumo de massa. Pelo menos essa era a intenção. Defendeu-se o modelo econômico de mercado estimulando a atuação da iniciativa privada permanecendo o setor público onde o setor privado não pudesse ou quisesse atuar⁵⁰. Haveria também, dentro da meta da criação da empresa nacional, o estímulo às fusões e conglomerados para o fortalecimento da "grande empresa". A opção pelo regime econômico de mercado também definia a forma como o Estado participaria em outros campos em que o setor privado não agisse sozinho, quando era área de controle do Governo. Assim, ficou definido que o governo teria uma ação direta no campo da Energia, Transporte e

⁵⁰ *Na indústria, consequentemente, a orientação é de deixar com a iniciativa privada a função de investir e de produzir, com rentabilidade adequada. Só haverá projetos sob controle de empresas governamentais se, na prática, a iniciativa privada, claramente, demonstrar que não pode, ou não deseja, realiza-los (por motivos ligados ao volume dos investimentos, à baixa rentabilidade direta dos projetos ou à tecnologia), a exemplo do que aconteceu na siderurgia de produtos e planos. Ainda mais: mesmo que tenham de assumir o comando de certos projetos, procurarão normalmente as empresas de Governo associar-se ao setor privado utilizador de insumo a produzir, e, sempre que possível, em oportunidade futura, passar a iniciativa às mãos de empresários.* BRASIL. Presidência da República. **II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/1979)**. Brasília: 1974, p.38.

Comunicações; agiria complementarmente com o setor privado; e, no campo da Educação, Saúde e Previdência Social, atuaria conjugadamente com o setor privado.

Expandir a política de ciência e tecnologia foi outra meta do segundo plano. Ciência e Tecnologia eram tidas como condutores do progresso e da modernização. Buscar-se-ia o equilíbrio no desenvolvimento entre pesquisa fundamental e aplicada e desenvolvimento. Mas haviam duas ressalvas: na primeira, alegava-se que não se deveria dar uma ênfase excessiva na formação de pessoal e na pesquisa básica porque isso conduziria à evasão de cérebro e ao isolacionismo do sistema científico e, na segunda, não se deveria estimular a fixação em tecnologia porque geraria o imediatismo. Essa posição fora um recado do governo às forças da comunidade científica, aglutinadas na SBPC e na SBF. Era na verdade, governo (militares) e cientistas medindo forças sobre a definição e condução de políticas científicas. Segundo sua perspectiva, o governo estimulou o que chamou de "importação de cérebros" e tecnologia de ponta como forma de atualização da tecnologia, pois esta ainda estava baseada na transferência. Na pesquisa fundamental buscou-se a melhoria de sua qualidade compatível com o nível internacional. Para tanto o CNPq⁵¹ transformara-se em Fundação com

⁵¹. O CNPq - Conselho Nacional de Pesquisas, sob o controle do SEPLAN, é transformado em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na forma de Fundação e mantém a sigla CNPq. A ressalva é relevante na medida em que, o governo Geisel altera o organograma da estrutura federal e transforma o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em um super ministério chamado Secretaria do Planejamento do Governo Federal, tornando-se responsável pela Política de Ciência e Tecnologia, cujo ministro chefe continuou sendo João Paulo dos Reis Velloso.

recursos orçamentários próprios⁵² destinados às pesquisas nas universidades e institutos.

Quanto a formação de recursos humanos qualificados, o plano previu a execução do PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação, sob a coordenação do Conselho Nacional de Pós-Graduação, integrando, nas universidades, a pós-graduação e a pesquisa. Novamente, no II PND, observou-se o destaque para a melhoria do trabalho do pesquisador criando a figura do Pesquisador Científico e Tecnológico e estimulando a criação de um novo Plano de Classificação de Cargos.

O III PND⁵³, sob o governo Figueiredo, para o período de 1980-1985, pouco acrescentou ao que já havia sido colocado nos anteriores, mas no que tange à universidade prevaleceu o pragmatismo: propunha o ajustamento e dimensionamento das universidades ao mercado de trabalho.

Quanto aos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PBDCTs foram considerados *condutos da idéia de modernização* (industrial, econômica e socialmente) Foram apresentados, principalmente o I PBDCT, como *complemento indispensável da tarefa de pragmatismo reformista que a revolução vem compreendendo*. A importância da C&T foi tida como imperiosa para poder consolidar uma *economia poderosa e competitiva*, que acabou por não se concretizar.

⁵². Segundo Fernandes, *...meros 7% do crescente orçamento destinado à Ciência e Tecnologia*. (FERNANDES, op.cit.,1990,p.29)

⁵³. BRASIL. Presidência da República. **III PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1980/1985)**. Brasília: set.1979.

Na reunião de apresentação do I PBDCT - 1973/1974⁵⁴, em 25 de julho de 1973, o ministro do, ainda, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral contou com a presença do Presidente da República General Emilio Garrastazu Médici, seu "staff" de ministros civis e militares, do presidente do CNPq, General Arthur Mascarenhas Façanha e representantes de organismos civis voltados à ciência, que foram: prof. Oscar Sala, presidente da SBPC, Prof. Aristides Azevedo Pacheco Leão, presidente da ABC. Na ocasião, o ministro assim se referiu ao papel que a universidade e os cientistas deveriam desempenhar para que os objetivos do plano fossem concretizados:

*Sem embargo, seus objetivos [da universidade e dos cientistas] não serão atingidos sem a compreensão, confiança e solidariedade dos homens que fazem ciência e tecnologia nas instituições de pesquisa e nas universidades. Dos cientistas e tecnólogos brasileiros, o que se deseja é a atitude de participação, dentro da convicção de que todos somos homens de trabalho - no Governo, na empresa, no laboratório, na universidade - com uma tarefa a executar e responsabilidade pela qual responder à Nação.*⁵⁵

⁵⁴. Decreto nº 72.527, de 25 de julho de 1973 que institui o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PBDCT, foi sancionado pelo Presidente da República, o General Emilio Garrastazu Medici.

⁵⁵. BRASIL. Presidência da República. **PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1973/4)**. Brasília: jun.1973, p.VIII.

E com relação à ciência e universidade, economia e sociedade o ministro afirmou:

*Interessa, ao País, não a existência de um mundo dicotômico - a economia em contraste com a ciência, a universidade em contraste com a sociedade.*⁵⁶

Como já foi posto anteriormente, estiveram presentes a essa cerimônia os presidentes da ABPC e ABC, representando a comunidade científica. Isso parecia demonstrar que havia senão uma sintonia, ao menos uma aproximação entre essa comunidade e a universidade com os planos do governo. Principalmente porque os investimentos para a pesquisa e pós-graduação prometiam ser altos, perdendo só para o setor de tecnologia industrial⁵⁷. Foram nove as áreas prioritárias para o fomento à pesquisa e investimento à pós-graduação: ciências econômicas, engenharia, informática, geociências, ciências agropecuárias, química, biociências, física e astronomia e matemática.

O II PBDCT - 1975/1977⁵⁸, na verdade vigorou até 1979. Nesse plano, em sintonia com o II PND, reforçava-se a importância do

⁵⁶. BRASIL, op.cit., 1973, p.VIII.

⁵⁷. BRASIL, op.cit., 1973, p.17

⁵⁸. II PBDCT - 1975/1977, foi instituído pelo Decreto nº 77.355, de 31 de março de 1976, sancionado pelo Presidente General Ernesto Geisel e publicado no Diário Oficial de 05 de abril de 1976. BRASIL. Presidência da República. **II PBDCT. Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1975/1977)**. Brasília: mar.1976.

fortalecimento da empresa nacional para uma economia de mercado capitalista. Para tanto, o motor dessa empreitada estaria calcada no desenvolvimento da ciência e da tecnologia. O investimento nessa área levou a criar um sistema de fundo e agentes para o desenvolvimento científico e tecnológico. Assim, FNDCT, FUNTEC, CNPq, FINEP e CAPES passariam a desempenhar função análoga ao que o BNDE era para as indústrias básicas.

Embora a política de ciência e tecnologia previsse a produção de novas tecnologias, na realidade buscou-se muito mais criar as condições que permitissem acompanhar o desenvolvimento que vinha ocorrendo nos países mais desenvolvidos. É preciso lembrar que o modelo de desenvolvimento imposto ao País privilegiara o grande capital e portanto, a empresa monopolista. A empresa nacional que vinga é aquela mantida pelo poder público: a de economia mista. Os empresários nacionais visam mais a aliança com as multinacionais. Estas, vindas de países avançados, não necessitavam de centros locais de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias, pois, buscariam, em seus países de origem, a tecnologia avançada necessária. Isso significou ampliar a situação de dependência do País. À universidade brasileira, diante dessa forma dependente de produção dos meios avançados de produção, coube preparar profissionais qualificados para tornarem-se meros "desembrulhadora" de pacotes tecnológicos. Com isso a vida científica na universidade tornou-se estreita e os docentes/cientistas encontrando dificuldades para produzir tecnologias próprias e uma ciência independente. O governo e seus aliados não se dispunham a investir de forma diferente: era mais adequado, para eles, dirigirem-se ao mercado.

*Nas condições de dependência científica e tecnológica, a importância não estava tanto na criação da ciência e tecnologia, como vimos repetindo, mas no acompanhamento dos avanços realizados nos países centrais e adaptações locais de novas tecnologias.*⁵⁹

O III PBDCT 80-85⁶⁰ perde o vigor das propostas antecessoras. O governo Figueiredo não enfatiza o setor de Ciência e Tecnologia como seus antecessores. Isso ficou demonstrado pela drástica diminuição de recursos e o patrimônio material e humano acumulado nas últimas décadas ficam em situação precária dando início a um processo de desmonte dessa cultura que sequer chegou a florescer.

O que se pode observar é que as políticas educacionais, científicas e tecnológicas, principalmente nos anos 70, em nome da necessidade de novas formas de gerenciamento, planejamento, qualificação profissional, novas tecnologias nos setores produtivos e de serviços não deram conta dos problemas sociais que existiam. O resultado pode ser verificado pelos indicadores de qualidade de vida no País. Segundo Kawamura:

⁵⁹. KAWAMURA, L.K. **Novas Tecnologias e Educação**. São Paulo, Ed.Ática, 1990, p.39-40.

⁶⁰. BRASIL. Presidência da República/Secretaria do Planejamento. **III PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1980/1985)**. Brasília: [1980?]

*A procura da superação do subdesenvolvimento no sentido de modernizar as áreas atrasadas do país mediante a introdução de inovações tecnológicas, contraditoriamente, desenvolveu o processo de deterioração da qualidade de vida e até reproduziu condições de vida miseráveis, em áreas metropolitanas, onde o avanço tecnológico se fez mais presente.*⁶¹

As políticas de educação, ciência e tecnologia não estavam voltadas nem para o espaço público (que o discurso oficial sempre enfatizou) nem para o mercado interno (que o próprio setor interessado não investiu). A participação democrática dos setores sociais permaneceram fora da decisão das políticas de Ciência e Tecnologia. O que movia tais projetos era a perspectiva privatizante baseada na internacionalização econômica. O Brasil permaneceu como se fosse território ocupado⁶². A população, embora não fosse detalhe para o modelo econômico não contava na hora da distribuição de rendas.

De qualquer forma vamos verificar uma expansão do quadro de docentes/pesquisadores nos anos 70, portanto, da comunidade científica que defende seu trabalho graças à política de pós-graduação e à indissociabilidade do ensino e da pesquisa na universidade.

⁶¹. KAWAMURA, op.cit., 1990, p.58-8.

⁶². Pensamento emprestado de Octavio Ianni, *Desde o começo, o Brasil tem jeito de território ocupado; e o povo aparece como povo conquistado. Desde o princípio os blocos de poder aparecem como arranjos de conquistadores*. (IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis, Vozes, 1984)

2.3 - A política de pós-graduação e o docente/cientista

Segundo VIEIRA⁶³, a indissociabilidade do ensino e da pesquisa prevista na reforma universitária modificou a carreira docente dando-lhe novas atribuições na universidade⁶⁴. Essa forma de conduzir o trabalho do docente que ensina e pesquisa já era uma forma de ser da USP, a partir de sua criação em 1934 e da experiência da Unb em 1961. O novo é a intensificação da pós-graduação como espaço de qualificação e de produção científica na universidade.

A partir do parecer nº 977 de 03 de dezembro de 1965, do deputado Newton Sucupira, do Conselho de Ensino Superior⁶⁵, em 1965 as universidades brasileiras, copiando o modelo norte-americano de pós-graduação⁶⁶, criam sistematicamente cursos de pós-graduação para estimular

⁶³. VIEIRA, Sofia Lerche. **Universidade Federal nos anos 80: o jogo da Política Educacional**. São Paulo, Tese (Doutorado em Educação), PUCSP, São Paulo, 1990.

⁶⁴. O Decreto-Lei nº 53/66 nos Art. 1º e 2º já previa o princípio da unidade das funções do ensino e da pesquisa. Os art 5º da Lei nº 5539/68 e art.32, parágrafo 1º da Lei 5540/68, rezava que: *Haverá apenas uma carreira docente obedecendo ao princípio de integração entre ensino e pesquisa*.

⁶⁵. Segundo MORAES e SMAILI, *Em 1965, após o golpe militar, caracterizou-se a necessidade de se ter domínio da investigação científica e tecnológica com base no sistema militar de dominação e criou-se então, efetivamente, a PG no país, com o famoso parecer 977/65, do deputado Newton Sucupira. Este parecer contou com a participação de membros ativos da comunidade científica como Clóvis Salgado, Maurício Rocha e Silva, Alceu Amoroso Lima, Anísio Teixeira, entre outros, MORAES, C. e SMAILI, S. (orgs.). O movimento nacional dos pós-graduandos e seus vinte anos de história. Revista da ANPG. São Paulo: [19-], p.7.*

⁶⁶ O sistema americano foi implementado nas áreas de exatas e tecnológicas, principalmente. Nas áreas das humanidades permaneceu a referência do modelo francês.

a pesquisa e formar aqueles que iriam trabalhar no ensino superior vinculando essa atividade à pesquisa. Fora da pós-graduação, a pesquisa é feita em institutos independentes.

Mas será através da burocracia governamental que surgirá um plano organizado de pós-graduação. Como pode ser verificado, o comando da política de ciência e tecnologia estava sob o controle do governo federal e a partir do II PND tudo que dizia respeito à política de pesquisa e qualificação de cientistas ficou explicitamente subordinado ao SEPLAN. Mas parece que o Ministro da Educação do governo Geisel, o general Ney Aminthas Braga não aceitava perder poder e deixar o programa de pós-graduação, que entendia como área da educação, subordinado ao ministro-chefe do SEPLAN, Reis Velloso, o comando dessa área. Por essa razão foi criado o CNPG⁶⁷ - Conselho Nacional de Pós-Graduação, órgão colegiado interministerial, como forma de minimizar divergências. O Conselho foi formado pelos Ministro da Educação Ney Aminthas Braga (Presidente do Conselho), Ministro-Chefe do Planejamento Reis Velloso (Vice-Presidente) e por representantes do segundo escalão desses ministérios: DAU/MEC, CFE/MEC, CNPq/SEPLAN, FUNDCT/BNDE. Além desses foram incluídos reitores de 4 (quatro) universidades federais e um reitor de universidade particular.

O CNPG, então, elaborou um plano para o período de 75-77, o PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação⁶⁸. Seria prerrogativa da pós-graduação

⁶⁷. O CNPG foi criado por decreto em 04 de janeiro de 1974. MORAES e SMAILI (orgs.) op.cit., [19-], p.173.

as seguintes atribuições: a) formar professores para o magistério universitário para atender à expansão quantitativa desse nível de ensino; b) preparar, profissionais de nível elevado, em função da demanda do mercado de trabalho, nas instituições públicas e privadas; c) formar pesquisadores para o trabalho científico para formar núcleos e centros de pesquisas e atender demandas setoriais e regionais da sociedade.

O plano teve sua direção operacional atribuído à CAPES. Um de seus instrumentos foi (e continua sendo) o PICD - Programa Institucional de Capacitação Docente - que foi (e continua sendo) desenvolvido em cada universidade para qualificar seu corpo docente. Entretanto, outros programas e projetos ligados à Ciência e Tecnologia mantiveram seus próprios objetivos e programas nem sempre concordantes com o PNPG.

O II PBDCT deu ênfase à pós-graduação como forma de qualificação de cientistas de alto nível. Envolveu o PNPG ao tempo que procurou controlá-lo. O objetivo foi formar recursos humanos para pesquisa e por esse motivo previu investimentos para atividades de iniciação científica nas universidades; cursos de pós-graduação (mestrado/doutorado); pós-doutorado; aperfeiçoamento, estágios e treinamento; intercâmbios e participação em eventos e, bolsa auxílio para pesquisadores.

Até 1964 o Brasil tinha 22 cursos de mestrado e 10 de doutorado. De 1965 a 1984, o País já havia aberto 777 cursos de mestrado e 330 de

⁶⁸. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/CNPG. **PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação**. 2ed., Brasília: 1975.

doutorado⁶⁹. Quantitativamente, pode-se observar que o programa teve saldos positivos mesmo que não tenha chegado à meta almejada. O II PBDCT previa qualificar, no triênio 75/77, 8.700 docentes e 18.200 no quinquênio. Os dados mostram a seguinte evolução quanto à titulação: até 1976 chegou-se a 6.613 mestres e 571 doutores; até 79, foram 9.263 mestres e 910 doutores; e, até 1982 chegou-se a 11.623 mestres e 1523 doutores⁷⁰. Embora, enquanto titulação, houvesse chegado quantitativamente aquém do previsto, a demanda no pós-graduação corrobora a hipótese de alternativa de emprego ou ocupação. Vejamos: em 1973 são 11.165 alunos matriculados nos programas de mestrado e 434 nos de doutorado. Em 1976, ano em que entra em vigor o PNPG, foram 24.214 os frequentadores dos programas de mestrado e 2041 os do doutorado. Em 1982 foram 40.691 o número de alunos nos programas de mestrado e 6.999, nos dos doutorados⁷¹.

Essa intensa procura para os programas de pós-graduação levou à algumas avaliações não muito otimistas. Uma delas apontava para a desqualificação dos cursos de graduação.

A combinação de um sistema ampliado de graduação, com a concentração de talentos e recursos nos programas de pós-graduação e pesquisa, levou em muitos casos a uma desvalorização do ensino de

⁶⁹. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/CAPES. **Avaliação da pós-graduação**: síntese dos resultados. Brasília: 1993. Vide, também, Anexo III.

⁷⁰. Fonte: CAPES/MEC

⁷¹. Fonte: CAPES/MEC

graduação. Em muitas carreiras profissionais, o nível de mestrado tornou-se um requisito mínimo para a entrada no mercado de trabalho, o que transformou esses cursos em extensão das escolas de nível superior. Isto significou, de fato, um aumento de dois a três anos no tempo necessário para formar um profissional, sem maior aproveitamento de qualidade e com uma forte pressão para o ingresso nos programas de pós-graduação por parte dos estudantes sem perspectiva de trabalho ao término de seus cursos superiores. Isto ocorre principalmente para as novas profissões como economia, administração, psicologia, mas está também se tornando uma realidade para as carreiras mais tradicionais, como engenharia, medicina e direito⁷².

Os programas de pós-graduação ganharam certa autonomia na estrutura universitária. Essa autonomia retomava a elitização perdida por causa do acesso mais ampliado dos segmentos sociais aos cursos superiores⁷³. Mesmo no interior da universidade ou institutos superiores essa distinção também se fez presente. A criação de associações científicas exclusivas para integrantes de programas de pós-graduação, fossem professores ou estudantes, tais como, ANPOCS, ANDEd, etc⁷⁴. representam a estratificação da vida acadêmica.

⁷². SCHWARTZMAN, op.cit., 1979, p.293-4.

⁷³. COELHO, Edmundo Campos. **A sinecura acadêmica: a ética universitária em questão**. São Paulo, Vértice/Ed.Revista dos Tribunais, 1988, p.105.

Mas uma outra faceta do problema emergiu desse processo. O contingente matriculado nos cursos de pós-graduação formaram um segmento gerador de demandas. As dificuldades em obter bolsas de estudos, atrasos nos pagamentos, controles ideológicos e a própria situação conjuntural do país que assistia ao reerguimento dos movimentos sociais organizados permitiram ao novo segmento construir sua própria forma de organização em defesa de suas exigências: as APGs - Associação de Pós-Graduandos⁷⁵.

Essa associação, mais as associações docentes das universidades que também estavam sendo organizadas e mesmo a SBPC, entidade que congrega cientistas, vão se manifestar frente às políticas científicas e tecnológicas do governo militar. Uma coisa estava certa: a comunidade científica mudara bem como as formas de produzir ciência. Os interesses dos docentes/cientistas, seus estilos de vida e a própria maneira de entender a produção material de suas vidas haviam mudado.

⁷⁴. Embora sejam questões relevantes, não é objetivo deste trabalho aprofundar os estudos sobre a criação dessas instituições, apenas apontar sua importância.

⁷⁵. MORAES & SMAILI, op.cit., [19-].

CAPÍTULO III

A UNIVERSIDADE: O DOCENTE/CIENTISTA "CASSADO"

Este capítulo tem por finalidade mostrar como o regime se desvencilhou de parte de uma comunidade acadêmica para forjar sua reforma universitária. Houve, por parte do regime militar e seus aliados internos nas universidades brasileiras um processo de "higienização" intelectual e política. Embora o processo de "cassação" tivesse ocorrido em toda rede universitária do país, algumas universidades foram mais virulentamente atacadas, dentre elas a UnB, a UFMG e a USP. Neste estudo, abordaremos os acontecimentos havidos na Universidade de São Paulo - USP, tendo em vista ser o espaço universitário mais tradicional da elite intelectual e científica brasileira.

Mas antes, creio ser importante destacar que, mesmo com o golpe de 64, muitos intelectuais, embora discordantes dos encaminhamentos do regime, acreditavam que fosse só uma transição. Mais! Acreditaram, mesmo com o violento desmonte da Universidade de Brasília, que fora recém-inaugurada, na inviolabilidade do mundo acadêmico por causa da autonomia universitária e da crescente relação entre cientistas e governantes.

Acreditaram que a reforma universitária fosse para forjar uma universidade nos moldes esperados por esses intelectuais. Estes, debateram sobre a reforma necessária e expuseram suas idéias.

Os estudantes de graduação, mais do que os docentes/pesquisadores, manifestaram sua rejeição à nova ordem política. Por isso é relevante destacar que era prática dos estudantes convidar professores/pesquisadores para debaterem temas candentes sobre a universidade e seus caminhos. Quase podemos afirmar que as discussões mais polêmicas sobre a reforma universitária, no meio auniversitário, foram organizadas por lideranças e publicações estudantis da época.

Por isso, escolhi dois cientistas, um da área das Exatas e outro da área de Humanas, que, em espaços predominantemente estudantis, deram sua contribuição sobre o que esperavam da universidade brasileira e dos propósitos de uma política científica. As idéias de nação e desenvolvimento eram predominantes nos setores progressistas e estavam presentes nos debates da época. Esperava-se muito do mundo científico. Militares, empresários e cientistas, mas cada qual a seu modo. Entre os próprios segmentos havia também divergências. Mas a trama decorrente das divergências revelou-se mais perversa do que inicialmente se poderia imaginar. Foi o que ocorreu aos docentes/cientistas tanto para os que aderiram como para os que resistiram ao regime.

3.1 - O docente/cientista como agente do desenvolvimento nacional

Jayme Tiomno¹, defendia a necessidade de expandir o pensamento científico nas universidades brasileiras. Via na "ciência para o desenvolvimento" a forma de levar o país a uma condição de interlocutor internacional. Via também, no cientista, um agente importante nessa tarefa, na medida em que, pela própria natureza de seu trabalho, mantinha relações com o mundo científico internacional. Essas questões foram apontadas numa aula inaugural no início do ano de 1968, na USP².

Quando se examina o extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico que vem ocorrendo nos últimos anos, verifica-se que uma Revolução extensa e profunda está se processando, que alterou consideravelmente a posição e o papel da Ciência e do Cientista. A atividade científica não é mais uma atividade puramente cultural, que prestigia o país por mostrar que o nível de seus cidadãos é dos mais elevados. Não, a atividade científica tem uma repercussão social-econômica cada vez maior, sendo os cientistas chamados a colaborar no desenvolvimento industrial e mesmo para resolver

¹. Jayme Tiomno participou, no período de 1952 a 1969, junto com Cesar Lattes, Roberto Salmeron, José Leite Lopes, do primeiro grupo a atuar no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, criado em 1949, na cidade do Rio de Janeiro. Foi professor da UnB em 1966, da USP em 1967.

². O autor refere-se à palestra proferida por ocasião da entrega do Prêmio Santista de 1957, pouco antes do sensacional lançamento do Sputnik I. In: TIOMNO, Jayme. **Ciência, universidade e desenvolvimento**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, mar.1968 Notas de aula.

problemas ligados à Defesa Nacional. As grandes indústrias aumentam cada vez mais seus laboratórios de pesquisas e contratam número crescente de cientistas. O evento da era da Energia Atômica acelerou ainda mais esse processo e os recentes progressos na automatização dos métodos de produção fazem prever que os atuais parques industriais se tornem obsoletos dentro de poucos anos e que as modernas indústrias utilizem cada vez mais o trabalho de cientistas e de técnicos altamente especializados³.

Segundo o autor, diante desse quadro de intenso desenvolvimento industrial no mundo, cuja linha mestra estava na crescente produção em massa, houve necessidade também de fazer crescer a formação de cientistas e técnicos para acatar a demanda industrial produtiva. Ao se referir à situação análoga no Brasil, o autor assim se expressou:

A rápida industrialização que se vem processando em nosso país e a necessidade de acompanhar o desenvolvimento tecnológico universal, farão com que dentro em breve a procura de cientistas e de pessoal técnico especializado cresça em ritmo acelerado. A nossa capacidade de sobrevivência como país civilizado independente e a possibilidade de nos projetarmos internacionalmente como potência moderna, dependerão

³. TIOMNO, op.cit., 1968,p.1

*essencialmente da rapidez com que formos capazes de formar esse pessoal técnico-científico habilitado. Essa será certamente uma tarefa urgente, tendo em vista as sérias deficiências de nossas universidades, na maioria das quais o espírito científico e a pesquisa ainda não penetraram; em que predomina o espírito ilustrativo e enciclopédico e em que o preparo que se dá ao futuro profissional pouco tem a ver com a atividade específica que ele deverá desempenhar.*⁴

Com essas palavras, buscou defender o papel de uma nova universidade brasileira. Para ele a universidade deveria estar sintonizada com os problemas do desenvolvimento nacional, e aqui ele se referia à preparação de quadros. Ele via no forte desenvolvimento industrial a possibilidade da renovação da universidade. Embora, fizesse essa observação a partir de um quadro internacional, diferenciava, com pesar, a direção tomada nos países mais desenvolvidos e nos em desenvolvimento, mormente na América Latina.

Em alguns países mais desenvolvidos os mesmos mecanismos que levaram à industrialização asseguraram a renovação da universidade. Em outros, campanhas intensas lideradas por cientistas, como Longevin na França, só frutificaram nos últimos anos, após agitadas campanhas estudantis, por vezes violentas como as que ocorreram atualmente na Itália. Não é por acidente que

⁴. TIOMNO, op.cit., 1968,p.2

drástica reorganização das universidades ocorreram recentemente em países que, como a Inglaterra e a Alemanha estão empatando grandes capitais na expansão de suas indústrias. Não é ainda por acidente que os movimentos de reforma universitária na América Latina, que há pouco anos descambaram para improdutiva agitação estudantil, foram facilmente esmagados. Nos casos daqueles dois países os grupos esclerosados que dominavam suas universidades não conseguiram resistir aos impulsos renovadores dos partidários da nova universidade que contaram com o apoio dos industriais e governantes. Na América Latina os grupos tradicionais que dominavam as universidades conseguiram nos últimos anos reforçar sua posição por falta de uma indústria forte que apoiasse a renovação. Além disso têm conseguido apóio governamental através do conhecido mecanismo de tachar de "comunistas" a todos os elementos progressistas que pugnam pela reformulação universitária. Através do que foi caracterizado por Alceu de Amoroso Lima como "terrorismo cultural" a mediocridade implantada em setores vários da cultura brasileira conseguiu, com ou sem apoio do governo Castelo Branco, conseguiu destruir ou esfacelar setores altamente desenvolvidos da ciência e universidade brasileiras. Entre esses o Instituto Oswaldo Cruz, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e os Departamentos de Física e Matemática da

*Faculdade de Filosofia, no Rio de Janeiro, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica de São José dos Campos e outros. Mesmo a Universidade de São Paulo não ficou imune.*⁵

Tiomno expressava uma confiança do que deveria ser o papel de uma universidade e do intelectual que nela trabalhava, a despeito do que acontecera com a Universidade de Brasília, em 1964. Acreditava numa direção para as universidades no Brasil, e dava destaque à Universidade de São Paulo. Defendia o que chamou de Universidade do Desenvolvimento porque esta deveria estar comprometida com o projeto industrial e com a alta tecnologia do mundo. Expressava, também, o que para ele significava ser cientista no Brasil. E este deveria estar comprometido com o projeto de desenvolvimento industrial do país. Mas este cientista foi cassado⁶ e sua voz calada. Seu crime? Acreditar que a comunidade acadêmica fosse interlocutora de um projeto de desenvolvimento nacional. Na verdade, essa comunidade revelou-se predominantemente tradicional e qualquer proposta que ameaçasse seu "status quo" foi tratada como "subversão".

⁵. TIOMNO, op.cit., 1968, p.6

⁶. Jayme Tiomno, foi aposentado pelo Ato Institucional nº 5, em 25 de abril de 1969, pouco mais que um ano após ter proferido a Aula Inaugural referida. Retornou à vida acadêmica em 1973 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

3.2 - O docente/cientista como agente da emancipação nacional

Florestan Fernandes⁷ em artigo sobre "A universidade e a Pesquisa Científica"⁸ toma, como eixo de sua exposição, a institucionalização de uma universidade multifuncional baseada em quatro missões que refletiriam sua finalidade: missão cultural, missão investigadora, missão técnico-profissional e missão social. Sua reflexão aponta para uma universidade que produzisse uma ciência para uma emancipação nacional, para uma ruptura para com um passado colonial como o caso brasileiro.

A missão cultural da universidade de nossa era está indissoluvelmente ligada à parte que a ciência e a tecnologia científica tomam no condicionamento de nosso estilo de vida ou na configuração de nossa civilização. A maior parte e a parte dinamicamente mais importante do saber a ser conservado e transmitido procedem da ciência e da tecnologia científica. A missão investigadora da universidade gira igualmente em torno de ambas. Embora o conhecimento do senso comum, a religião, a filosofia, a literatura poética ou de ficção e a

⁷. Florestan Fernandes (1920-1995), intelectual identificado com os problemas sociais dos trabalhadores, socialista convicto e militante ativo da causa dos deserdados. No início dos anos 80 contribuiu para a fundação do Partido dos Trabalhadores e tornou-se deputado federal pelo PT por duas legislaturas, iniciando-se em 1987.

⁸. FERNANDES, Florestan. *A universidade e a pesquisa científica*. In: _____. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução**. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1975, pp. 247-261.

*arte tenham o seu reino próprio e mereçam cultivo cuidadoso, a principal contribuição criadora terá de emergir dos diversos ramos da investigação científica e tecnológica. Por fim, a missão social da universidade hoje se concretiza como parte do desafio que a ciência e a tecnologia científica lançam às velhas estruturas da economia, da sociedade e da cultura. A integração final da civilização baseada na ciência e na tecnologia científica exige a dissolução das formações sociais, econômicas e políticas herdadas do passado remoto ou recente.*⁹

Fernandes defendia a não exclusividade da universidade na produção científica mas atribuía a ela um papel fundamental para a sua disseminação e preparação de talentos. Nesse sentido via com bons olhos, nos debates sobre a reforma universitária, o princípio da unidade do ensino e da pesquisa. Não porque isso caracterizaria a constituição da universidade mas porque, no Brasil, do ponto de vista dos recursos humanos e econômicos, seria possível maximizar a qualidade na formação de cientistas com a minimização dos recursos disponíveis¹⁰. Para Fernandes, naquele momento, o Brasil ainda tateava nas formas de institucionalizar a pesquisa científica. De um lado a universidade existente era demasiado rígida e de outro, as instituições externas de pesquisas, eram demasiado acanhadas. Ao defender a reforma

⁹. FERNANDES, op.cit., 1975, p.249-250

¹⁰. FERNANDES, op.cit., 1975, p.250 e segs.

universitária destacava a importância dela dar prioridade à formação intelectual do estudante para o exercício investigativo.

(...) a reforma universitária deveria dar prioridade indiscutível aos requisitos propriamente científicos da formação intelectual dos estudantes, preparando a universalização de condições mínimas eficientes de iniciação à pesquisa científica, de treinamento no uso de técnicas fundamentais de investigação e na construção de uma mentalidade científica acurada.

Mas Fernandes, da mesma forma que Tiomno, via nos setores tradicionais da sociedade e da universidade as dificuldades para formar o pesquisador. Elas se apresentavam no grau de limitação do envolvimento do estudante na vida acadêmica; no comportamento tradicional das "elites culturais" que não compreendiam a importância da pesquisa como atividade normal e essencial na vida universitária; e, as formas de relação entre a universidade e outras instituições voltadas para a produção científica e tecnológica.

No primeiro caso, tratava-se de criar as condições de permitir ao estudante ter uma formação avançada para a pesquisa científica de alto nível. Preferencialmente, sua dedicação deveria ser a de tempo integral e sua relação com o professor deveria ser horizontal. O estudante deveria viver, trabalhar e produzir na escola, e a universidade deveria propiciar as condições para que tal objetivo fosse alcançado. Concretizaria sua missão investigativa e forjaria o novo homem numa nova época.

A revolução científico-industrial possui certos tipos de personalidade básica. Ou seja, o seu padrão de homem culto e de investigador. A universidade precisa formar esse padrão de homem, para adaptar a inteligência criadora à natureza de suas funções na civilização baseada na ciência e na tecnologia científica. Se isso não suceder, a revolução científico-tecnológica não se concretizará. Porque ela é produzida e dirigida pelo homem - não é um efeito automático da "expansão da civilização ocidental moderna".¹¹

No segundo caso, encontrava-se a posição limitada das elites culturais do país. O avanço do desenvolvimento científico nas universidades não é só uma questão de recursos financeiros, é de mentalidade para tratar da carência desses recursos e da compreensão sobre a importância do desenvolvimento do pensamento científico e produção tecnológica.

O que ocorre, na verdade, é que o horizonte intelectual médio das "elites culturais" brasileiras impede que tomemos consciência do esforço que devemos realizar para erigirmos núcleos de investigação científica dignos desse nome e à altura do avanço relativo atual da ciência. A nossa universidade propõe-se incorporar a pesquisa científica como se esta fosse um ornamento ou

¹¹. FERNANDES, op.cit., 1975, p.256.

*uma dimensão burocrática de sua existência. A mentalidade tradicional, avessa e contrária à ciência e à tecnologia científica, solapa qualquer tentativa para irmos ao fundo das coisas e nos obriga a patinar num terreno falso, deteriorando e restringindo a missão investigadora da universidade ou mantendo-a eternamente abaixo dos padrões e das realizações que ela deve alcançar, sob o modelo do conhecimento científico.*¹²

No terceiro caso tratava-se de procurar articular a rede de instituições que produziriam ciência e tecnologia. Fernandes jamais pensou essas atividades como exclusivas da universidade. Aliás, tal atitude acabaria por comprometer a própria universidade. Não teria ela o mandato cultural e científico para, sozinha, determinar a vida intelectual da sociedade. Para ele não poderia mais existir *monopólio do saber*.

A importância da articulação inter-institucional traria benefícios tanto para a universidade como para as demais instituições no sentido de avaliar sua eficiência e competência, porque:

(...) concorre, definidamente, para despertar e acentuar, fora da universidade, um ambiente humano capaz de avaliar adequadamente o valor das realizações da "pesquisa acadêmica", e para oferecer à própria

¹². FERNANDES, op.cit., 1975, p.257.

*universidade suporte emocional, intelectual e moral nos seus embates mais ou menos dramáticos com o meio. (...) ajuda a universidade a descobrir e a avaliar realisticamente, entre desenvolvimentos alternativos possíveis da pesquisa científica, os que apresentem maiores dividendos para a sociedade e possam ajudá-la melhor a forjar seu destino nacional. (...) engendra liames mais fundos entre o "meio acadêmico" e o "mundo extra-universitário", fomentando compreensão e solidariedade cimentadas através de motivos e valores homogêneos. Estimula a quebra do isolamento, que vitima principalmente o "meio acadêmico", condenando-o a um estreito e estéril paroquialismo, ao mesmo tempo que leva ao "mundo extra-universitário preocupações que podem ser extremamente úteis ao alargamento do horizonte intelectual médio dos círculos humanos empenhados na pesquisa científica e tecnológica."*¹³

Fernandes buscava no investigador, o mediador das necessárias transformações sociais e na universidade, a instância material desse trabalho intelectual. Seria essa a forma de romper com a mentalidade tradicional e forjar um destino nacional.

Cada um a seu modo, Fernandes e Tiomno defenderam suas posições, ao longo dos anos 60, expressando, de alguma forma, os diferentes

¹³. FERNANDES, op.cit., 1975.,p.260.

pensamentos de segmentos sociais, acadêmicos ou não. Mas foi outro o entendimento das forças do regime que recrudesceram no final do ano de 1968, com a promulgação do mais arbitrário dos atos institucionais do regime militar: o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. Florestan, Tiomno e outros docentes/cientistas acreditaram, de certa forma, que a força de seus argumentos e profissionalismos permitiria manter o diálogo com as forças do governo. Mas por temerem tal força, muitos de seus colegas, mais do que o regime, colocaram-os, pelo menos por um tempo que gostariam fosse definitivo, para fora do espaço de influência. Obrigou-os a outros discursos e ao confronto com o regime, fora da universidade. A partir daí ficou muito difícil manter, com autonomia, o pensamento científico dentro da universidade. Por essa razão os docentes-cientistas tiveram que procurar outros espaços para manifestar desaprovação, indignação frente ao regime e seus aliados. Mas, cabe ainda, aprofundar um pouco mais, como se deu o "expurgo" desses intelectuais, quais foram as atitudes de muitos de seus pares dentro das instâncias de poder na universidade e como se portou o regime.

3.3 - De agentes de intervenção a sujeitos "cassados"

"Não somos um bando de malfeitores", reagiu Florestan Fernandes, em carta de protesto encaminhada ao Tenente-Coronel, já em 09 de setembro de 1964, responsável pelo IPM instalada na Faculdade de Filosofia, manifestando seu repúdio aos atos de violência do Regime contra os professores da Universidade de São Paulo¹⁴.

Por que precisou que houvesse os expurgados das universidades nos anos 60? Naquele momento esses intelectuais tinham expressão junto a diferentes segmentos: alunos, professores do ensino básico e secundário, artistas e sindicalistas. Os docentes/pesquisadores das universidades contavam muito enquanto formadores de opinião. O maior exemplo foi quando do fechamento da Universidade de Brasília. Os oposicionistas - alunos e professores - ao governo mostraram que tinham força para enfrentar os poderes constituídos. Estes sentiram-se ameaçados. O mesmo ocorreu com outras universidades dentre elas a USP, as federais do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais dentre outras.

Foram tres os momentos nos quais os professores das universidades foram alvos de repressão¹⁵. No primeiro, na USP, o Reitor Gama e Silva, conivente com o regime que acabara de se instalar e assumido, provisoriamente, os Ministérios da Justiça e da Educação antes da definição do novo ministério, contribuiu para que houvesse prisões e detenções arbitrárias¹⁶. O Reitor nomeou uma comissão para investigação formada por

¹⁴. ADUSP - Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo. **O livro negro da USP: o controle ideológico na universidade**. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.25.

¹⁵. Conforme registros da ADUSP, em Assembléia Geral realizada em 28 de junho de 1978, a associação docente constituiu uma comissão para desenvolver a campanha para reintegração dos docentes banidos da universidade pelo regime militar. Como um dos resultado da campanha elborou-se um livro chamada *O Livro Negro da USP* e a primeira versão foi apresentada durante o Congresso Brasileiro de Anistia, realizado em São Paulo, em novembro de 1978. O presidente da ADUSP era o professor Modesto Carvalhosa e a comissão foi constituída pelos seguintes professores: Eunice Ribeiro Durham, Maria Carolina Soares Nogueira, Jessita Nogueira Moutinho, Antonio Carlos Martins de Camargo, Alberto Luiz da Rocha Barros e Percival Brosig.

professores da universidade¹⁷. Compuseram a comissão os seguintes professores que eram de confiança do Reitor: Moacyr Amaral dos Santos (Faculdade de Direito), Jerônimo Geraldo de Campos Freire (Faculdade de Medicina) e Theodoreto I. de Arruda Souto (Escola Politécnica).

Estes tiveram como incumbência verificar atividades "subversivas" realizadas por colegas. O resultado da investigação foi a elaboração de uma extensa lista de nomes na qual se sugeria a "cassação" de direitos políticos de 52 pessoas, sendo 44 deles, professores¹⁸. Os professores atingidos foram: Mario Schenberg, Fernando Henrique Cardoso, Nuno Fidelino de Figueiredo, José Cruz Costa, Florestan Fernandes, todos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Caio Prado Junior, da Faculdade de Direito; João Batista Villanova Artigas, Abelardo Riedy de Souza, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Paulo Guimarães da Fonseca, da Escola Politécnica; Samuel Barnsley Pessoa, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Isaias Raw, Julio Puddles, Pedro Henrique Saldanha, Michel Pinkus Rabinovitch, Abran Becjan Fajer, Reynaldo Chiaverini, José Barros Magaldi, Israel Nussenveig, Antonio Frederico Branco Lefrève, da Faculdade de Medicina; Mario Wagner Vieira da Cunha, Paulo Israel Singer, Lenita Pomeran, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas.

As razões dessa "caça às bruxas", segundo os documentos, parecem estar centradas em dois aspectos: de um lado o combate às idéias

¹⁶. ADUSP. op.cit. 1979, p.11 e segs.

¹⁷. ADUSP, op.cit. 1979, p.15.

¹⁸. ADUSP, op.cit. 1979, pp.16-7.

progressistas dos docentes tanto sobre como em suas pesquisas e de outro o desejo de ocupar o espaço desses intelectuais. Dificilmente esses dois lados podem ser compreendidos separadamente.

Quanto ao primeiro aspecto encontravam-se os docentes que estavam envolvidos em estudos e pesquisas voltados aos problemas da realidade brasileira, participação em congressos e debates. Pode-se citar o CESIT - Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho como experiência inovadora no campo das ciências sociais, as pesquisas básicas na área de saúde pública, a orientação de conteúdo artístico e social aos estudos da arquitetura, pesquisa de conteúdo sócio-econômico, e outros. Pode-se notar que esses professores estavam voltados à pensar uma forma de mediação tanto da pesquisa quanto da docência de forma distinta da tradicional.

Quanto ao segundo aspecto, encontramos, numa entrevista de Paulo Duarte, o seguinte depoimento:

(...) Para se apossarem dos cargos e da universidade os mediócras assanharam o seu atrevimento e as suas ambições contra os verdadeiros universitários. O pior é que os mais sanhudos agressores da universidade, os mais elevados expoentes do terrorismo cultural foram aqueles professores, que pela falta de alicerces morais e intelectuais, temiam pelas suas cátedras e pelas suas posições. Eles foram constituir as comissões de inquérito que apontaram mais de 50 universitários, professores e alunos, que deviam ser expulsos e terem seus direitos

*políticos cassados. Isso, pelo crime de serem lúcidos e de quererem pensar sem dar satisfação à política.*¹⁹

Contra essa entrevista, outro professor, Alfredo Buzaid, encaminha uma moção da Faculdade de Direito ao Conselho Universitário, em que pede providências para instauração de inquérito contra o professor Paulo Duarte. No Conselho, à exceção de dois professores, dos representantes de ex-alunos e dos auxiliares de ensino, todos os demais votaram a favor da moção²⁰.

Num segundo momento, a partir de 1967, acreditando que o pior havia passado, uma vez que os professores acusados pelos IPMs tinham sido "absolvidos", a calma volta a reinar e retoma-se o espírito universitário. Ledo engano! A 13 de dezembro de 1968 o governo militar promulga o Ato Institucional nº5, AI-5 como ficou conhecido, o mais terrível instrumento de arbitrariedade que entrou em vigor no país. Em 25 de abril de 1969, no uso da atribuição daquele Ato Institucional, o Presidente-General Arthur da Costa e Silva, junto com os ministros Luis Antonio da Gama e Silva e Tarso Dutra, aposenta 42 professores²¹ da Administração Pública Federal, dentre eles professores da Administração Pública Estadual, demonstrando o desmando imperante entre as administrações federais e estaduais. Os professores atingidos foram: Abelardo Zaluar, Alberto Coelho de Souza, Alberto Latorre de Faria, Augusto Araújo Lopes Zamith, Aurélio Augusto Rocha, Bolivar Lamounier, Carlos Alberto Portocarrero de Miranda,

¹⁹. Apud ADUSP, op.cit., 1979, p.30.

²⁰. ADUSP, op.cit., 1979, p.31-2.

²¹. ADUSP, op.cit., 1979, pp.38-9.

Eduardo Moura da Silva Rosa, Elisa Esther Frota Pessoa, Eulália Maria Lahamayer Lobo, Florestan Fernandes, Guy José Paulo de Holanda, Hassim Gabriel Merediff, Helio Marques da Silva, Hugo Weiss, Ildico Maria Erzsebet, Jaime Tiomno, João Batista Villanova Artigas, João Cristovão Cardoso, João Luis Duboc Pinaud, José Américo da Mota Pessanha, José Leite Lopes, José de Lima Siqueira, Lincoln Bicalho Roque, Manoel Mauricio de Albuquerque, Maria Celia Pedroso Torres Bandeira, Maria Helena Trench Villas Boas, Maria Heloisa Villas Boas, Maria Jose de Oliveira, Maria Laura Mouzinho Leite Lopes, Maria Yedda Leite Linhares, Marina São Paulo de Vasconcellos, Marina Coutinho, Mário Antonio Barata, Milton Lessa Bacios, Mirian Limoeiro Cardoso Lins, Moema Eulália de Oliveira Toscano, Plínio Sussekind da Rocha, Quirino Campofiorito, Roberto Bandeira Accioli, Sara de Castro Barbosa, Wilson Ferreira Lima.

O protesto do Vice-Reitor da USP, à época o professor Helio Lourenço de Oliveira que substituiu o Reitor Gama e Silva que estava ocupando o cargo de Ministro da Justiça, gerou outro decreto em 29 de abril, quatro dias depois. O novo Decreto, também assinados pelo presidente-general e os mesmos ministros, desta feita, ratificando nomes, aposentava ou demitia 23 servidores e mais o Vice-Reitor²². Os professores foram: Alberto de Carvalho da Silva, Bento Prado Almeida Ferraz Junior, Caio Prado Junior, Elza Salvatori Berquó, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Helio Lourenço de Oliveira (Vice-Reitor), Isaias Raw, Jean Claude Bernadet, Jon Andoni Vergareche Maitrejean, José Arthur Gianotti, Julio Puddles, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Luiz Rey, Mario Schenberg,

²². ADUSP, op.cit., 1979, pp.40-1.

Octavio Ianni, Paulo Mendes da Rocha, Olga Baeta Henriques, Paula Beiguelman, Paulo Alpheu Monteiro Duarte, Paulo Israel Singer, Pedro Calil Padis, Reynaldo Chiaverini, Sebastião Baeta Henriques. Caio Prado Junior não tinha cargo na universidade; Julio Puddles, Luiz Rey e Reynaldo Chiaverini foram demitidos durante o IPM de 1964, embora tivessem sido absolvidos; Sebastião Henriques e Olga Baeta Henriques não tinham vínculo com a USP; e, Pedro Calil Padis não era docente da USP.

Com a aposentadoria forçada do Vice-Reitor, assume o professor Alfredo Buzaid como Reitor, íntimo colaborador do professor Gama e Silva.

Novamente eram atingidos os que buscavam a renovação contra a tradição que imperava na USP. Dos atingidos, Luiz Hildebrando Pereira da Silva promoveu a campanha "volta dos cérebros" ao Brasil; Fernando Henrique Cardoso desenvolveu a "teoria da dependência" que passou a marcar os debates sobre desenvolvimento no Brasil; Florestan Fernandes foi um dos participantes mais ativos no debate sobre reforma universitária; Paulo Singer, ligando-se à Elza Berquó na Faculdade de Higiene e Saúde Pública e sob sua orientação, estava atuando sobre uma nova linha de pesquisa demográfica; Isaias Raw desenvolveu o IBECC e a Fundação Carlos Chagas o que o levou a participar de debates sobre o ensino, principalmente sobre o ensino de ciências; Villanova Artigas exercia influência junto aos alunos por seu trabalho inovador como arquiteto; Mario Schenberg²³ era o representante da Física brasileira nos grandes centros de

²³. O físico Mario Schenberg (1914-1990) ganhou notoriedade mundial, na década de 40, por desenvolver teorias sobre o mecanismo de explosão das estrelas super-novas, ao lado do russo-norte-americano George Gamow. Comunista, permaneceu filiado ao

pesquisas internacionais; Alberto Carvalho da Silva e Helio Lourenço de Oliveira eram cientistas respeitados no setor médico pelas abordagens inovadoras; Bento Prado Junior e José Arthur Gianotti buscaram desenvolver um núcleo de reflexão filosófica independente da tradição religiosa e jurídica que era predominante no Brasil; Octavio Ianni pertencia ao polo dinâmico da sociologia brasileira; e, outros. Ao que tudo indica a tradição não só venceu a batalha como inaugurou o imobilismo e a docilidade na universidade²⁴.

O terceiro momento foi decorrente da publicação do Ato Complementar nº 75²⁵. Esse dispositivo dificultou a carreira de muitos cientistas brasileiros levando-os a procurar empregos fora do Brasil. Os físicos, através da Sociedade Brasileira de Física foram os que, mediante documentos escritos, puseram em evidência as limitações e restrições que a censura e a perseguição do regime militar impuseram ao exercício livre do pensamento científico. Em carta dirigida ao Presidente-General Emilio Garrastazu Médice, o secretario geral da entidade, professor Ernst Wolfgang Hamburguer, assim se pronunciou:

PCB até o fim da vida. Foi preso duas vezes por razões políticas. (**Folha de São Paulo**, Caderno "Ilustrada", de 10/04/96, p.8)

²⁴. Conf. ADUSP, op.cit., 1979, pp.47 e segs.

²⁵. Em seu artigo 1º, dizia: *Todos aqueles que, como professor, funcionário ou empregado de ensino público, incorreram ou venham a incorrer em faltas que resultaram ou venham a resultar em sanções com fundamento em Atos Institucionais ficam proibidos de exercer, a qualquer título, cargo, função, emprego ou atividades, em estabelecimentos de ensino e em fundações criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos, tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como em instituições de ensino ou pesquisa e organizações de interesse da segurança nacional (...).* Diário Oficial da União, de 21/10/69, p.8930, conf. ADUSP, op.cit., 1979, p.52.

(...) a liberdade de trabalho, que consubstancia um dever social e um direito fundamental do indivíduo, pressupõe a escolha de uma atividade honesta, não interdita por lei e socialmente útil. Atendidos estes requisitos, nenhuma restrição se justifica perante a Moral e o Direito. Não obstante a clareza dos preceitos referidos, cujo valor, como instrumento da valorização do Homem, ninguém põe em dúvida, eles não estão sendo respeitados no Brasil. E o desrespeito, a que se alude aqui, não se configura por atos isolados ou de arbítrio de autoridades, mas está contido num preceito normativo, que é o Ato Complementar nº 75, de 21 de outubro de 1968. Realmente, segundo o artigo 1º desse Ato, todos aqueles que tiverem sofrido ou vierem a sofrer punições com base em Atos Institucionais estão proibidos de exercer atribuições, a qualquer título, em estabelecimentos de ensino e pesquisa criados ou subvencionados pelos poderes públicos. Ora, como é público e notório, há certas atividades, de relevante valor social e de interesse fundamental para o desenvolvimento de qualquer país, que, por diversos fatores, sobretudo por seu alto custo ou por não oferecerem compensação econômica certa e imediata, não podem prescindir dos recursos públicos. Entre essas áreas, ocupam lugar de relevo os trabalhos no campo da física, inexistindo praticamente, no Brasil, entidade

privada que os promova exclusivamente com recursos próprios. E, no entanto, vários membros da Sociedade Brasileira de Física, entre eles alguns de seus diretores, mundialmente conhecidos e respeitados pelo alto valor de suas atividades profissionais, estão sendo impedidos de trabalhar em entidades públicas ou subvencionadas, por força do referido Ato Complementar nº 75. Vale dizer, estão sendo absolutamente impedidos de trabalhar, a menos que abram mão de sua dignidade profissional, que contrariem suas aptidões já identificadas e plenamente desenvolvidas, que considerem nulos os longos anos de estudo e de trabalho, dentro e fora do Brasil, que renunciem a colaborar para o progresso da Humanidade no setor a que dedicaram toda a sua existência e no qual obtiveram êxito assinalado. (...) ²⁶

No decorrer de sua carta, o professor solicita a revogação do Ato Complementar a que se refere, mas não obteve resposta. Houve mais. O espaço universitário deixou de ser um espaço das idéias para dar lugar ao terror. As detenções arbitrárias de professores e alunos dentro dos "campi" mostravam ser uma terra de ninguém. A vida acadêmica morrera. Nos anos em que todo o processo transcorreria contratos de novos professores eram indeferidos ou bloqueados pela direção da universidade sem quaisquer explicações. Qualquer tentativa de esclarecimentos por parte de

²⁶. Apud ADUSP, op.cit., 1979, p.52-3.

departamentos era recebida com advertência por razões de "segurança nacional". Tais advertências eram dadas oralmente. O processo de coação não queria deixar rastros. Dentro da universidade o orador passou a temer o delator: venceu a auto-censura. Esta criou raízes profundas, cujas consequências se fizeram sentir por longos anos. Ainda não se avaliou profundamente a intensidade dessa herança para os dias atuais.

Passadas as formas de exclusão de professores nas universidades via AI-5 ou Ato Complementar nº 75, nos anos seguintes uma nova modalidade de censura se apresentou. Novamente a Sociedade Brasileira de Física se manifesta denunciando o que chamou de "Cassações Brancas" os novos empecilhos à atividade dos físicos. Em documento datado de 19 de setembro de 1978, denunciavam:

Nos últimos meses uma forma mais sutil de repressão, atingindo um número crescente de pessoas ligadas ao meio universitário, passou a ser denunciada por organizações científicas, como a Sociedade Brasileira de Física. O professor ou pesquisador não é mais preso ou aposentado e muitas vezes nem mesmo perde o seu emprego. Simplesmente lhe são negadas condições essenciais para o exercício pleno de sua profissão.(...)²⁷

Essa situação, chamada de "cassação branca", pode ser verificada através da recusa de auxílio do CNPq apesar de recomendações favoráveis,

²⁷. Apud ADUSP, op.cit., 1979, p.71.

de exigência na prestação de informações políticas em formulários encaminhados às agências de fomento, de concursados em universidades que não tomaram posse ou "análise" das contratações feitas por órgãos de segurança, de restrições de visto de saída para participação em congressos internacionais, do não reconhecimento de títulos de Mestrados ou Doutorados de países cuja linha política conflitasse com a orientação brasileira, etc. A manifestação dos físicos mostrava uma indignação quanto às formas com que o regime continuava a constranger a comunidade científica. Eles não aceitavam esse tipo de intimidação.

*A ameaça que paira sobre todos os pesquisadores de virem a ser incluídos no rol dos vetados tem como resultado a intimidação e o silenciamento das vozes da comunidade. Isto extingue a livre crítica aos problemas da ciência no Brasil, o que dificulta o seu desenvolvimento e leva frequentemente a uma utilização menos eficiente dos nossos recursos materiais e humanos.*²⁸

Mas antes mesmo da manifestação da SBF, já em 1977 o professor e conselheiro Antonio Carlos Camargo encaminhara carta ao Conselho Universitário da USP demonstrando preocupação quanto a triagem havidas em contratações de professores na instituição. Para confirmar sua estranheza citou um professor em particular que fora alvo de não homologação de

²⁸. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FÍSICOS - ABF. **Empecilhos às atividades dos físicos: "Cassações Brancas"**. São Paulo, [19-]

contratação por "motivos alheios". Cobrou do Reitor e do Conselho uma urgente posição, referindo-se à quebra da autonomia da universidade, nos seguintes termos:

*Proponho a esse Conselho e particularmente a V. Magnificência que se manifestem urgentemente sobre esse assunto, pois, está em jogo a autonomia mais fundamental de uma Universidade, isto é, a autonomia das atividades intelectuais do homem e sua livre manifestação. Sei que, futuramente, iremos nos envergonhar dessa época em que a denúncia da injustiça mais elementar perpetrada contra a pessoa humana requer um ato de coragem, mas essa coragem é o mínimo que se exige da função que ocupamos nesse Conselho Universitário.*²⁹

As primeiras tentativas de denunciar as políticas do governo militar sobre os tratamentos arbitrários dado aos docentes dentro da universidade ocorreram dentro das próprias instâncias universitárias, como nos Conselhos Universitários. Acreditou-se que as instituições gozavam de autonomia e seus membros fossem mais comprometidos com os fins da academia do que com a política oficial. Mas a autonomia caiu por terra se é que alguma vez a universidade a deteve. A autonomia foi jogada no lixo dando lugar a um alinhamento político com o regime.

²⁹. ADUSP, op.cit., 1979, p.64.

Que mais podiam os docentes perseguidos fazerem a não ser manifestar seus protestos nos depoimentos que foram obrigados a prestar junto aos órgãos da repressão? Declarações ou entrevistas a jornais durou pouco tempo até porque a imprensa também já estava submetida a censuras prévias. Essa situação atravessou os anos mais cruéis da ditadura (de 69 a 73).

Outros espaços organizados foram sendo constituídos de maneira que as denúncias pudessem se tornar públicas. Em meados dos anos 70 já começam a se movimentar: a SBPC em suas reuniões anuais, a SBF-Sociedade Brasileira de Física, o Comitê Brasileiro de Anistia e a facção progressista da Igreja Católica, as associações docentes nas universidades que começam a se revigorar, os pós-graduando e os estudantes em geral.

Foi nesse espaço político que se tornou possível a elaboração do Livro Negro da USP. É um registro elaborado por professores da USP, através de sua entidade classista reorganizada: a ADUSP. A elaboração desse livro, pelo seu caráter denunciatório e público pode ser considerado um sintoma no processo de distensão do regime e ponto de partida para a intensificação da organização da resistência dos docentes/cientistas frente ao regime militar e particularmente frente à política que interfere diretamente em suas atividades: ciência e tecnologia.

Embora tenha havido esse momento de resgate através do *Livro Negro da USP*, o que ocorrera deixara marcas profundas. Para os atingidos e solidários daqueles ficou a marca de que foram tratados como criminosos e traidores por exercerem a profissão do pensar e do fazer ciência. Para o

regime e seus aliados estabeleceu-se a crença de que é plenamente justificado e necessário exercer, pela força política e/ou policial, o controle sobre o ato de pensar, principalmente dos docentes/cientistas quando isso lhes convém.

O que se reservou aos punidos? Muitos foram presos e torturados, outros saíram do País mas todos tiveram que criar alternativas de sobrevivência. A produção do conhecimento dos expurgados, até porque precisavam sobreviver, acabou ocorrendo ou fora do espaço universitário brasileiro ou em universidades estrangeiras que os acolheram. Os que foram para fora do País, expurgados pelo Regime, assim agiram porque permanecer no Brasil ou retornar do exílio poderia significar uma prisão. Muitos deles organizaram-se não só para sobreviverem materialmente mas para sobreviverem politicamente³⁰. Para muitos deles, a universidade perdera o encanto. O espaço de mediação cultural e científica fora dolorosamente atingido e fragmentado e o da mediação política migrara para outro lugar.

A universidade foi esvaziada de suas atividades contestadoras. A vida acadêmica passou a conviver com um ensino vigiado, com censura de idéias, de pensamentos e de literaturas que se opusessem ao regime. O modelo modernizador de universidade imposto pelas forças da ordem tornou-se uma armadilha tanto para a sociedade como para a comunidade que atuava dentro da instituição. A perda de autonomia e liberdade de pensamento

³⁰. Ver PECAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo, Ed. Ática, 1990.

comprometeu definitivamente o debate sobre um projeto nacional. O tempo já havia passado e novos problemas sociais já estavam se apresentando.

A participação organizada e combativa do docente/cientista, agora mais fora do que dentro da universidade, volta a ocorrer nos últimos anos de 70, depois de uma hibernação forçada pelos anos de terror.

CAPÍTULO IV

A SBPC: O DOCENTE/CIENTISTA CONTESTADOR

O objetivo deste capítulo é mostrar como a história dos docentes/cientistas no Brasil, articulados sob a SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, passa pela defesa da liberdade de pensamento e pela luta e prol de seu reconhecimento enquanto segmento social detentor de um instrumental necessário ao progresso nacional. Passa pelo embate entre Poder e Ciência que quase sempre opõem governantes e cientistas. Às vezes aliados, muitas vezes não alinhados, a perspectiva da atividade dos docentes/cientistas é universalista mas reflete também uma perspectiva classista. Embora muitas vezes o recurso em defesa da coletivização esteja presente em seus discursos a comunidade científica prioriza seu diálogo com o Estado e não com a sociedade. Em meio a essa relação permeada de conflitos em sua definição orgânica é que a SBPC, através de seus membros docentes/cientistas, busca levar à frente seus propósitos.

No pós-64 os militares buscaram apoio junto aos docentes/cientistas para respaldar-lhes o regime. Criaram para tanto condições materiais para

que eles agissem como intelectuais orgânicos¹. Houve um considerável aumento de recursos financeiros para a pesquisa e importantes modificações nas condições do trabalho científico. Um dos aspectos que deve ser ressaltado é o fato de que a pesquisa passa a encontrar na universidade seu espaço de atividade. Para demonstrar seu interesse o regime militar destacou a importância da ciência não só no plano do discurso mas também tomou medidas práticas significativas. Procurou criar condições de trabalho irrecusáveis para os cientistas que estavam fora do país, tais como salários adequados e instalações e equipamentos necessários às pesquisas.

Na reunião anual da SBPC, em julho de 1970, o presidente do Conselho Nacional de Pesquisas anunciou que, nos doze meses precedentes, duzentos cientistas tinham regressado ao Brasil. Receberam postos em bem equipados laboratórios e melhores salários e condições do que podiam exigir antes de deixarem o país. O presidente acrescentou que o Conselho pretendia formar 10 mil mestres e doutores até 1974².

O período entre 1964 e 1975 foi uma época de constantes cordialidades entre grande parcela da comunidade científica brasileira e o governo militar apesar do clima de "cassações" de cientistas e de terror para o conjunto da sociedade³. Em 1967, o governo militar já definia uma

¹. Vide Capítulo II sobre os PNDs e PBDCTs

². FERNANDES, A.M.- **A construção da ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília/Ed. UnB/ANPOCS/CNPq, 1990, p.34

³. Conforme o contido no capítulo III deste trabalho.

política de Ciência e Tecnologia para o país e defendia aquela a serviço do "desenvolvimento da sociedade brasileira". De forma geral, enquanto discurso, esta posição se aproximava dos interesses da comunidade científica que batalhava para desenvolver seu trabalho no âmbito das relações de produção social como para alcançar reconhecimento nacional e internacional enquanto segmento produtivo.

Obter esse reconhecimento foi uma das razões do surgimento da SBPC ainda nos idos de 1948. Mas a comunidade científica organizada em torno da SBPC não era necessariamente homogênea. A posição da entidade, durante sua existência, oscilou de acordo com as posições governamentais sobre as finalidades e investimentos em Ciência e Tecnologia e o grau de autonomia que os cientistas e suas instituições de pesquisas podiam auferir nas políticas oficiais explícitas ou implícitas.

Assim é que a SBPC deteve alguns marcos significativos ao longo de sua história e particularmente durante o regime militar, principalmente no que dizia respeito ao financiamento da pesquisa. Segundo Fernandes:

Durante os anos do "milagre econômico", quando a pesquisa científica era financiada como nunca o fora antes, a alienação da comunidade científica estava destinada a diminuir em algum grau. Quando o "milagre" se tornou um desastre, em meados da década de 70, porém, os benefícios financeiros concedidos à ciência brasileira pelo regime militar começaram a se evaporar. Consequentemente, os cientistas começaram a

*sentir sua alienação mais agudamente. E é, portanto, significativo que seja precisamente da metade da década de 70 em diante que a SBPC comece a assumir uma visão mais crítica do governo"*⁴.

A SBPC, criada em 1948, 14 anos após a fundação da USP e sob um regime democrático, decorreu de uma oposição ao então governador de Estado de São Paulo, Adhemar de Barros, que resolvera mudar os objetivos do Instituto Butantã transformando-o em central de produção de soro. Essa atitude se opunha aos interesses da comunidade científica que se viu ameaçada em seus propósitos de produzir ciência básica e na sua autonomia quanto aos destinos das pesquisas. Era hora de lutar pelo progresso da ciência no país⁵.

A formação da SBPC foi inspirada em suas congêneres americana, inglesa e alemã e buscou objetivos semelhantes. Organizou-se a nível nacional e, a princípio, a comunidade científica a ela recorria para proteção.

*Os objetivos da sociedade incluíam a defesa de cientistas e o "inimigo" era claramente o governo, federal ou estadual, muitas vezes incapaz de avaliar a importância da ciência.*⁶

⁴. FERNANDES, op.cit., 1990, p.38

⁵. FERNANDES, op.cit., 1990

⁶. FERNANDES, A.M. op.cit.p.49

Objetivou-se organizar não apenas a comunidade científica mas atrair também os amigos da ciência. Na década de 40 a quem interessava a ciência além dos cientistas se não era a burguesia industrial em expansão? A intelectualidade estava em questão. As universidades estavam surgindo e o industrialismo avançando. A burguesia industrial e urbana progredia. Era necessário forjar uma cultura burguesa. Mas esse quadro se modifica na década de 70, pois, nele, em consequência das políticas econômicas dos decênios anteriores, foi a massa trabalhadora que se expandiu e foi o sindicalismo de classe que renasceu. No primeiro momento cultivava-se uma cultura burguesa, no segundo momento é a formação de uma cultura popular que é exigida.

4.1 - O docente/cientista com seus interlocutores.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, foi fundada no dia 08 de junho de 1948 com 265 membros. Estes tiveram, a princípio, a mesma preocupação: difundir a idéia de cientistas públicos, promotores de uma ciência pública. Tratava-se de consolidar sua função face a outros intelectuais - artistas, clero, etc - e ressaltar a importância do produto de seu trabalho. Difundiu-se a idéia de que a ciência promove o progresso. Foram definidos os seguintes objetivos:

- a) contribuir para o progresso da Ciência, promovendo o aperfeiçoamento dos conhecimentos; b) apoiar e estimular o trabalho científico; c) incentivar e facilitar a cooperação entre os pesquisadores; d) zelar pela*

*manutenção de elevados padrões da ética entre os cientistas; e) defender os interesses dos cientistas, tendo em vista a obtenção de reconhecimento de seu trabalho, do respeito pela sua pessoa, de sua liberdade de pesquisa, do direito aos meios necessários à realização do seu trabalho; f) congregar pessoas e instituições interessadas em propiciar maior progresso e difusão da ciência.*⁷

Esses propósitos caracterizavam a SBPC como uma instituição de proteção ao trabalho do cientista e de luta por um pensamento hegemônico científico. Não por acaso seus principais idealizadores atuavam nas áreas exatas. Para difundir essas idéias a SBPC criou uma revista e promoveu reuniões anuais onde congregasse cientistas e não-cientistas.

A revista, chamada CIÊNCIA E CULTURA, foi o instrumento escolhido para a difusão e debates do pensamento científico no Brasil entre os cientistas. Os cientistas poderiam e deveriam, então *"Dispor, em CIÊNCIA E CULTURA, de uma voz que, por meio de comentários, defende pontos de vista dos vários grupos de pesquisadores, sempre no interesse da ciência e do país"*⁸.

⁷. CIÊNCIA E CULTURA, **revista da SBPC**, vol.29, nº 10, out/77, contra-capá.

⁸. Idem. Ibidem.

A revista teve dois objetivos básicos⁹: ser uma revista especializada cobrindo todos os campos científicos e um instrumento de informação e coordenação da comunidade científica. Porém, diante de problemas encontrados, centra sua tarefa no segundo objetivo. A revista foi um instrumento da história da ciência no Brasil desde 1949.

Mas a ênfase ao segundo objetivo foi dado porque o propósito político dela foi o de por em evidência um segmento que também tinha com o que contribuir para solucionar problemas nacionais. E os governos centrais pouco davam espaço à SBPC na definição de suas políticas dando preferência à sua congênere ABC - Associação Brasileira de Ciência.

Para mostrar sua importância e ampliar sua força a SBPC buscou ampliar os domínios do desenvolvimento científico ainda muito restritos ao eixo Rio-São Paulo. Por isso, para atingir essa meta, propos-se a realizar reuniões também fora desse espaço como forma de "ajudar o progresso" em outras plagas. O principal objetivo da reunião anual era o de não só aglutinar cientistas mas também o de pensar os problemas da sociedade. Quer dizer, os cientistas se colocavam como segmento pensante na condução para a solução dos problemas sociais, econômicos e políticos. Por isso, suas reuniões visavam mais que apresentação de trabalhos.

Ter, nas reuniões da sociedade, oportunidade de apresentar seus trabalhos, de conhecer outros cientistas e outras linhas de pesquisas, de sentir os problemas

⁹. FERNANDES, op.cit., 1990, p.63.

*nacionais no campo da ciência e da tecnologia, de cooperar para sua solução, além de estabelecer largo intercâmbio nacional e internacional*¹⁰.

De acordo com a orientação definida, a primeira Reunião Anual foi em Campinas em 1949 e só em 1957 retornou ao Rio de Janeiro e no ano seguinte foi em São Paulo¹¹. Desde 1949 a SBPC vem promovendo suas reuniões anuais sem nenhuma interrupção. Fazia-o em diferentes Estados e cidades, preferencialmente onde havia universidade, inicialmente com o apoio privado e paulatinamente com recursos advindos das instâncias públicas federais e/ou estaduais. Em 1977 a SBPC teve que retomar sua auto-manutenção para a realização dos encontros após sua ruptura com o Governo Federal nesse mesmo ano.

Por aqui já se observa o embate que se travou entre poder e ciência, entre governantes e cientistas. Desde o seu início a SBPC não perdeu de vista a sua perspectiva de que a comunidade científica e acadêmica deveria ser partícipe dos projetos de progresso nacional. Defensores de que o pensamento científico caminha "pari passo" com o pensamento industrialista, a relação "*Ciência, Tecnologia e Indústria*" sempre esteve muito presente nos temas de discussão nas reuniões anuais. Considerando as características do campo científico que fundou a SBPC e considerando a conjuntura do pós-guerra que provocou uma reviravolta no mundo científico, industrial e militar sobre novas fontes de energia, não foi surpresa que esse

¹⁰. CIÊNCIA E CULTURA, op.cit.,1977, contra-capá

¹¹. Vide Anexo VII.

fosse um dos temas mais recorrentes debatido nos encontros anuais, tanto de forma implícita como explícita.

A trajetória da SBPC foi marcada pela ênfase dada a determinadas temáticas. A questão da energia atômica foi uma delas e permeou praticamente todas as reuniões havidas. O debate sobre energia começou no encontro em Curitiba, em 1950 e dominou por quinze anos por conta das controvérsias sobre Energia Nuclear. Aliás esse tema passou a ser um pouco "o pomo da discórdia" entre a comunidade científica, principalmente os físicos, e os setores militares e civis do governo também interessados no assunto. Por isso, nesse aspecto travou-se uma disputa sobre o domínio da matéria tanto no que dizia respeito ao processo e ao produto quanto dos recursos financeiros.

Embora a partir da III Reunião Anual da SBPC, realizada em Belo Horizonte/MG., o Governo Federal, à época seu presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, desse apoio oficial ao evento, possibilitando que os organismos governamentais, tais como CNPq e CAPES, responsáveis pelos programas de pesquisa passassem a participar das reuniões anuais, quando se tratava de recursos para o desenvolvimento da pesquisa a questão era posta de outra forma. A discussão sobre os investimentos públicos em pesquisas básicas e aplicadas se fazia presente sempre que a política governamental enfatizava a necessidade de desenvolver prioritariamente tecnologia para a indústria e excluía os organismos científicos das decisões.

Maurício Rocha e Silva, cientista combativo e membro atuante da comunidade científica, durante a XII Reunião da SBPC realizada em

Piracicaba em 1960, fez uma severa crítica ao MEC. Este estava propondo a abolição da pesquisa científica nas universidades¹². Segundo funcionários do MEC, as universidades deveriam estar voltadas para o ensino das profissões e para a produção de tecnologia. Contra essa posição estava o cientista citado que defendia a necessidade e importância da pesquisa científica, de base e tecnológica, ser realizada nas universidades.

A intervenção do Estado no mundo da ciência se fazia sem a participação da comunidade científica e esta se via frequentemente atingida e desrespeitada. Em 1960 foi criada uma comissão para supervisionar os institutos de pesquisa - COSUPI, subordinada ao MEC. Criticou-se o excesso de verba destinada a essa comissão e a pouca consideração pelos recursos destinados às pesquisas básicas. Em 1961, o governo federal criou, via decreto, uma assessoria técnico-científica de apoio ao governo e as associações científicas não foram consultadas.

Entretanto, em 1964, a primeira reunião da SBPC após o Golpe Militar realizou-se com a ajuda de uma dotação financeira do governo e pela primeira vez os resumos puderam ser publicados previamente. A dotação recebida foi maior do que as destinadas ao CNPq e à CAPES. Duas resoluções do primeiro presidente militar, Marechal Castelo Branco foram significativas: a primeira, foi a dissolução da CAPES, da COSUPI (reivindicação da comunidade científica) e do PROTEC - Programa de Extensão de Ensino Tecnológico. Foram fundidos numa nova CAPES a

¹². CIÊNCIA E CULTURA, op.cit.,1977, p.58.

partir dos estudos de Rudolph Atcon¹³, cuja presidência ficou a cargo do professor Anísio Teixeira, que já vinha coordenando o órgão. A segunda, foi a introdução, pelo governo, do contrato de tempo integral nas universidades de acordo com as sugestões apresentadas no relatório Atcon. Em 1967 deu-se a implementação da política científica que contemplou, de certa forma, algumas das aspirações da comunidade científica.

Mas a cordial relação entre Governo e comunidade científica acabou por deteriorar-se passados os anos do "milagre econômico". A SBPC foi-se tornando, pouco a pouco, uma trincheira para os docentes/cientistas e demais intelectuais das áreas culturais que se opunham ao regime.

Segundo o professor de genética da USP, Luiz Edmundo de Magalhães, a virada da SBPC começou em 1974, com a XXVI Reunião Anual em Recife, em 1974.

Acredito que o momento de virada da SBPC foi exatamente a reunião de Recife, em 1974. Eu já estava ligado à diretoria da SBPC, na condição de editor da revista "Ciência e Cultura". Nesta época as reuniões da SBPC eram muito tranquilas e havia uma preponderância enorme de trabalhos científicos, principalmente das áreas básicas. Tanto é que o professor Matias, preocupado com a ausência de

¹³. ATCON, R.P. - **Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira**. Rio de Janeiro, DSU/MEC, 1966.

*pesquisadores das áreas de ciências sociais, desencadeou uma série de convites para que o pessoal de Ciências Sociais ingressasse e participasse das atividades da SBPC. Eu mesmo tive a oportunidade de acompanhá-lo a algumas dessas visitas, convidando os pesquisadores sociais a participarem das reuniões da Sociedade. Em 1974, na reunião do Recife é que foi preparado para a assembléia geral um documento dos cientistas, que procurava uma abordagem mais ampla.*¹⁴

As áreas de ciências sociais e humanas, participando ativamente da SPBC desde o início dos anos 70, contribuíram, com suas críticas e com sua influência, para a escolha de temas, para que a entidade se apresentasse mais contestadora frente às esferas oficiais. Àquela época já se iniciavam as pressões políticas da sociedade civil pelo fim do regime militar. Mas, como já foi dito, o regime não podia prescindir da comunidade científica e, por isso, busca tê-la ao seu lado, segundo seus termos, o que desagradou a muitos, dentro da SBPC, principalmente dentro da diretoria¹⁵.

¹⁴. FOLHA DE SÃO PAULO. Folhetim. **Uma trincheira chamada SBPC**. São Paulo: n.184, 27/07/80.

¹⁵. No biênio 73/75 faziam parte da diretoria os professores: Oscar Sala, C.Alberto Dias, C.Chagas Filho, L. Edmundo de Magalhães, Carolina M.Bori, Eliane E. de Azevedo e Renato Basile. No biênio 75/77, a diretoria que toma posse na reunião de 1975, em Belo Horizonte, é composta pelos professores: Oscar Sala (presidente), Newton Freire-Maia, Crodowaldo Pavan, E.Edmundo de Magalhães, Carolina M.Bori, Eliane E. de Azevedo e Renato Basile. Ver Anexo VIII.

*Em julho de 1975, ao discursar em nome do governo na 27ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Belo Horizonte, o secretário do Planejamento Reis Velloso afirmava que o primeiro ano da administração Geisel havia marcado de forma decisiva a aproximação do governo com a comunidade dos cientistas e homens de cultura. O ministro salientava, como pontos destacados dessa aproximação, de um lado a audiência que o presidente da República dera à direção da SBPC e, de outro as contribuições da SBPC na elaboração do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para o qual estariam destinados em três anos 40 bilhões de cruzeiros, o dobro do orçamento anterior. Comparando o discurso do secretário de governo com o presidente da SBPC a revista **Ciência e Cultura**, órgão oficial da sociedade dos cientistas, dizia que, nos dois, "a tônica foi, no geral, a mesma e a linguagem muito parecida". As afinidades eram tantas que, em uma reunião de diretoria, ainda em Belo Horizonte uma ala mais desconfiada da direção da Sociedade manifestou sua preocupação com a excessiva ligação de seus dirigentes com o poder.¹⁶*

¹⁶. A CIÊNCIA LONGE DO PODER. In: A CIÊNCIA E O PODER. **Reunião da SBPC, 29**. São Paulo: Edições S/A, jul.1977, 3.

Mas o desgaste entre o regime e a SBPC também passou pela questão nuclear. O Acordo Nuclear com a Alemanha em 1975 foi entendido por grande parte da comunidade científica como uma afronta. O Acordo assinado em 27 de junho de 1975¹⁷, tornou-se o momento mais delicado tanto na política externa, nas relações Brasil/EUA, como internamente com o governo mantendo grande parte da comunidade dos físicos fora da discussão¹⁸.

Ficava cada vez mais claro o tipo de restrição que o sistema vinha impondo a esse segmento social. Duglas T. Monteiro¹⁹ assim se expressou sobre a questão:

O cientista (...) entende-se a si mesmo como um intelectual, isto é, como alguém que, por sua formação, olha a realidade criticamente e que, para isto, faz uso de um instrumento refinado. Ora, os tempos em que vivemos no Brasil não são propícios aos intelectuais. Sob o regime autoritário e repressivo em que vivemos, ser intelectual (no sentido acima especificado) é estar,

¹⁷. O Acordo foi concluído em Bonn a 27/06/75; aprovado pelo Decreto Legislativo nº85 de 20/10/75; entra em vigor a 18/11/75; promulgado pelo Decreto nº 76.695 de 01/12/75 e publicado pelo DOU de 02/12/75.

¹⁸. Sobre o assunto, ver GIROTTI, C.A. **Estado nuclear no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1984; MOREL, R.L.M. **Ciência e Estado. A política científica no Brasil**. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979; VALLA, V.V. e SILVA, L.W. **Ciência e Tecnologia no Brasil: História e Ideologia. 1949-1976**. Brasília, CNPq/Coordenação Editorial Brasília, 1981; ABREU, H. **O outro lado do poder**. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1979.

¹⁹. Duglas Teixeira Monteiro era professor da USP, do Departamento de Ciências Sociais.

*permanentemente sob o risco de ser acusado de subversão. Pensar, levantar a cabeça e pronunciar-se é uma afirmação de autonomia que, em princípio, colide com um regime que decretou a menoridade de todos os brasileiros. A medida em que a repressão se generaliza, qualquer comportamento, individual ou coletivo, que exprima autonomia, tende a ser qualificado como "subversivo". Em tais condições, mesmo o mais descompromissado dos cientistas - desde que ainda conserve algum sentido da dignidade de suas funções - não deixará de sentir-se sufocado.*²⁰

Por isso, a SBPC foi se tornando um espaço necessário à manifestação da autonomia do pensamento. A Reunião de 1977 tornou-se um marco não por se configurar como ponto de partida mas como ato de contestação às investidas do regime na sua insistência em domesticar os intelectuais. Ao menos foi esse o sentimento de grande parte da comunidade científica nesse evento.

(...)para todos aqueles que neste país se dedicam, em diferentes níveis, às atividades científicas, a SBPC tem sido uma estrutura de apoio. É através dela que se encontram, e foi através dela que muitos adquiriram alguma consciência da unidade essencial de seus

²⁰. A CIÊNCIA E O PODER. O grande debate da XXIX reunião anual da SBPC. In: **Reunião da SBPC, 29**. São Paulo: Edição S/A., jul.1977, p.8. Entrevista de Duglas T. Monteiro dada à jornalista Ireda Cardoso.

*esforços. Além das limitações acadêmicas e a despeito da heterogeneidade dos campos de trabalho, descobriram um sentido moral profundo naquilo que fazem. Sendo assim, as medidas restritivas adotadas pelo governo contra a SBPC somente ampliaram as áreas de descontentamento e de oposição.*²¹

A SBPC passou a ser um espaço em que docentes das universidades encontraram para debater seus trabalhos e posições frente ao Regime Militar. Entretanto, é preciso lembrar que a SBPC apesar de ser uma instituição cujo espaço político foi emprestado para debates dessa natureza, não significa dizer que todos os seus membros concordassem com tais posições. Por essa razão encontramos declarações bastantes cautelosas sobre temas candentes tais como Anistia, etc. Restrições ou posições mais enfáticas sobre temas afetos aos problemas nacionais foram a tônica nas Reuniões Anuais da SBPC nos anos 70.

A XXIX Reunião Anual da SBPC, em 1977, que deveria ter sido realizada em Fortaleza/CE acabou acontecendo em São Paulo apesar das dificuldades imposta pelo governo federal. Houve cancelamento das verbas oficiais e impedimentos criados aos funcionários de empresas e órgãos oficiais que iriam participar do evento. Tais atitudes provocaram o esvaziamento de comunicações, simpósios e seminários já programados. Nenhuma autoridade federal compareceu para a abertura do encontro. Apenas D.Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo e Chanceler da

²¹. Entrevista de Duglas T. Monteiro.

Pontifícia Universidade Católica, e, Severo Gomes, ex-ministro e ex-aliado do governo foram figuras de destaque no início do evento²². Dessa forma, a reunião trouxe a tona a inviabilidade entre independência científica e apoio governamental.

4.2 - O docente/cientista no encontro censurado

A atitude denunciadora nas reuniões da SBPC começaram a ocorrer no governo Geisel. Foram expressivas nesse tom as reuniões de 1975 em Belo Horizonte (Minas Gerais), de 1976 em Brasília (Distrito Federal).

A XXIX Reunião Anual da SBPC, em 1977, foi realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com o apoio do Cardeal Arcebispo de São Paulo D.Paulo Evaristo Arns, selando, assim, a aliança da Igreja Católica progressista com a luta pela independência científica. O evento colocou a PUC/SP como a universidade de ponta, na perspectiva política, abrigando, em seus domínios, expressivos foruns de debates contra o regime militar. Aliás o ano de 1977 foi um ano em que se quebrou a ilusão da distensão política²³ anunciada pelo governo e em que a PUC/SP foi profundamente atingida²⁴.

²². A CIÊNCIA LONGE DO PODER. op.cit.1977, p.3

²³. No dia 13 de abril de 1977, o presidente General Ernesto Geisel baixa a Emenda Constitucional nº 7 onde decretou o recesso do Congresso Nacional baseado no AI-5 e no Ato Complementar nº 102 de 1º de abril de 1977. O recesso durou 30 dias, tempo suficiente para o executivo acertar os rumos de sua "distensão política". No dia 14 de abril baixa a Emenda Constitucional nº8 em que decreta a eleição indireta para Governador nos Estados por intermédio do Colégio Eleitoral e a constituição de 1/3 de

Se o governo Juscelino inaugurou o apoio oficial às Reuniões Anuais, no evento de 77 esse apoio é retirado pelo governo militar. O evento foi punido pelo Governo Geisel, dois anos após este ter anunciado a aproximação de seu governo com a comunidade de cientistas²⁵. Achou que a SBPC havia se politizado demais, discutindo ciência de menos.

*Como que para oficializar a ruptura com o clima de dois anos atrás, o presidente de honra da reunião, Maurício da Rocha e Silva, num discurso acompanhado por demorados aplausos e pela emoção visível de mais de quatro mil pessoas, abriu o encontro ironizando abertamente as posições assumidas pelo ministro da Relações Exteriores e pelo líder do governo no Senado na crise gerada pelo cancelamento das verbas e denunciava o reitor da Universidade de São Paulo por não ter cedido o campus oficial para a reunião.*²⁶

Maurício Rocha e Silva, voltava mais uma vez sua pontaria contra o governo federal. Para ele a realização da reunião de 1977 foi *um verdadeiro batismo de fogo para a SBPC*.

Senadores "eleitos" por Colégio Eleitoral nos mesmo moldes de como para Governador. Essas ações ficaram conhecidas como "pacote de Abril".

²⁴. Invasão na PUCSP e incêndio no TUCA.

²⁵. Vide citação anterior com parte do pronunciamento do ministro-chefe do Planejamento Reis Velloso.

²⁶. A CIÊNCIA LONGE DO PODER. op.cit.1977, p.3

As razões que levaram à não realização do evento em Fortaleza, como havia sido decidido na reunião anterior ocorrida em Brasília, nunca ficaram totalmente claras. Do fato conhece-se muito mais seus efeitos. Rocha e Silva afirmou que o veto à reunião *nunca partiu oficialmente do Governo Federal*. Quisera com tal afirmação mostrar que não havia ruptura de diálogo junto ao governo federal.

Em 1976, 2º ano, do governo Geisel, a SBPC e a ABC, conjuntamente foram recebidas pelo Presidente para discutir questões sobre a energia nuclear e para insistir sobre a revogação das cassações havidas no final dos anos 60. O encontro foi mediado pelo General Golbery do Couto e Silva. Na ocasião o presidente Geisel demonstrando conhecer e ler a revista *Ciência e Cultura*, quer saber a distinção entre uma entidade e outra. O professor Warwick E. Kerr, presente à reunião, diz que a Academia é a elite e a SBPC, o povo. E a reunião de 77 em Fortaleza, nesse momento, estava acertada.

Mas no ano seguinte, essa reunião, segundo pouco se sabe, foi vetada pelo Comandante Militar da Região nordeste. Mas os órgão do governo é que se manifestaram.²⁷ Os motivos supostos foram os de sempre: infiltração, agitação estudantil, dentre outras coisas. Os motivos oficiais alegados foram a falta de condições do campus da Universidade do Ceará e a falta de verbas. Convém sempre lembrar que desde o início dos anos 70 as reuniões anuais da SBPC vinha tendo manifestações contrárias ao regime. O "não" teria sido

²⁷. REALIZADA EM SÃO PAULO A XXIX REUNIÃO ANUAL DA SBPC PREVISTA PARA FORTALEZA. *Ciência e Cultura*. São Paulo, v.29, n.8, ago.1977, p.937-49.

dito ao Professor Oscar Sala, presidente da SBPC, em reunião que fora convocado em Brasília, pelo Ministro da Educação Ney Aminthas Braga, 30 dias antes de iniciar o evento. Outro encontro foi realizado com Golberi do Couto e Silva, depois de reunião com a diretoria da SBPC. Ambos, Ney Braga e Golberi haviam sugerido que se modificasse o calendário do evento. Oscar Sala, em entrevista coletiva à imprensa no dia 17 de junho de 1977, fez o seguinte comunicado oficial:

*A Diretoria da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência lamenta comunicar aos sócios que, por falta de compreensão e apoio governamentais - fato inédito na já longa tradição desta Sociedade - não tem condições para concretizar sua 29ª Reunião Anual, programada para Fortaleza, de 6 a 13 de julho próximo vindouro. A SBPC, como sociedade que congrega a grande maioria dos cientistas brasileiros e interessados pelo progresso científico e tecnológico do País espera que suas atividades e objetivos voltem a ser compreendidos pelas autoridades, também responsáveis pelo nosso inadiável progresso cultural e tecnológico.*²⁸

Criado o impasse a reunião correu sério risco de não se realizar realmente. Mas os bríos de grande parte da comunidade científica organizada sob a SBPC, mais seus aliados da área artística e outros simpatizantes não permitiriam que isso ocorresse sob pena de dar ao governo federal uma força

²⁸. SBPC: Reunião cancelada. **Folha de São Paulo**. 18 de junho de 1977.

que a resistência da sociedade civil procurava minar cada vez mais. Segundo Francisco Weffort: *se a SBPC recuasse frente ao governo, adiando o Congresso, ela se dissolveria como sociedade*²⁹. Assim, sob a pressão de muitos associados foi realizada uma reunião no Auditório da Psicologia da USP. Na verdade foi uma Assembléia com quase 500 pessoas com o firme propósito de manter a realização do encontro na data prevista. Uma das decisões tomadas foi a de que a reunião anual não só deveria ser realizada conforme o programado como o deveria ser numa universidade, como vinha sendo até então e segundo os princípios da SBPC desde o seu início. Formou-se, então, uma comissão com os professores Maurício Rocha e Silva, Renato Basile e Carolina M.Bori para conversar com o reitor da USP e dele obter o consentimento para que a Reunião da SBPC ocorresse no campus universitário³⁰.

O reitor da USP, professor Orlando Marques Paiva, estava impedido de dizer "sim" e de dizer "não". Pressionado pela conjuntura e respaldado por uma parcela de professores da universidade - outra parte reivindicava o aceite - o reitor não autorizou o encontro na instituição alegando "ordens superiores". Embora representantes do governo estadual alegassem que a USP era uma instituição autônoma podendo tomar qualquer decisão referente ao assunto, nenhuma autoridade quis, aberta e oficialmente, carregar o onus da proibição. Mas se Maurício Rocha e Silva preservou o

²⁹. WEFFORT, Francisco. *O que une os cientistas no Brasil*. In: A CIÊNCIA E O PODER. op.cit., 1977, p.19. Entrevista concedida a Gilberto Galvão.

³⁰. REALIZADA ..., op.cit., 1977.

governo federal o mesmo não o faz com o reitor da USP que se recusara a ceder os espaços da universidade para sediar o evento:

Em sucessivas entrevistas, uma delas de que participei, o Magnífico Reitor da USP relutou até o fim a dar o seu assentimento, não obstante os inúmeros manifestos que recebeu de quase a totalidade dos docentes da USP, um abaixo-assinado que cobriu certamente a grande maioria dos membros do Conselho Universitário. Parece que a minoria de 1/3 dos membros do Conselho Universitário pressionou o Reitor para adiar a cessão do Campus da USP. Tivemos assim mais um caso de ditadura da minoria... Durante e após a última reunião do CEPE, foram entregues dois manifestos, um deles com as assinaturas dos representantes das unidades sediadas no Interior, isto é, dos Campi de Piracicaba, São Carlos, Bauru e Ribeirão Preto, e outro com cerca de 500 assinaturas de docentes das Unidades sediadas no Campus de São Paulo, em favor da realização da Reunião da SBPC, no Campus Armando de Salles Oliveira.³¹

Mas não só parte de professores se opuseram à realização da Reunião Anual. Políticos também vinham se manifestando contra esse evento

³¹. A CIÊNCIA E O PODER. op.cit., 1977, p.4. Pronunciamento de Maurício Rocha e Silva.

científico já em anos anteriores. José Sarney, tornado presidente da República em 1984, já então pertencente ao PMDB, quando ainda membro da ARENA e amigo do regime, afirmou que *"dentro da SBPC existe uma parcela de associados que deseja utilizá-la para fazer política partidária às custas da ciência"*. Eurico Rezende, outro senador da antiga ARENA, partido do governo, manifesta sua posição contra a SBPC, dizendo: *"A SBPC ainda não mostrou nenhuma invenção, nenhuma tecnologia nem deu qualquer colaboração concreta nesses anos de existência"*. Sobre essa afirmação Rocha e Silva, em sua indignação disse:

*A dúvida do "ilustre" senador poderia ser posta em termos mais concretos: "Então o brasileiro é um povo de incapacitados que durante 30 anos não foi capaz de descobrir algo no campo das ciências pura e aplicada, gastando os bilhões de que nos falou o Ministro Reis Velloso, em Brasília? "Nesse caso, sim, senhores cientistas, sócios da SBPC, e falo em nome deles, o que deveríamos fechar não é apenas a SBPC, mas as nossas Universidades, os nossos programas de Pós-Graduação, os nossos cursos de Graduação, porque então seríamos um povo incapaz de levar o País a uma fase mais avançada, do que o neo-colonialismo que nos é imposto pelas multinacionais."*³²

³². Idem. Ibidem.

Também dentre os professores havia críticas. Não viam com bons olhos a participação de pessoas que não fossem da "comunidade científica". A professora Cecília Maria Westphalen manifestou-se dizendo que:

A SBPC deve ser colocada em seus reais caminhos... as últimas reuniões, principalmente de Brasília³³, foram bastante disvirtuadas pela participação de leigos e curiosos, carregados de pontos de vista emocionais e ideológicos.³⁴

Ou, então, conforme o professor Celso Spínola:

A SBPC está pagando agora o preço de ter permitido uma excessiva participação política em seu ambiente uma vez que as reuniões têm sido utilizadas para reivindicações políticas que transcendem suas atividades.³⁵

Como é possível observar, parte da comunidade científica não assimilaram os propósitos originais da SBPC de aglutinar amigos da ciência e outros interessados.

³³. Refere-se à XXVIII Reunião Anual da SBPC em 1976. Nota minha.

³⁴. Cecília Maria Westphalen, diretora do setor de Ciência Humanas da UFPr.

³⁵. Celso Spínola, delegado da SBPC na Bahia.

Por sugestão do próprio Reitor da USP, a comissão partiu para um contato com a PUC/SP, verificando a possibilidade de realizar o encontro naquele campus. Ora, a alternativa não fora accidental. O momento pelo qual passava parte da Igreja Católica no Brasil permitia tal expectativa.

Nessa década de 70 estava em processo, também o movimento da Igreja latino-americana que se chamou de Teologia da Libertação. Junto a ela colocava-se os preceitos da Educação Libertadora, orientadora de uma pedagogia que tornava os segmentos explorados da sociedade Latino-Americana em atores sociais.

No Brasil, nessa década, tal orientação não se tornou consensual entre o clero mas tornou-se dominante. As relações entre o Estado e a Igreja no Brasil nos idos de 68 já se tornavam bastante conflituosas. De um lado havia os padres que apoiavam, defendiam e protegiam estudantes, elaboravam documentos e faziam declarações duras contra a política econômica e social do Governo, de outro, o presidente da CNBB, Cardeal Dom Agnelo Rossi, fazia confraternizações com as autoridades civis e militares.

A Igreja progressista no Brasil abriu seu próprio espaço e nela encontraram defesa, proteção e formas de ação, estudantes, professores, artistas e a grande maioria da população pobre e desassistida. Em São Paulo o Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, alinhado a essa proposta era (e ainda é) o Grão Chanceler na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A PUC/SP já vinha assimilando em seu quadro desde 1970, professores que foram aposentados de seus postos de trabalho em universidades ou escolas públicas e perseguidos pelo Regime Militar.

A Reitora da época, Prof^a Nadir Kfoury, contatada pela diretoria da SBPC e informada do problema abre as portas da instituição para a realização do evento mais político que a SBPC fez em toda a sua história de existência³⁶.

Entretanto, para a PUC/SP, tal postura de enfrentamento não passou sem represálias. No mesmo ano ela teve suas dependências invadidas pelo então Coronel Erasmo Dias, Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, do Governo Paulo Egídio Martins, prendendo professores e alunos a pretexto de inviabilizar uma reunião do movimento estudantil que lá estava acontecendo. Pouco tempo depois o TUCA - Teatro da Universidade Católica era incendiado. Sobrou ainda para a Reitora Nadir Kfoury, um inquérito policial-militar para responder sobre a realização da Reunião Anual da SBPC.

Mas, retomando a questão referente ao encontro, Fernando Henrique Cardoso, em 1977, faz uma outra leitura na relação entre Governo e SBPC. Disse que diante da falta de liberdade de expressão, a SBPC tornou-se um dos poucos foruns de manifestação. A crise com o governo é dada por essa direção. Uma das questões dizia respeito à uma possível reunião da UNE, que estava proscria, que poderia acontecer durante a XXIX Reunião Anual. A forma de evitar isso foi, com grande inabilidade política do governo, dificultar a reunião não liberando verbas para o evento e não dando satisfação sobre tal decisão.

³⁶. REALIZADA EM SÃO PAULO op.cit., 1977.

(...) neste momento, boa parte dos membros da SBPC se irritou com o gesto oficial. O governo não explicitou suas razões, ele não pode explicitar suas razões. Qual seria a razão? Dizer: nós não queremos críticas? Ou nós não queremos que os estudantes estejam aí? E nesse caso nós diríamos: nós também não. Não somos nós que estamos querendo que os estudantes façam seu encontro. Isso não é problema nosso. Como o governo não pode explicitar suas razões isso criou um clima de irritação. Os membros da SBPC se sentem como se tivessem recebido um voto de desconfiança. Por causa disso, o êxito da reunião vai depender um pouco da maturidade que a gente tiver. Eu acho que nós devemos fazer uma reunião exatamente igual a todas que nós fizemos. Quer dizer, discutir os temas científicos apropriadamente, sem deixarmos de nos manifestar sobre aquilo que tem importância política para a organização da sociedade brasileira. Mas nos termos em que os cientistas normalmente o fazem. Eu acho que o grande passo que se dará será fazer uma reunião firme e serena. Firme, mas serena. Eu até diria que o êxito da reunião será inversamente proporcional à verbalização muito violenta. Quanto menos verbalização e mais firmeza e maturidade melhor.³⁷

Para Fernando Henrique Cardoso o problema que a SBPC estava enfrentando era decorrente de sua expansão. A falta de espaços democráticos tornou a entidade um forum para todos os segmentos da vida acadêmica e não acadêmica se pronunciar. Mas parece que, na exposição de Cardoso, ele faz crer que a intenção da punição do governo não é para os cientistas mas para outros segmentos que lá se apresentavam. Depreende-se com isso que os cientistas deveriam criar mecanismos de autorizar ou desautorizar pessoas ou grupos que gostariam de se expressar nos eventos da SBPC. Essa realidade era nova e lidar com ela era um desafio que, para muitos, poderia comprometer o futuro da SBPC.

A SBPC vem sofrendo uma certa crise de crescimento, porque ela cresceu muito. E nós não temos aqui no Brasil a experiência de outras sociedades desse gênero que cresçam tanto. Falta a experiência de como conduzir uma organização grande. E há um problema em que nós temos que prestar atenção - e que é incrível também, aqui no Brasil. É o problema de manter as especificidades relativas das instituições. Não se pode usar a SBPC para tudo. Não se pode dissolver todas as instituições na mesma coisa. A reunião da SBPC é basicamente uma reunião de cientistas e de pessoas interessadas na ciência que vão comunicar o resultado dos seus trabalhos e julgar as condições de que dispõem

³⁷. A CIÊNCIA E O PODER. op.cit., 1977, p.12. Entrevista de Fernando Henrique Cardoso dada a Dirceu Brisola.

*para a relaização deles. Ora é claro que nessas condições se inclui o problema da liberdade e da democracia. Não creio que devamos entrar em temas muito específicos além disso. Discutir, por exemplo, o problema da Constituinte seria colocar o carro à frente dos bois. Em outros setores, em outras arenas não. Mas na SBPC eu acho que deve ser simplesmente colocado o problema da democratização. Quanto à forma de atingir a democratização específica eu acho que devíamos deixar para outros foruns.*³⁸

Essa proposição em discutir a questão da democracia na SBPC queria dizer: não se pode voltar as costas para os governantes. Mas nem todos entendiam ser essa a estratégia para manter a SBPC como entidade autônoma. Muitos viam no segmento popular seus novos aliados a favor de uma produção científica autônoma.

A XXIX Reunião Anual da SBPC, em 1977 foi realizada mas tanto antes como durante o encontro, algumas questões foram trazidas à tona. Uma delas, que já vinha tomando corpo mas que mereceu avaliação de destaque foi o sentido do fazer ciência, qual ciência e para quem.

Os docentes/cientistas, embora nem todos, passam a defender a necessidade da SBPC ser independente do Governo para realizar um projeto autônomo do fazer ciência. Essa independência deveria ser demonstrada a

³⁸. Idem. Ibidem.

partir da maior aproximação com os segmentos populares. Por isso colocou-se a questão: a que ou a quem serve a ciência? Por traz dessa indagação coloca-se o problema da mediação desse intelectual. Não conseguindo atuar no âmbito do Estado, volta-se para a sociedade e esta tem indagações desconfortáveis ao mundo científico. São indagações silenciosas ou problemas invisíveis apenas para quem não quer ouvi-los ou vê-los. Quando docentes/cientistas foram abordados sobre a possibilidade dos intelectuais ligados aos interesses das classes dominantes se deslocassem para posicionarem-se junto a outras classes a professora Beatriz Alvarenga respondeu a essa questão da seguinte forma:

Eu acho que isso é uma obrigação dos intelectuais. Isso tudo vai depender da formação, da conscientização, da politização desses intelectuais que estão sendo formados atualmente no Brasil, que isto está sendo muito difícil de ser conseguido, apenas há algumas exceções que conseguem manter essa independência. Porque eles são condicionados desde a época em que eles estão fazendo suas atividades escolares, então eles vão saindo com o espírito totalmente dominado. A gente tem que procurar fazer uma oposição a isso, eu acho que é muito importante a formação dos professores. É importante demais.³⁹

³⁹. A CIÊNCIA E O PODER. op.cit., 1977, p.16. Entrevista de Beatriz Alvarenga concedida a Murilo Albernaz.

Essa preocupação, pontuada na reunião de 77, atravessou as reuniões seguintes sendo que em 79 teve um destaque especial, muito embora o clima político dentro da SBPC já estivesse sofrendo mudanças sobre sua finalidade. Em Mesas Redondas, Simpósios, Debates e Conferências durante a XXXI Reunião Anual da SBPC, realizada em Fortaleza (Ceará) em 1979, a questão estava posta⁴⁰:

*A quem servem os resultados da atividade de investigação científica entre nós? Essa atividade é compatível com as necessidades nacionais? Ou deve levar em conta apenas as exigências internacionais dos saber?*⁴¹

Dessa questão, outras foram decorrentes. Debateu-se sobre a independência do cientista, a relação da produção científica com o desenvolvimento econômico e social do país e a necessidade da universidade, enquanto "locus natural" de buscar respostas aos dilemas sobre o fim da produção científica e da formação profissional.

Algumas conclusões a que chegaram seus participantes valem a pena serem resgatas aqui, mesmo porque estava embutido nesse debate o próprio destino da SBPC. O mote adotado por essa reunião em 1979 expressava bem

⁴⁰. MOTA, Carlos Guilherme. *Dilemas da produção científica no Brasil*. In: **Cadernos CEAS**. nº64, nov/dez. 1979, pp.31-34. O texto constitui relatório final elaborado a partir das discussões sobre o Tema Central da XXXI Reunião Anual.

⁴¹. MOTA, op.cit., 1979, p.31

o que estava em questão nesse encontro: **CANTE LÁ QUE EU CANTO CÁ**. Daí que, sobre a relação cientistas e coletividade, concluiu-se sobre:

- *A necessidade de se ampliar o esforço para a mobilização de pesquisadores para um melhor equacionamento das prioridades da investigação científica e cultural, com vistas a um aumento dos benefícios sociais da coletividade (...)*
- *(...) a necessidade de os cientistas se associarem a movimentos tendentes a demonstrar ao Governo a natureza vital das pesquisas no processo de libertação econômica e cultural do Brasil.*
- *Para a eficácia dessa mobilização, que passa pela crítica cultural e envolve uma política científica, é necessário ampliar a discussão sobre a função do cientista, numa sociedade problemática como a brasileira. Recomenda-se a ruptura com certo tipo de preconceito, que às vezes ocorre em relação ao "saber produzido pelas classes subalternas, tomando-o como instrumento de conhecimento igualmente válido". E a recomendação se justifica, uma vez que a luta de nossa comunidade é pela manutenção de espaços críticos abertos para as múltiplas abordagens em Ciências Humanas e Naturais, e contra qualquer tentativa de instruir-se autoritariamente um modelo único de abordagem.*⁴²

No que dizia respeito à universidade, concluiu-se pela necessidade de estabelecer uma política científica e cultural própria para contrapor à política científica e cultural do governo, além de recuperar o nexo entre os diferentes níveis de ensino. Além disso a própria estrutura e representação deveriam adequar-se aos novos tempos para responder às novas preocupações.

*A universidade deve urgentemente democratizar seus colegiados para ser regida pelos mais competentes, para saber dizer aos Governantes o que quer e o que não admite em questões de política científica-cultural. E os Conselhos Federal e Estaduais de Educação e de Cultura não podem voar às cegas e sem representatividade intelectual que lhes falta.*⁴³

Lembrou-se nessa ocasião, em meio ao movimento pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, da necessidade de por em pauta o retorno dos professores que foram compulsoriamente aposentados. Por fim, o documento referente à XXI Reunião Anual, de 1979, avalia a mudança no perfil da SBPC, em busca de sua organicidade social.

Esta Reunião Anual, em que se nota um aprofundamento e amadurecimento da SBPC, assistiu à passagem de um ensaísmo de combate, de pesquisas mais gerais, e de luta

⁴². MOTA, op.cit., 1979, p.32

⁴³. MOTA, op.cit., 1979, p.33

*mais direta que caracterizam os anos 70, para um novo período em que se buscará mais intensivamente as RELAÇÕES DA CIÊNCIA COM A SOCIEDADE. A própria noção de ciência mudou muito muito nesses anos, e a SBPC agora está preparada para um salto qualitativo. Ela aprendeu a lutar a boa luta. Por um futuro melhor, que há de vir. (...)*⁴⁴

Nas reuniões de 78, 79, 80 houve uma intensificação de apresentação de trabalhos voltados para movimentos populares e educação popular com a participação dos protagonistas desses movimentos. Mas a situação dentro da SBPC não era tranquila. Os grandes debates políticos, a participação de alunos desde anos anteriores, a entrada de membros da comunidade mais ampla (dos movimentos populares), o teor das moções colocadas e aprovadas nas Assembléias Gerais deixavam muitos membros da SBPC nervosos. Temiam a descaracterização da entidade e muitas restrições começaram a ser colocadas.

4.3 - O docente/cientista de volta às origens

Desde o momento em que os estudantes começaram a participar volumosamente nas reuniões anuais, parte da academia não via com bons olhos esse avanço enquanto outros avaliavam como um salto de qualidade para o futuro desses jovens. Estes últimos viam a participação do estudante

⁴⁴. MOTA, op.cit., 1979, p.33

na SBPC como futuros cientistas ao mesmo tempo em que mudava o perfil da SBPC, positivamente. O professor Francisco Weffort colocou-se da seguinte forma:

A SBPC tem assimilado (...) os estudantes, os que entram como sócios e começam a participar dela. Uma boa parte dos trabalhos do ano passado⁴⁵ foi de estudantes de pós-graduação. Os estudantes, em Brasília, os sócios, deram uma tonalidade diferente, inclusive no plano político da SBPC. E a SBPC não rachou por isso. A SBPC vem assimilar os estudantes que participam, que se inscrevem passam a receber a revista, fazer parte da instituição. (...) Espero que os estudantes que entrem na SBPC entendam as leis institucionais da SBPC. Há coisas que ela não pode fazer, porque ela é uma ampla frente intelectual (...) é um grande plenário nacional dos cientistas e dos intelectuais.⁴⁶

Como membros do movimento estudantil a questão foi colocada de outra forma pelo professor e com ele muitos outros concordaram em termos parecidos, como foi o caso do professor Modesto Carvalhosa. Já não se tratava aqui do sócio-estudante, mas de como ele, inclusive como sócio-

⁴⁵. Refere-se a XXVIII Reunião Anual da SBPC, realizada em Brasília/DF, em 1976. Nota minha.

⁴⁶. WEFFORT. op.cit., 1977, p.20.

estudante definiria sua atuação se fosse também membro do movimento estudantil.

A questão do estudante aparece por outro lado. Uma coisa é o estudante não-sócio, outra é o movimento estudantil, que é um outro movimento. Aí é que a coisa é complicada. A questão passa a não ser o "só vota quem é sócio", porque muitos dos sócios podem ser do movimento estudantil. Aí o problema é outro, político. Depende de uma variação da conjuntura atual e do papel da SBPC nessa conjuntura. Então a questão é saber o que vai ser. Se há política alternativa, a distensão pode acabar. Se não há, quem não tiver política alternativa e tomar como política essa pressão para a abertura, tem que tomar muito cuidado com as tribunas que usa, para não desperdiçá-las. Isso tem que ser levado em conta pelo movimento estudantil. Aí o problema político é grave. Eles devem ter presente que eles podem ameaçar uma instituição importante, num momento difícil para essa instituição. Então ou eles têm outra política para agir, ou é criancice. Porque eles podem desperdiçar um instrumento que têm sem conseguir outro. É o suicídio. (...) Uma coisa é o estudante que tem a opinião que tiver é problema dele, sócio da SBPC. Esse estudante fala, vota, etc. Outra coisa é a orientação política do movimento estudantil. Ou orientações. Neste caso, se eles acham que a SBPC é o lugar para eles realizarem os

*objetivos que eles não foram capazes de atingir nas suas próprias instituições, eles cometem um erro gravíssimo. Porque eles transportam um problema para a instituição que não tem capacidade para aguentar esse problema.*⁴⁷

A crítica velada ou ostensiva sobre a possibilidade do encontro dos estudantes ocorrer durante a reunião da SBPC em 1977, feita por cientistas punha em evidência, mais do que os limites da instituição, os temores dos intelectuais e a necessidade de preservar seu espaço. Por isso dentro da diretoria estava sendo proposto uma alteração nos estatutos da SBPC.

Os estudantes (de pós-graduação, principalmente), por seu lado, fazem outra leitura sobre o espaço da SBPC que quer limitar-lhes a atuação. Os alunos do curso de pós-graduação percebem que há divergências internas na SBPC, embora elas não sejam explicitamente reveladas. Tentativas de mudança no regulamento para a Reunião Anual de 1977, põe os alunos atentos. Por isso, em Assembléia Geral dos estudantes de Pós-Graduação, realizada durante a I Semana Nacional de Estudantes de Pós-Graduação, realizada em São Paulo, no período de 7 a 10 de outubro de 1976, aprovou uma moção, para que fosse atendida na XXIX Reunião Anual da SBPC, em 1977 que seria, inicialmente, realizada em Fortaleza. Dentre outras:

Repúdio a toda e qualquer manobra ou pressão, internas ou externas à SBPC, de natureza a cercear a participação de estudantes e não-sócios na Reunião

⁴⁷. Idem. Ibidem.

*Anual dessa sociedade. Todos consideramos que sua diretoria deve, em conformidade com seus estatutos e com o que acreditamos ser a intenção da maioria dos seus associados, buscar garantir a mesma participação e a mesma liberdade de manifestação existentes na 28ª Reunião anual.*⁴⁸

Mas durante a XXX Reunião Anual da SBPC, realizada em 1978, novamente em São Paulo, e desta vez na USP, ocorreram duas Assembléias Nacionais da Pós-Graduação, com a participação de nove Estados. Novamente veio à tona a discussão sobre as mudanças da forma de participação dos estudantes. Desta vez, um documento conjunto da Assembléia Nacional dos Estudantes de Pós-Graduação e da União Estadual dos Estudantes de São Paulo - UEE/SP, denuncia as restrições a serem feitas aos estudantes.

A proposta de reformulação dos Estatutos da SBPC que estará sendo apresentada à Assembléia Geral de 13.07.78, prevê no seu artigo 4º, § 3, a exclusão do direito de voto aos estudantes de graduação e pós-graduação nas futuras assembléias da entidade. O artigo 16, item c, da mesma proposta de reforma dos Estatutos, estabelece que as sugestões de nomes para os cargos da Diretoria e do Conselho deverão ser apresentadas pelo

⁴⁸. MORAES, C. E. SMAILI, S. (org.) *O movimento nacional dos pós-graduandos. Revista da ANPG*. São Paulo, [19-], p.221.

*próprio Conselho ou grupos de pelo menos 500 sócios. A Assembléia Nacional dos Estudantes de Pós-Graduação analisou estes dois pontos e firmou posição contrária à aceitação, na presente forma, desta proposta de reformulação dos atuais Estatutos e propõe a discussão ampla e profunda dos Estatutos em vigor.*⁴⁹

Foi inegável que as Reuniões da SBPC abrigaram inúmeros e diferentes segmentos do mundo acadêmico e não acadêmico. Várias foram as entidades e associações que surgiram nesse espaço criando, como foi exposto, divergências sobre o papel da SBPC. Esta instituição abriu espaço para reuniões não só de estudantes mas também de professores universitários. Em 1979, a UNE volta ao cenário político e reencontra seu próprio espaço. E assim outros agrupamentos vão conquistando espaços próprios para se desenvolver.

Embora a SBPC tenha por objetivo a defesa dos cientistas e de suas condições de trabalho, sua perspectiva nunca foi sindical. Na opinião da professora Beatriz Alvarenga, isso não acontecia com a SBPC *"porque primeiro o próprio governo iria impedir isto, depois que não seria o objetivo da SBPC"*⁵⁰. Mas o espaço da SBPC também propiciou a rearticulação de Associações Docentes. Muitos pesquisadores não gostaram.

⁴⁹. MORAES E SMAILI. op.cit., [19-],p.231-2. A íntegra do documento encontra-se no Anexo IX.

⁵⁰. ALVARENGA, Beatriz. *O cientista, uma consciência liberal*. In: A CIÊNCIA E O PODER. op.cit., 1977, p. Depoimento dado a Murillo Albernaz.

Os debates internos travados por membros da SBPC revelavam formas distintas de entenderem a instituição. Houve quem dissesse que as Ciências Humanas já falara demais e estava na hora das Ciências Exatas retomarem a direção e voltar a ganhar legitimidade frente ao Estado. Mostrou, em última instância, que os docentes/cientistas reunidos sob a SBPC, embora discordantes, reconheceram e apoiaram o grupo "mais voltado à ciência". Fernandes, resume da seguinte forma:

A SBPC definiu seu novo papel em reuniões posteriores à de 1977, quando Oscar Sala, depois de três gestões, deixou a presidência. José Reis, um dos fundadores da SBPC, foi eleito num esforço de preservar os objetivos e a consistência da SBPC. Quando Reis renunciou, foi substituído por José Goldemberg que tentou mudar a imagem da SBPC, tornando-a mais científica, profissional e menos política, o que foi chamado de retorno às origens. A imprensa recebeu a idéia com entusiasmo, mas não a maioria dos sócios da SBPC.⁵¹

A volta às origens representou resgatar as relações governantes e cientistas, governo e ciência. Já nos anos 80 não havia mais uma política de ciência e tecnologia consistente e nem havia mais recursos. A conjuntura era outra. O debate agora refletia a importância de fazer ciência ou produzir tecnologia. A indústria já mostrava sinais de sucateamento os empresários cobravam a necessidade de modernização do parque industrial mas não

⁵¹. FERNANDES, op.cit., 1990, p.264

queriam assumir o ônus do investimento em ciência e tecnologia. Os governantes queriam privilegiar a produção tecnológica e os cientistas cobravam sua participação nas tomadas de decisões das políticas científicas e tecnológicas que envolviam o setor produtivo. A bandeira política ficou reservada à reivindicação de reintegração dos cientistas cassados.

Aliás, na abertura da XXXVI Reunião Anual da SBPC, realizada em São Paulo, na USP, quando da comemoração do 50º aniversário desta universidade, Crodowaldo Pavan, seu presidente, disse:

*No passado, quando o assunto mais importante do País era a repressão e o autoritarismo - e quando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) era um dos raros canais para a sociedade civil e, especialmente, a científica externarem sua insatisfação - as conferências, nas reuniões anuais da SBPC, eram verdadeiros comícios políticos. (...) As reuniões mais recentes da SBPC já podem se limitar à ciência. E assim, limitadas a cientistas e estudiosos, não vão mesmo reunir de novo tanta gente.*⁵²

A participação popular na SBPC refluí durante os anos 80. A volta às origens significou uma opção política e não só científica. Embora a abertura política tivesse o significado de ampliação das manifestações

⁵². ALENCAR, Jose Roberto. *Com a abertura, voltam os temas científicos*. **Folha de São Paulo**. São Paulo: 12 de julho de 1984.

políticas em outros espaços institucionais "com especificidade relativa", a SBPC se consolidou como uma "frente ampla intelectual" em cujo plenário deliberativo couberam cientistas e amigos da ciência mas não a coletividade.

Embora se apresentasse a discussão sobre a ciência pública X ciência universal ou compromisso social X neutralidade científica ou ciência para a elite ou para o povo, na verdade debateu-se sobre os propósitos do enfrentamento da comunidade científica frente à política de ciência e tecnologia no regime militar. Debateu-se sobre as formas de relações com o governo e não contra ele. Aqui foram colocados os limites da contestação.

CAPÍTULO V

ASSOCIAÇÕES DOCENTES: O DOCENTE/CIENTISTA DESOBEDIENTE

Expusemos no capítulo anterior a participação da SBPC na defesa dos docentes-cientistas frente ao Estado militar, particularmente, frente à política de ciência e tecnologia, mas, como verificamos, suas opções e prioridades colocavam de fora outros problemas que estavam presentes no meio acadêmico. Os docente/cientistas entendiam que a SBPC não podia (ou não queria) reconhecer outros problemas, também decorrentes da política de ciência e tecnologia, que envolviam a comunidade acadêmica e por isso precisavam ter espaço próprio para encaminhar suas reivindicações.

Como foi colocado anteriormente, vocação do docente/cientista sofreu profundas mudanças neste século, principalmente após a II Guerra Mundial. A condição de produtor assalariado revela relações muitas vezes pouco reconhecidas pelos próprios docentes/cientistas. Este passam a fazer parte das categorias reivindicadoras de condições de trabalho. Mas não podem ser identificadas como os trabalhadores assalariados clássicos tais como operários. A especificidade dessa categoria, no Brasil é revelada no

embate que trava junto ao governo militar. Neste capítulo, a ação dos docentes/cientistas vai estar referida sempre como "movimento docente", da forma como foi identificado.

Segundo Morel¹:

*Hoje, nas sociedades industrializadas, a época do "sábio" terminou. Este se converteu num produtor assalariado; a atividade científica passou a ser um trabalho coletivo, realizado em organizações específicas (universidades, institutos de pesquisa públicos e privados, empresas industriais, aparato estatal), dependendo de instrumentos de produção onerosos.*²

A atividade do docente/cientista passou a ter propósitos bem definidos. A prática científica é dispendiosa e seu retorno é bastante lento para a velocidade do capital. No Brasil, há pouco interesse do setor privado investir nesse campo e, por razões já colocadas anteriormente, o financiamento da esfera pública foi fundamental para o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia.

Quando está em jogo um investimento cujo retorno implica em formas de acumulação de capital, seu investidor direto ou indireto procura intervir na direção e na velocidade dos projetos de pesquisa. E, nesse sentido, modifica-se a forma de trabalho do cientista.

¹. MOREL, Regina L. de Moraes. **A pesquisa científica e seus condicionamentos sociais**. Rio de Janeiro, Achiamé/SOCCI, 1979.

². MOREL, op.cit., 1979, p.13

Escapa ao trabalhador intelectual o controle não só dos meios de produção, como também o do produto de seu trabalho. A atividade de produção de conhecimentos científicos é agora regulada por um aparato institucional; dele faz parte o sistema escolar, com a função tanto de reproduzir o corpo de produtores, quanto de consagração...³

Colocar o docente/cientista na mesma condição de qualquer trabalhador assalariado é vista com desconforto por grande parte da comunidade de docentes/pesquisadores⁴. Uma outra parte dessa comunidade vai entender essa nova condição como conquista de um novo estatuto e nessa condição, acredita estar frente a novos direitos, dentre eles, às formas de proteção de trabalho.

A SBPC, como já foi visto, diante do quadro em que o docente/cientista estava ingressando, não se apresentou como entidade que buscasse defender problemas sindicais, embora em suas finalidades visasse a defesa do cientista e das condições em que ele realizaria seu trabalho. Entretanto, novos problemas estavam se avizinhandos e outros espaços urgiam ser criados para dar conta das demandas emergentes. Por isso o movimento docente vai criar ou dinamizar as associações docentes para desempenhar as tarefas que outros organismos científicos não se propõem a

³. MOREL, op.cit., 1979, p.13

⁴. Essa questão já está, em parte, colocada no Capítulo IV deste trabalho.

realizar. E, é no rastro das organizações populares e sindicais que as associações docentes emergem.

*Entre 1950-1960 e 1989 a sociedade brasileira modificou-se em várias direções. Os professores se dissociaram da condição estamental; desvincularam-se da servidão às elites intelectuais das classes dominantes, às quais pertenciam; e sofreram um terrível, rápido e chocante processo de desnivelamento social, o que os compelia a se redefinirem como **trabalhadores intelectuais**. Adotaram, em média, uma mentalidade sindicalista e reivindicativa, em conflito com o Estado e com os proprietários ou administradores das escolas particulares.*⁵

E, assim, se na década de 40 e 50 foi a burguesia urbana que progrediu, a década de 70 é dos movimentos populares e, nos anos 80, é o sindicalismo que avança. Como já foi colocado, houve uma considerável expansão da massa trabalhadora. Nesse sentido, expandiu também o segmento dos docentes/pesquisadores. Enfrentando problemas de ordem econômica e política junto às suas instituições esse segmento organizou-se, inicialmente, em seus locais de trabalho, criando ou reorganizando associações de docentes⁶. Mas os problemas surgidos não eram exclusivos

⁵ FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1989, p.9

de cada instituição de ensino superior. Pontos em comum, atividades em comum, levaram ao intercâmbio necessário para juntar forças para enfrentar o regime político em vigor que transferia às universidades e escolas superiores formas repressivas no trato da educação, da ciência e tecnologia, e das relações de trabalho, bem como lhes impunham suas políticas de recursos humanos para desenvolver suas atividades na universidade: ensino e pesquisa.

5.1 - Primeiro encontro. Ponto de partida.

Com a assim entendida "redemocratização" no final dos anos 70, acreditou-se que o novo modelo de universidade passaria pelo poder de mando na estrutura da universidade.

Na avaliação do próprio movimento docente⁷ a revitalização e a criação de novas associações docentes deveu-se à necessidade de organização da comunidade de docentes/cientistas para enfrentar o regime político que vinha marginalizando sistematicamente esse segmento das políticas educacionais e científicas. Essa organização entrava no compasso dos movimentos sociais que buscavam regenerar e (re)vitalizar a sociedade civil. Sim, mas voltado para qual primado? Estaria sintonizado com os setores sociais marginalizados que estavam se organizando nesse momento,

⁶. A ADUNICAMP surge em 1972 e a ADUSP em 1975. Em outros estados também encontramos associações docentes sendo organizadas em defesa de problemas localizados.

⁷. CADERNOS ANDES, São Paulo, n.1, nov.1981, p.2

trazendo algo de novo no horizonte político do Brasil em transição? A aliança parecia estar com essas novas forças coletivas cuja direção era a de romper com ótica da dominação. Mas seus propósitos não eram os mesmos dos movimentos sociais populares e nem podeima traçar uma trajetória similar aos movimentos operários embora neles se espelhassem.

Dois outros fatos contribuíram para expandir e fortalecer o movimento docente universitário. O primeiro foi a campanha para a integração dos cassados pelos atos de exceção na década anterior, organizado pela ADUSP e, o segundo, foi movimento pela realização da SBPC em 1977⁸. Ambas situações permitiram encontros entre docentes que buscavam resistir ao autoritarismo dentro e fora da universidade.

Em 1978, as diretorias das Associações de Docentes da USP, UNICAMP, e UNESP, em documento conjunto, conclamaram a necessidade de organização dos docentes em prol da defesa do ensino superior do Brasil e o primeiro passo seria levantando a bandeira pela reposição salarial.

*(...) Nós, professores da USP, da UNICAMP e da UNESP, recusamo-nos a aceitar essa situação. A luta pela reposição dos salários constitui o primeiro passo na organização da comunidade universitária para a defesa do Ensino Superior do Brasil.*⁹

⁸. Vários foram os documentos de associações docentes enviados em apoio à realização da 29ª Reunião Anual da SBPC, em 1977, enviados à diretoria da entidade.

⁹. Declaração dos Professores da USP, UNICAMP e UNESP, documento de 12/04/78, assinado pelas Diretorias das Associações de Docentes da USP, UNICAMP e UNESP. (Vide anexo X)

Nesse ano de 1978, entidades de docentes estavam se organizando no país todo, principalmente nas universidades federais. É o que demonstra a correspondência enviada, principalmente à ADUSP e à APROPUC, convidando seus membros para participarem de eventos em outros Estados.

Embora o mote nos debates incidissem sobre a política educacional do ensino superior eram as condições de trabalho dos docentes/cientistas, para o ensino e a pesquisa, e o salário, que estavam em questão. É por aí que passa o eixo da discussão. É por aí que passa também as estratégias de embate com o governo. Discute-se sobre o controle do poder nas universidades. Essa questão também desencadeia divergências no interior do movimento. Mas é sobre o fazer ciência que dá, muitas vezes de forma indireta, o norte da discussão entre docentes/cientistas e entre estes e o governo. Nesse último aspecto, há que se destacar que o "fazer ciência" é o que faz a diferença na vida acadêmica. O movimento emergente defende que as instituições de ensino superior devem ser criadoras de conhecimento e não repassadoras de conhecimento. É nesse sentido que a ação docente é considerada distinta das atividades docentes nos outros níveis de ensino. Assim, é o "fazer ciência" que dá novo estatuto ao mundo universitário¹⁰.

¹⁰. Já em agosto de 1988, a Andes ao defender sua proposta de sindicalização vai definir quem é o docente de ensino superior: *A atividade docente nas IES deve caracterizar-se pela produção de conhecimento e não apenas pela sua transmissão, o que implica em formação de carreiras específicas. Em uma época de revolução técnico-científica, como vivemos hoje, a atividade docente nas IES não pode ser mais um simples diletantismo, mas deve responder com precisão e qualidade aos desafios cada vez maiores da ciência, da tecnologia e da cultura. A tendência no mundo desenvolvido é de diminuir cada vez mais o tempo entre uma descoberta científica e sua aplicação na produção e estas transformações rápidas trazem consequências imediatas para o conjunto da sociedade e para a classe trabalhadora em particular. Dadas as condições*

Por isso que o movimento docente reivindica sistematicamente a indissociabilidade do ensino e da pesquisa na atividade docente. Sustenta a reivindicação a partir do contido na Lei da reforma universitária¹¹.

Embora a questão da prática de pesquisa não seja tão aprofundada, a não ser no que diz respeito à carreira do docente/pesquisador, nos documentos do movimento é sobre essa prática que vai se justificar a reivindicação por salários, carreira e autonomia. Ainda que essa discussão não tenha destaque nos eventos das entidades, ela ocorre em atividades paralelas e sustenta a argumentação do movimento, embora não a direção.

A conclamação das entidades das universidades paulistas reúne, durante a XXX Reunião Anual da SBPC, dezoito associações docentes presentes ao encontro. Mais uma vez a SBPC foi palco de embrião de movimentos. As reuniões da SBPC foram estratégicas para o sucesso do chamamento: primeiro, porque essa entidade reunia para eventos anuais, exatamente, cientistas e professores, principalmente das universidades; segundo, porque com a implementação da política de pós-graduação, muitos professores de diferentes universidades frequentavam os mesmos cursos ou mesmas instituições, são estimulados a apresentar seus trabalhos ou

desiguais de desenvolvimento decorrentes das contradições inerentes as sociedades capitalistas, à internacionalização do capital e às condições de super-exploração da classe trabalhadora no chamado terceiro mundo é fundamental que a própria classe trabalhadora tenha seu projeto no campo da ciência e tecnologia dentro de seu projeto maior para a transformação da sociedade. Assim, a indissociabilidade da docência e da pesquisa deve ser uma luta central do movimento docente e a atividade docente nas IES deve se constituir majoritariamente em uma atividade profissional de dedicação exclusiva. (BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR. v.8, n.36, ago.1988, pp.9-10)

¹¹. Lei n.5540/68.

participarem desse evento que congrega seus colegas ou seus professores ampliando, assim, uma aproximação entre eles. Com uma conjuntura política provocativa estavam dadas as condições para o passo seguinte: orquestrar uma articulação de cunho nacional no sentido de avaliar e responder aos problemas que estavam despontando no meio universitário. Assim, durante a XXX Reunião Anual da SBPC acontece uma primeira reunião entre associações docentes de universidades predominantemente públicas e outros professores de instituições que ainda não tinham seus próprios organismos, convocada pela ADUSP. Nesse encontro decide-se a realização do I ENAD - Encontro Nacional de Associações Docentes.

Esse encontro era para ter ocorrido em fins de 1978, mas aconteceu no período de 15 a 18 de fevereiro de 1979. Foi convocado por 18 Associações Docentes presentes à XXX Reunião Anual da SBPC. A organização do encontro ficou por conta da ADUSP, APROPUC/SP, ADUNESP, APROFAAP, ADUNICAMP, cuja pauta discutida foi: 1) Democratização da Universidade e Triagem Ideológica; 2) Questões trabalhistas; 3) Sistema de Ensino e Reforma Universitária; 4) Papel da Associações Docentes¹².

As entidades presentes foram signatárias de um documento chamado CARTA DO 1º ENCONTRO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS. Nela foram colocadas as diretrizes do movimento que tinha dois eixos principais: denunciar os dispositivos autoritários e avaliar a complexidade do que se tornou o quadro do ensino

¹². ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Encontro nacional de associações de docentes universitários: regulamento interno do encontro*. 15 a 18 de fevereiro de 1979 - São Paulo.

superior no Brasil. O documento aponta o divórcio entre uma política científica e as instituições universitárias, as novas relações de trabalho e a relação universidade e nação.

(...) é particularmente importante assinalar os entraves burocráticos ao avanço da pesquisa e o divórcio entre a formulação de uma política científica e as instituições universitárias. (...) as novas relações de trabalho, engendradas pela política educacional do Regime, acabaram por conduzir à instabilidade funcional, às sobrecargas de trabalho impostas à maioria dos docentes e ao paralelo arrocho salarial, o que impossibilita a produção qualificada do ensino e da pesquisa. O melancólico perfil que se desenha é o de uma universidade marginalizada, incapaz tanto de decidir sobre seu próprio destino, quanto de influir nos destinos da nação.¹³

Os presentes deliberaram sobre os quatro itens da pauta, apontando para os seguintes aspectos: Quanto à democratização da universidade e triagem ideológica as lutas deveriam ser travadas em torno da autonomia universitária como instrumento contra os atos de exceção¹⁴, eleições diretas

¹³. CARTA DO 1º ENCONTRO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS. São Paulo, 18/02/79 (vide na íntegra no Anexo XI)

¹⁴. A questão da autonomia que atravessou todo o movimento e está presente até hoje, mudou sua característica. No passado a autonomia estava centrada na relação liberdade X censura. A questão era mais ideológica. Hoje a questão é mais econômica. O

para os dirigentes, luta contra o expurgo, triagem e discriminação ideológica e reintegração dos docentes afastados, e apoio ao movimento pela anistia política.

Quanto à questão trabalhista, levantou-se a bandeira para eliminar a figura do professor voluntário e professor horista, implementando os contratos parciais, integrais e dedicação exclusiva, realização periódica de concursos públicos de ingresso e estudos para elaborar projeto alternativo de reforma universitária. Defendeu também a autonomia, unidade sindical, revogação da lei anti-greve, das restrições à sindicalização dos funcionários públicos; propôs-se a isonomia salarial sob o lema "salários iguais para trabalhos iguais"; contra a expansão do ensino superior privado; aposentadoria aos 25 anos de trabalho, e outras reivindicações trabalhistas já existentes na área privada, além da reivindicação por aumento de verbas para a Educação.

Quanto à instituição e papel das associações docentes - ADs, defendeu-se que a entidade deveria: criar espaços democráticos dentro da instituição inclusive participar de órgãos colegiados nas instâncias de decisão nas universidades; participar na elaboração de um diagnóstico do ensino superior; criar uma Coordenação Nacional formada pelas entidades docentes do Estado de São Paulo¹⁵, expandir as associações em outras instituições de ensino superior e universidades e instituir a campanha para

movimento quer subsídios para administrar recursos para ensino, pesquisa e extensão e o governo quer que as instituições ampliem suas formas de captação de recursos fora dos repasses públicos.

¹⁵. O controle inicial das entidades paulistas, era feito através das universidades estaduais. Nos anos seguintes perderam o poder de mando para as universidades federais.

aumentar o número de associados. Na rede particular de ensino as Associações Docentes deveriam encaminhar ampla campanha de sindicalização dos professores. Decidiu-se também pela filiação ao DIEESE pela articulação do movimento com as demais forças políticas nacionais voltadas para a luta pela redemocratização. Foram signatárias da carta 27 entidades, sendo 24 associações e 3 comissões pró-formação de associação: ADUSP, ADUNESP, APROFAAP, APROPUC, APUFSC, ADUFRGS, ADUFSCAR, ADUFPB, ADUFP, ADUFMAT, ADUFF, ADPUC, APUBH, ADUnB, CPFADUFPI, APUEL, APUSM, APROUFP, APUB, APUFG, ADUNICAMP, APRUMA, ADUNIMEP, ADOFFRAN, APUCG, COAPUERJ, CPUMC¹⁶.

Nesse Encontro também foram propostas formas de organização nacional: uma delas, foi encaminhada pela Associação dos Docentes da Universidade do Estado de São Paulo - ADUNESP, que propunha a criação de Conselho Nacional de Professores, nos moldes da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Em sua proposta justificavam que:

Caberá, indubitavelmente, às Associações de Docentes um papel fundamental na defesa dos interesses do professorado, que se refiram aos institutos superiores de ensino - faculdades ou universidades -, permanecendo vigilantes e não omissas toda a vez que houver a ameaça de transformá-los em meros instrumentos-meios em mãos de tecno-burocratas, quer na luta contínua e

¹⁶. CARTA DO PRIMEIRO ENCONTRO ... op.cit.1979. (Vide Anexo XI)

*perseverante pela valorização profissional do docente e do pesquisador. (...) Não podemos, também, deixar de ter em conta que mesmo entre nós, professores do terceiro grau, a existência de duas redes distintas de ensino - a oficial e a particular - pode trazer inconvenientes que poderão por em risco nossa luta comum pelo ensino, sua democratização e pela redemocratização de nossa sociedade.*¹⁷

Algumas das finalidades do Conselho seriam:

*a) tornar possível uma definição clara do estatuto profissional do professor; b) participar ativamente na formulação da política nacional de educação; c) zelar para que a educação não se transforme, nas mãos inescrupulosas de agentes oficiais ou particulares, em indústrias do engodo, da mistificação e do falso saber.*¹⁸

Outra proposta de organização nacional foi encaminhada pela Associação de Docentes da Universidade Federal Fluminense - ADUFF. Trazendo um esboço completo de artigos, itens e incisos propuseram a

¹⁷. ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DA PARAÍBA. *As associações de docentes e a criação do conselho nacional de professores*. João Pessoa, 31.01.1979, p.2. Documento apresentado durante o I Encontro Nacional de Docentes Universitários ocorrido em São Paulo, no período de 15 a 18 de fevereiro.

¹⁸. ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DA PARAÍBA. *op.cit.*, 1979, p.2.

criação da FEBRAD - Federação Brasileira das Associações Docentes Universitários. Dentre seus objetivos o que chama mais a atenção é o que visa *propor para discussão a aprovação o Código de Ética do Docente Universitário em Assembléia de Delegado*¹⁹.

Em assembléia, os participantes optaram por uma Coordenação Nacional, sem estruturas iniciais rígidas. O Encontro foi o ponto de partida de um movimento mais organizado em nível nacional que seguiria daí para frente. Isoladamente, as Associações Docentes já vinham realizando suas manifestações, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, desde 1976. O Encontro revelou muitas coisas: a exigência desse segmento em ter voz ativa nos assuntos referentes ao ensino superior, ciência e tecnologia; a relevância de participar em conjunto com outros setores da sociedade civil ampliando as forças contra o regime militar forçando abrir portas para negociações; a necessidade de definir seu campo de ação enquanto um profissional que tem perfil definido e procura estabelecer um código de ética.

Sobre o último aspecto houve controvérsias. A definição do profissional universitário enquanto docente/pesquisador, oscilava entre aquele que, além de ensinar, produz conhecimento consistindo assim numa categoria profissional que não era nem liberal e nem operário e aquele que, enquanto assalariado, aproximava-se do trabalhador como se fora operário

¹⁹. ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - ADUFF. *Federação brasileira das associações de docentes universitários - FEBRAD*. Niterói, 1979. Documento apresentado durante o I Encontro Nacional de Docentes Universitários ocorrido em São Paulo, no período de 15 a 18 de fevereiro.

da ciência. Entre uma e outra, o movimento docente seguiu seu caminho enfrentando contradições.

Embora de forma não excludente, a primeira perspectiva dava ênfase à carreira docente por entender que desse modo não só teriam uma definição quanto às atribuições nos vários estágios dela, fortalecendo assim a área de pesquisa e pós-graduação, como obrigaria o setor privado a seguir o mesmo critério, subordinando o setor privado à qualidade do setor público. Mas há aqui uma questão a ser pensada: se a carreira responde mais às condições de autoridade para a realização de pesquisa e ao exercício docente nos cursos de pós-graduação, e se nem todos os professores estão ou ficarão nesse estágio como se resolve a distinção se a busca é pela equalização? Parece que o que equaliza os docentes é o fato de terem como atribuição ministrar aulas nos cursos de graduação, bacharelato ou licenciatura, sem uma exigência formal de titulação. O que precisa ser cumprido são as horas estabelecidas pelo calendário escolar e um programa definido pelos departamentos. Qualquer professor, dentro da área, está habilitado a cumprir essa tarefa. O mesmo não ocorre com a pesquisa: a exigência de titulação (com raras exceções essa condição é dispensada se há reconhecimento da comunidade científica do mérito a ser atribuído sem o título mas pelas experiências já realizadas, obtendo o reconhecimento pelo "notório saber") é a formalidade de como se reconhece a autoridade e o estatuto de pesquisador/cientista na comunidade acadêmica, nos órgãos de financiamento de pesquisa e no sistema de pós-graduação. Ainda aqui há distinção entre mestres e doutores. Além do que, a atividade de pesquisa na universidade está vinculado a um cronograma definido com agências externas e não ao contrato de trabalho docente²⁰.

A segunda, dava ênfase aos direitos trabalhistas, tais como contrato por horas semanais e não contrato por aulas, estabilidade, aposentadoria após 25 anos de trabalho, 13º salários, insalubridade, adicional noturno e outras formas reguladas pela CLT ou Estatuto do Funcionalismo Público conforme o caso. Tinha uma perspectiva mais sindical do movimento. Considerando que grande parte dos docentes das universidades oficiais e a maioria dos docentes das instituições de ensino superior privado eram apenas graduados, emergentes da rede oficial de ensino do primeiro e segundos graus ou oriundos da atividade profissional liberal, a tendência do movimento vergava muito mais para as reivindicações trabalhistas do que de carreira. Esta, na verdade, sempre foi muito bem vinda se considerasse dois fatores: ascensão por tempo de serviço e aumento salarial pelo novo enquadramento. Quando a referência era a meritocracia esta não caminhava com exclusividade, a maioria não permitia.

Os encontros seguintes, nessa direção sinuosa determinada muito mais pela necessária velocidade de repostas frente aos problemas imediatos - tais como a precariedade de emprego e salários adequados - ratificaram e ampliaram os temas do I ENAD, da mesma forma que as contradições internas do movimento foram se avolumando, dificultando ou dividindo os docentes/cientistas nos momentos de negociação ou na sua direção. Assim foi o caso do trato dos docentes das instituições privadas, das oficiais estaduais, visto que as universidades federais detiveram a hegemonia na condução do movimento. Essas contradições davam ao governo um espaço

²⁰. Essa reflexão ajuda a compreender porque, nos períodos de greve, as aulas podiam ser paralisadas e as pesquisas não.

de manobra que as lideranças não puderam evitar. Muitas vezes, para o governo, era mais interessante ceder em questões trabalhistas - com restrições quanto aos índices de reajuste salarial - porque de alguma forma mantinha o profissional sob algum controle e em último caso tratava-se "apenas" de cumprir a lei (CLT ou Estatuto do Funcionalismo), do que ceder em poder, abrindo espaço para as entidades terem voz de mando em políticas científicas e educacionais, ou como se queira, em política nacional.

Dessa maneira, buscando dirimir e muitas vezes aprofundando conflitos, seguiram os encontros posteriores. Em julho de 1979, as ADs reuniram-se em Fortaleza, em simpósio proposto pela ADUSP à SBPC. As Reuniões da SBPC continuaram a ser momento dos encontros de docentes. Criou-se, finalmente, uma Coordenação Nacional e marcado um Encontro Extraordinário que seria realizado em setembro desse mesmo ano. Este ocorreu em Salvador, em setembro de 1979. Ratificados os temas debatidos anteriormente, o destaque nesse encontro ficou para a participação das universidades particulares e para o encaminhamento de campanhas salariais em nível nacional. Nas universidades públicas debateu-se sobre a necessidade de absorver os professores "colaboradores" e acabar com os professores "horistas".

A plenária final propõe a intensificação das lutas salariais e trabalhistas, unificando estas campanhas através de um Dia Nacional de Reivindicações Salariais, Trabalhistas e de Carreira nas Instituições de Ensino

*Superior. Esse dia ficou marcado para o dia 26 de setembro de 1979.*²¹

As mobilizações dos docentes começavam a surtir efeito, pois, em novembro deste mesmo ano, o MEC, através do ministro Eduardo Portella realizara encontros regionais com representantes das reitorias e com as Associações Docentes das universidades federais para dar início às discussões sobre as reivindicações feitas. E já em janeiro de 1980 circulou a primeira versão sobre a reestruturação da carreira docente das autarquias federais²². Mas a resposta do movimento foi o lançamento da Campanha Salarial e Greve para as instituições de ensino superior federais, em discordância da proposta do governo.

O ano de 1980 prometia muita agitação. O encontro extraordinário de Salvador confirmou a pauta do I ENAD e propôs a pauta para o segundo que viria a ser realizado em 1980, em João Pessoa, na Paraíba. A nova pauta colocava os temas sob uma nova ordem: primeiro as condições de trabalho e as questões salariais depois as questões de política educacional²³. Tanto assim que ficou estabelecido o dia 17 de abril de 1980 como Dia Nacional de Luta pelo Reajuste Salarial. Assim consolida-se a principal bandeira do movimento docente, ou pelo menos a bandeira que seria seu carro-chefe daí para frente.

²¹. CADERNOS ANDES. São Paulo, n.1, nov.1981, p.2.

²². VIEIRA, op.cit, 1990, p.37

²³. Conforme documentos do encontro.

Mas avolumaram-se, também, as especificidades de interesses dentro do movimento. Não havia como negar a dificuldade em levar avante um movimento nacional de docentes quando seus contratos de trabalho eram distintos assim como eram distintos com quem eram feitos tais contratos²⁴. Nesse I ENAD, revelando tais dificuldades, os delegados das ADs de Instituições de Ensino Superior Privado elaboraram um documento reivindicando uma política específica para o setor dentro da orientação geral do movimento docente. Argumentaram que, o fato de 70% das instituições de ensino superior serem privadas revelava uma força nada desprezível. Seu encaminhamento é predominantemente sindical: debater questões trabalhistas e sindicalização²⁵. As Associações de docentes signatárias foram predominantemente ligadas às universidades confessionais.

Tal posicionamento teve recados: os docentes dessas associações não queriam ser marginalizados no movimento, não queriam ser subordinados e queriam partilhar dos recursos orçamentários da união para as universidades. Destino semelhante tiveram as associações oriundas das universidades estaduais. Por isso é possível compreender porque, dentro e fora dos encontros, os segmentos faziam reuniões em separado. Embora procurassem assumir pontos em comum, tais segmentos dentro do movimento pareciam desenhar um sistema de castas: federais, estaduais, municipais, particulares.

²⁴ Yves Schwartz faz outra leitura sobre a questão: (...) para lembrar os movimentos sociais de dezembro de 1966: não é neste quadro que devemos evocar a distinção entre o público e o privado? Na ocasião de um recente colóquio juristas se interrogavam sobre a legitimidade desta distinção e especialmente sobre a oposição estatuto (público) X contrato (privado). Chegaram a esta questão fundamental: existe uma diferença na própria atividade que justifique esta distinção? (SCHWARTZ, Y. Trabalho e valor. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo: v.8, n.2, p. 147-156, out/1996.

²⁵ Documento subscrito pelas seguintes Associações: ADUNIMEP/SP, APUC-GO, ADPUC-RJ, ADUSU-RJ, ADCUP-RJ, APEAESP-SP, APROPUC-SP, APROPUC-Campinas/SP, ADIPE-Pb e datado de 28/02/80.

Houve uma sucessão de acontecimentos nesse ano. Após o II ENAD, uma reunião de docentes havida em Belo Horizonte, no mês de março²⁶, foi rediscutida a questão da carreira proposta pelo governo e ao mesmo tempo os docentes solicitaram aumento salarial²⁷. Em maio de 80 o Ministro da Educação Prof. Eduardo Portella recebeu 15 entidade docentes e manifestou disposição de fazer os devidos encaminhamentos solicitando recursos para o reajuste, mas no mês seguinte o setor responsável discorda da proposta do MEC e apresentou uma proposta alternativa. Esta foi repudiada em encontro extraordinário das associações docentes, na qual participaram 49 entidades. Mas o Ministro Eduardo Portella manteve o firme propósito de não abdicar da proposta do MEC²⁸.

Esse não afinamento nos órgãos do governo mostraram desacordos internos nos ministérios e a disputa política entre as instâncias que eram responsáveis pela condução da política educacional no país e as instâncias que deliberam sobre a política econômica. O hiato que se criou, permitiu novo fôlego e assim fortalecer o movimento docente que, em resposta, constituiu a Semana Nacional de Luta e Mobilização realizada entre 8 e 15 de setembro do ano em curso. O evento foi decidido em Brasília. No período

²⁶. Também no período de 31 de março e 03 de abril de 1980, acontece a I Conferência Brasileira de Educação - CBE, na PUC/SP. O evento foi organizado pela ANDE - Associação Nacional de Educação (presidente prof.^a Guiomar Namo de Mello), ANPEd - Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (presidente prof. Jacques R. Veloso), CEDEC - (presidente prof. Luiz Antonio Cunha) e CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade (presidente prof. Moacir Gadotti). Dos simpósios ocorridos, destacamos: 1). "Os projetos do MEC para as Universidades Federais", coordenado pelo prof. Luis Pinguelli Rosa e tendo como participantes os professores: Jair Rocha Leal, Newton Lima Neto e José Manoel C. de Melo. 2) "Perspectivas das Associações Docentes Universitárias", com representantes da ADUSP e outras associações.

²⁷. VIEIRA, op.cit, 1990, p.42

²⁸. BOLETIM NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DOCENTES. [set/1980?]

definido houve paralizações em 20 universidades. Reivindicaram 48% de reajuste salarial, reestruturação da carreira, mais verba para a Educação e revogação da Lei nº 6733²⁹.

O governo contra-atacou afastando o ministro da educação, prof. Eduardo Portella, do cargo em 26 de novembro. Assumiu, em seu lugar, o General Rubem Ludwig, respaldado e afinado com a ala dura do governo central. Na medição de forças, aconteceu, em dezembro, a primeira greve nacional de docentes das universidades federais mobilizados em torno de um projeto nacional de carreira. Em meio à greve houve a aprovação de um projeto de reestruturação da carreira proposto pelo governo e diante disso a greve refluíu. A comunidade de docentes/cientistas, estranhamente, acatou a reforma sem maiores restrições, visto que entrara em greve porque discordava do projeto do governo e buscava espaço para implementar seu projeto senão no todo pelo menos em alguns pontos. Qual a explicação?

Segundo Vieira³⁰ a Reforma de 1968 havia dedicado atenção especial ao corpo docente prevendo uma carreira que obedeceria ao "Princípio da integração de Ensino e Pesquisa³¹". Com a extinção da CÁTEDRA ou CADEIRA na organização do ensino superior do País³² foram criadas as primeiras condições para a existência de vários níveis de carreira *desvinculados de campos específicos de conhecimentos*³³. Estabeleceu a

²⁹ FOLHA DE SÃO PAULO, 03 de setembro de 1980. A Lei diz respeito à forma de indicação dos reitores nas universidades públicas.

³⁰ VIEIRA, op.cit., 1990, pp. 47-49

³¹ Lei nº 5540/68, art.32, paragr.12.

³² Idem, art 33, paragr.3º.

³³ Idem, art.33.

progressividade da dedicação exclusiva e política nacional e regional de aperfeiçoamento de pessoal docente. Dessa forma avançava-se para acabar com a figura do professor horista. Mas no que o pacote de 80 resolvia a questão para que fosse aceito? Ora, a grande maioria ou grande parte dos professores eram professores "colaboradores" e estes eram os maiores interessados na aprovação do pacote na medida em que seriam incorporados como professores na carreira³⁴ e aí pouco importava qual carreira visto que o maior ganho era a definição de um contrato de trabalho mais seguro. E no Pacote de 80 praticamente todos os professores colaboradores foram incorporados. Ingerência esperta do recém empossado Ministro da Educação, General Rubem Ludwig. Os professores colaboradores foram absorvidos e enquadrados como ASSISTENTES, nível a princípio dado aos que possuíam titulação de mestre ou alguns anos de trabalho. A maioria foi agraciada por esse último critério. Isso funcionou como efeito cascata para outras universidades ou instituições isoladas oficiais estaduais e municipais.

Ainda assim, muito professores ficaram de fora. Por isso os professores das universidades federais admitidos em 1980, sentido-se discriminados diante do projeto aprovado pelo governo, solicitaram providências à direção do movimento docente.

³⁴. Em 1977, houve, no plano federal, a proibição de contratações novas, conforme define o Decreto 78.120/77. Para poder dar conta das necessidades internas nas universidades, a alternativa foi a expansão de quadro pela contratação intensiva de colaboradores e visitantes. Em 1980 já há mais de 10.000 professores colaboradores nas universidades autárquicas. Destes 60,7% eram graduados e apenas 13,8% tinham cursos de pós-graduação. Em termos de conjunto, pode-se citar como exemplo que a UFPB tinham 57,9% de colaboradores em seu corpo docente e UFRN, eles eram em torno de 52,6%.(Fonte: MEC/SESU, 1980 e 1981.

Em reunião da CNAD - Coordenação Nacional das Associações Docentes, em Belo Horizonte, ocorrido durante os dias 16 e 17 de janeiro de 1981, acatando solicitação dos professores que se sentiram discriminados pelo projeto de reestruturação de carreira aprovado pelo governo federal, marcaram uma reunião específica³⁵ para tratar do assunto e esta aconteceu em 31 de janeiro de 1981, no Rio de Janeiro. Durante a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Associações dos Docentes - I CONAD, ocorrida em São Paulo houve deliberação sobre o assunto. Dentre as resoluções tomadas uma delas tratou da reivindicação, com o apoio da entidade, do *"enquadramento imediato e unânime dos docentes discriminados pelo decreto"*³⁶.

O ano de 1980 termina com o Presidente da República, General João Baptista de Oliveira Figueiredo, aprovando as bases³⁷ para a reestruturação da carreira do professor universitário nas universidades federais que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1981³⁸. A estruturação da carreira docente trouxe "estabilidade" profissional, principalmente para os não concursados.

O que começa a ficar mais nítido é que a direção do movimento docente tem como esteio maior a movimentação das universidades federais, autarquias ou fundações. As instituições estaduais e as poucas municipais

³⁵. Conforme consta no item "5" do "Relatório da Reunião da CNAD, Belo Horizonte, 16/17 de janeiro.

³⁶. Conforme Resoluções do CONAD, reunido em São Paulo, nos dias 17, 18 e 19 de abril na sede da APROPUC/SP. Boletim ANDES, Ano I, nº 2, Maio de 1981, p.6.

³⁷. Decreto nº 85.487 de 11/12/80

³⁸. FOLHA DE SÃO PAULO, de 10/12/1980

seguem as federais mesmo porque, na maioria delas o embate com os governos, a quem estão diretamente ligadas, se espelham nas decisões da esfera federal para responder aos movimentos locais. Assim, pouco a pouco, o movimento docente no país vai ter a cara do movimento docente das universidades federais. Os docentes das instituições particulares, salvo parte das confessionais, terão sérias dificuldades em levar à frente sua organização nos locais de trabalho. A resposta dos proprietários é, em quase todas as situações, demissão sumária, respaldado pela conjuntura política vigente.

Desse modo, o movimento docente vai forjando sua direção. As questões políticas (perseguições por razões ideológicas postas nos anos anteriores deram lugar às demissões por participar em movimentos sindicais), embora permanecessem no horizonte do movimento perderam destaque. Até porque, entre elas, já se esvaziara as campanhas de reintegração dos cassados e a Anistia Restrita já havia sido decretada pelo Presidente General João Baptista de Oliveira Figueiredo em agosto de 1979. Além do mais o ano de 1980 foi definitivo para o movimento docente traçar seu rumo. Nesse sentido grande parte do movimento procura mostrar a necessidade de consolidar e, daí estruturar melhor o movimento. É colocada em questão a criação de uma direção nacional de docentes no lugar da coordenação nacional existente. Segundo avaliações, uma coordenação já não dá conta de levar à frente o volume de demandas que nasceu do movimento. Mas era muito mais que estava em jogo.

Assim é que a forma de melhor organização do movimento passaria por uma discussão nas bases dos movimentos. Em 1980, quando as ADs voltam a se reunir em reunião extraordinária durante a 32ª Reunião Anual da

SBPC, no Rio de Janeiro, deliberou-se pela convocação de um Congresso Nacional de Docentes do Ensino Superior, para tratar sobre a criação de uma entidade nacional. O Congresso realizou-se nos dias 18, 19 e 20 de fevereiro de 1981, em Campinas, São Paulo, seguido da realização do III ENAD. Nele, com a presença de 70 ADs e 300 delegados eleitos por suas bases nas universidades, é criada a ANDES - Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior e eleita sua diretoria provisória. O que fortaleceu a criação da entidade, embora com reservas de alguns representantes, foi a greve das universidades federais no final de 1980³⁹.

O movimento docente iniciou e deu continuidade às suas lutas *contra uma situação que castrava a atividade criadora na universidade*⁴⁰. Assim, procurou dar combate à política educacional em vigor a partir de tres aspectos: privatização da educação; b) estrutura autoritária e c) deterioração das condições de trabalho⁴¹.

De acordo com as avaliações do movimento o modelo econômico vigente durante o regime militar, ao abrir espaço para a expansão do setor privado na educação superior mais implantar uma estrutura autoritária fundada na reforma do ensino superior em 1968, permitiu que, em sintonia com os demais setores produtivos do país, os docentes, como os demais trabalhadores sofressem um profundo arrocho salarial. Mas a contradição maior se revelava na maioria das instituições de ensino superior particulares. Nestas a estabilidade de emprego era inexistente, não havia carreira docente

³⁹. CADERNOS ANDES. São Paulo, n.1, nov.1981, p.5

⁴⁰. CADERNOS ANDES. São Paulo, n.1, nov.1981, p.4

⁴¹. CADERNOS ANDES. São Paulo, n.1, nov.1981, p.4-5.

nem atividade de pesquisa. Aliás, por essas razões, o debate entre as instituições de ensino superior ou universidades públicas e particulares revelou-se um enorme desafio para o movimento docente.

5.2 - Antes colegas. Depois, companheiros!

A compreensão de que havia um segmento profissional atuando em todo território nacional, que mesmo com formas de inserção distintas - funcionalismo público federal, estadual, celetistas e prestadores de serviços - tinha problemas em comum, e mais, que não se enquadrando nas formas convencionais e tradicionais de trabalho produtivo, tinha algo diferente: o processo de trabalho ainda pertencia a esse trabalhador. Ora, constituir um organismo cuja base estaria espalhada em todo território nacional era um arrojo. Aliás, parece que a área da educação foi bastante audaciosa nesse sentido. Embora, tivesse quem defendesse a criação de uma entidade de base nacional com caráter de federação tendo em vista as peculiaridades dos segmentos envolvidos, foi exatamente essa diferença que trouxe algo novo na organização. Claro que ela teria que adotar um eixo e este algo nebuloso no início e claro posteriormente revelou um perfil ao longo dos anos. É por isso que hoje pode-se dizer que a ANDES foi criada como organismo para-sindical⁴² de base nacional. Mas foi uma forma ou estratégia para não dispersar a base das universidades públicas estaduais ou municipais, permitir

⁴² A ANDES transforma-se em Sindicato Nacional - ANDES/SN, em congresso extraordinário, em novembro de 1988, logo após a promulgação da nova Constituição brasileira, que revogou a proibição de sindicalização para funcionários públicos. Nos locais de trabalho foram constituídas as Seções Sindicais. Em fevereiro de 1989, a ANDES é filiada a CUT, em congresso ordinário.

o diálogo e alianças com os sindicatos dos professores da rede privada de ensino superior. Reunir todos os docentes universitários de todo o país sob a hegemonia de movimentos docentes únicos, era a meta⁴³. Por isso a criação da ANDES, mais do que uma conquista, tornou-se um sucesso em termos de organização nacional⁴⁴.

(...) A deliberação do plenário do Congresso Nacional de Docentes Universitários no dia 19 de fevereiro quando cerca de 300 delegados representando mais de 30.000 professores fundaram a ANDES e inscreve-se entre as decisões, históricas. Foi sem dúvida, um passo decisivo para o avanço do movimento, muito mais, através, dela, há de ser feito. Na oportunidade da criação da nossa entidade vale lembrar a frase do documento final do Comando Nacional da greve dos professores das Autarquias federais para estendê-las nesse histórico, a todo o movimento: ÉRAMOS

⁴³ Essa proposta hegemônica vai encontrar problemas quando a ANDES, de fato e de direito torna-se sindicato e pretende manter a mesma hegemonia. Nesse sentido vale a pena uma reflexão posterior se a permissividade de sindicalização dos funcionários públicos não levou a fragmentação dessa união inicial. Muito recentemente, para evitar essa divisão, procurou-se transformar a ANDES numa central sindical de sindicatos de docentes, para não perder sua base. A proposta foi derrotada. A ANDES permaneceu filiada a uma central sindical de trabalhadores em geral, a CUT.

⁴⁴ O movimento dos professores de primeiro e segundo graus não obtiveram o mesmo sucesso. Tanto que houve uma disputa acirrada entre dois organismos que tentaram se constituir em nível nacional. A divergência central foi em torno da abrangência do profissional que se caracterizaria como trabalhador da educação. A UNATE - União Nacional dos Trabalhadores da Educação, mais próxima do Partido dos Trabalhadores defendia a posição de que todo aquele que trabalha em instituição educacional é um trabalhador da educação. A CPB - Confederação dos Professores do Brasil, constituída como federação das Associações de Professores das redes oficiais e particulares de ensino, distinguia as atividades de ensino, burocracia e serviços. Tal questão não passou pela ANDES, que se definiu, desde o início como uma associação de docentes com uma atividade específica de ensino e pesquisa. Os funcionários constituíram a FASUBRA.

*COLEGAS; HOJE SOMOS COMPANHEIROS DE LUTAS.*⁴⁵

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES, foi criada em 19 de fevereiro de 1981, em Campinas/SP, após o III ENAD. Foram fundadoras da ANDES as seguintes entidades: ADUFAC/AC, ADUNICAMP/SP, DUA/AM, ADUFCAP/PA, ADUSP/SP, ADESP/SP, APRUMA/MA, ADUNESP/SP, ADUFPI/PI, ADFCMBB/SP, ADUFC/CE, ADISA/SP, ASDESAM/RN, ADURN/RN, ADUFSCAR/SP, ADFURRN/RN, APROPUCC/SP, ADURNE/PB, ADUNIMEP/SP, ADUFEPE/PE, ADUMC/SP, APROPUC/SP, ADUCAP/PE, ADEPM/SP, ADUFRPE/PE, ADSVSL/SP, ADUFP/SP, APROFAAP/SP, ADUFPB/PB, AUDFS/SE, APEAESP/SP, ADUFAL/AL, ADUEM/PR, APUB/BA, ADUEL/PR, ADUFES/ES, APUBH/MG, APROFEJ/SC, APESJF/MG, APUFSC/SC, ADUFU/MG, ADUFRGS/RS, ASPUV/MG, APUSM/RS, ADUFG/GO, ADUNISINOS/RS, APUC/GO, ADPPUCRS/RS, ADUnB/DF, DUFPEL/RS, ADUFMAT/MT, ADUFEMS/MS, ADUFRJ/RJ, ADUFF/RJ, ADUR/RJ, ADUSU/RJ, ADFOC/RJ, ADUNIRIO/RJ, ADPUC/RJ, ADCUP/RJ e DOCEND/RJ.

Entretanto, a idéia de se criar uma entidade nacional já vinha desde 78, como já foi exposto. Ainda assim, algumas entidades, subscreveram um documento intitulado *"Por uma entidade nacional de Docentes universitários"*, elaborado em 1980. Nele justifica-se a necessidade de uma entidade nacional tendo em vista que a estrutura federativa, além de pouco

⁴⁵ BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR. **Criada a nossa entidade nacional.** v.I, n.1, abr.1981. Vide Anexo XII.

ágil para responder às demandas de um movimento nacional que se amplia, exclui a participação direta dos professores que constitui a base do movimento. Por isso na definição da ANDES está posto:

*A ANDES é uma associação de âmbito nacional, autônoma relativamente ao Estado e à administração universitária, democrática e representativa dos professores da IES de todo o Brasil, e não apenas das diretorias de Associações Docentes.*⁴⁶

Além disso, as entidades avaliavam que dada as especificidades do movimento sem uma direção geral, embora tivesse um comando geral só que colegiado, contribuía para que o governo dificultasse o avanço das lutas⁴⁷. Esse documento teve como objetivo conclamar as demais entidades para que no II ENAD fosse, finalmente criada a entidade nacional. Muito embora, não pudesse de direito, porque a constituição em vigor não permitia, ser constituída como entidade sindical, de fato ela assim se configurou, praticando assim uma ação de desobediência civil. Era a forma para se fazer presente e se fazer ouvir.

A ANDES não terá caráter político partidário, e buscará efetivamente expressar as reivindicações e lutas dos

⁴⁶. Sobre o caráter da ANDES com a sociedade, ver BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR. v.1, n.1, abr.1981, p.2.

⁴⁷. ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS et. al. **Por uma entidade nacional de docentes universitários - 1980.** (datilogr.)

*professores das IES brasileiras nos planos econômico, social, cultural e político, seja, em campanhas trabalhistas, seja na defesa de uma política educacional que atenda as necessidades populares, buscando interagir com entidades democráticas representativas de professores, trabalhadores e demais setores sociais, na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro.*⁴⁸

Nessa caracterização alguns aspectos devem ser destacados: primeiro, caracteriza-se como uma categoria de trabalhadores na medida em que a entidade vai procurar levar à frente reivindicações trabalhistas do segmento de docentes universitários de todo o território nacional; segundo, define um propósito orgânico, na medida em que procura defender uma política educacional e científica voltada para os interesse populares; e, terceiro, busca somar, enquanto organismo de defesa de interesses de categoria assalariada, com organismos semelhantes; e, por fim, é um organismo de defesa dentro da ordem.

O movimento docente enfrentou duros embates do governo e seus aliados pela perseguição de seus filiados. Os dirigentes das instituições de ensino superior, tanto oficiais como particulares, zelosos com a manutenção da ordem imposta pelo regime, realiza uma perseguição sem tréguas aos militantes do movimento docente. Viram neles o inimigo a ser combatido. Casos de demissão por esse motivo, substituíram os motivos anteriores. Essa

⁴⁸. Idem, *ibidem*.

e outras questões que se multiplicaram e se confundiram no período da distensão política, exigiu decisões da ANDES que, como pode ser visto hoje, comprometeu a direção tomada.

A organização dos docentes universitários se deu a partir da década de 70, e em 1981 funda-se a ANDES. O movimento docente centra sua discussão no processo de trabalho apesar de apresentar como bandeira a questão da universidade pública, gratuita, democrática e autônoma. Ela surge no bojo do movimento de reorganização dos movimentos populares e sindicais. O docente/cientista busca identificar-se como um trabalhador. E são as condições de trabalhos que estarão presentes nas pautas de discussões dessas entidades. Dentro da universidade o movimento docente tem uma postura ideológica eminentemente classista. Passa a reconhecer a existência de uma relação de trabalho cujo produto do trabalho transforma-se gradativamente em valor de troca no mercado. Entretanto, não parece haver consciência de que o processo de trabalho também. Os debates são pantanosos porque se reconhece a existência da divisão do trabalho que cabe à Universidade no contexto da produção social mas cuja produção sofre as limitações de mercado internacional considerando o avanço científico do 1o. mundo.

Mas os embates do movimento precisavam obrigar seu oponente a ouvi-lo. O recurso utilizado foi aquele já inaugurado pelo movimento sindicalista operário: a greve. Esse foi o mecanismo de força encontrado pelo movimento para resistir aos embates do regime que não se permitia ceder espaço para esse segmento social na condução de suas atividades⁴⁹.

Aliás, foi a forma encontrada pelos organismos institucionais em geral nessa fase de reordenamento da sociedade civil em busca de seu lugar na sociedade.

5.3 - Parar é preciso. Chamando a atenção da sociedade.

No final dos anos 70 vamos assistir a um intenso movimento grevista liderado pelo setor de ponta da indústria no Brasil. A greve vai representar uma declarada manifestação pública e organizada contra a política econômica e política do regime militar⁵⁰. A reação das forças da ordem foi violenta. Sua autoridade estava sendo contestada e a força empregada, pela coação e pelas armas chegou às últimas consequências: demissões sumárias, prisões da liderança sindical, intervenção nos sindicatos e morte à sindicalista.

Mas esse quadro não intimidou as forças contrárias ao regime. Só fez fortalecer. A reação do regime mostrou que não poderia manter sua rigidez por muito tempo, mas também não se permitiria ceder sem estragos.

⁴⁹. Noronha afirma que: *Diferentemente do que nos diz o senso-comum, os baixos salários não são a causa do alto volume de greves no Brasil (...) O fato de uma greve ser "justa", "ter bons motivos", não significa que ela ocorra. É preciso que a liderança acredite que a greve será proveitosa de alguma forma, e é preciso que a base sindical também acredite nisso.* NORONHA, Eduardo Garutti. *Greves e estratégias sindicais no Brasil*. In: OLIVEIRA et.al. **O mundo do trabalho**. Crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, 1994, p.347.

⁵⁰. Durante o regime militar tivemos a seguinte distribuição de greves, por período: no período de Castelo Branco e Costa e Silva (65/68), foram 52 greves; nos anos de terror (69/77), não houve nenhuma greve; nos anos da abertura (78/84), foram 1.813 greves. NORONHA, Eduardo Garutti. *Greves e estratégias sindicais no Brasil*. In: OLIVEIRA et.al. **O mundo do trabalho**. Crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, 1994, p.326.

Inicialmente, as greve ocorreram, tradicionalmente nos setores privados. A novidade é que ela, ao longo dos anos 80, vai se estender para o setor público. E, mais. Vai acontecer nos setores de serviços públicos notadamente na educação e saúde, dois dos setores mais afetados pelas políticas públicas sociais equivocadas ao longo dos anos do regime.

Ora, o avanço do movimento grevista, notadamente do setor público⁵¹, desestabilizou o Estado como mediador de conflitos na medida em que começou a ser visto como patrão. Neste caso a mediação não pode ser feita por nenhuma instituição. Eventualmente a Igreja se propunha a esse papel. Essa situação derrubou, também, na prática, a proibição da organização sindical o direito de greve e negociação sobre salários dentro do funcionalismo público. A Constituição de 1967, que proibia tais organismos e relações, foi desobedecida na medida que os próprios governos - federal, estadual e municipal - aceitavam negociar com novos organismos sindicais que se formavam.

⁵¹. As greves por setor foram, conforme o quadro:

ANO	SETOR PÚBLICO	SETOR PRIVADO
1978	008	108
1979	038	184
1980	033	094
1981	040	087
1982	040	097
1983	114	274
1984	142	467

NORONHA, Eduardo Garutti. *Greves e estratégias sindicais no Brasil*. In: OLIVEIRA et.al. **O mundo do trabalho**. Crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, 1994, p.331.

Disso não escapou o movimento docente. Foi preciso que o movimento docente arrumasse a casa para poder ganhar legitimidade: organizou suas associações. Era preciso, agora, dar conhecimento público de seus problemas, ganhar apoio da mídia, a simpatia popular se possível, mas principalmente, fazer o governo reconhecer sua existência e exigências. A oportunidade surgiu e nada melhor (ou pior, dependendo do ângulo de análise) do que o cenário de greve para tornar tudo o mais público possível. É o momento que forças aliadas manifestam-se e outras instituições voltem seus holofotes para ele, como é o caso dos meios de comunicação. E é através dos jornais que nos vêm as maiores informações.

As universidades estaduais, em diferentes momentos, também organizaram suas paralizações. O mesmo também ocorrera com as instituições particulares, ainda que neste caso, o processo organizativo, salvo exceções, foi e continua sendo bastante difícil. Por isso é que é no quadro das instituições públicas que centraremos nossas análises. Entretanto, um dado é significativo: este segmento social, sem tradição de luta sindical no Brasil, vai criar uma nova situação no âmbito das relações sociais no Brasil.

Em junho de 1980, durante 3 dias, 33 instituições de Ensino Superior, paralisaram suas atividades em protesto ao não atendimento pelo governo federal por suas reivindicações: carreira e abono salarial⁵². Ficou inaugurado um ciclo de greves que vão acontecer ao longo dos anos seguintes. No ano anterior as estaduais paulistas já tinham levado à frente um movimento paredista. Em 80, pipocaram várias palisações durante o ano, principalmente

⁵². PORQUE PARAMOS! Rio de Janeiro: mai.1980.

nas universidades federais sempre protestando e reivindicando a mesma pauta. Essas tentativas mostraram a organização e o fôlego do movimento que ao final do ano, visto que não só suas reivindicações não foram atendidas como o governo respondeu às reivindicações com outra proposta. Conclusão: foi chamada uma greve por tempo indeterminado que começou no dia 05 de novembro de 1980, com a adesão inicial de aproximadamente 17 instituições⁵³.

Entretanto, nem todas as universidades acataram a proposta de greve por tempo indeterminado. Algumas fizeram paralização por dias determinados e outras decidiram por programações distintas dentro da universidade⁵⁴. A greve por tempo indeterminado foi uma estratégia decidida em meados de novembro já durante o movimento e apenas 7 universidades decidiram por essa alternativa. Permanecer ou não com esse tipo e tempo de paralisação foi muito discutida no interior das ADs, tendo em vista que o movimento docente estava se preparando para constituir sua entidade nacional - a ANDES, no ano seguinte.

No ano de 1980 o debate sobre a universidade é intenso. Sob a gestão do ministro Portella as instituições federais de ensino superior mobilizam-se em torno de várias discussões paralelas. Polarizam-se as atenções sobre tres temas fundamentais: modelo jurídico (AUTONOMIA), escolha de dirigentes (DEMOCRACIA)

⁵³. FOLHA DE SÃO PAULO, 05/11/80.

⁵⁴. JORNAL DA TARDE, 06/11/80.

e carreira docente (AVALIAÇÃO). Por razões que os fatos iriam revelar a história desse debate registraria para os anais da legislação universitária apenas o conteúdo da discussão sobre a carreira docente, isto porque, em dezembro de 1980 é aprovado a toque de caixa um projeto de reestruturação da carreira do magistério superior nas instituições federais autárquicas de ensino superior. (Decreto 85.487 de 11/12/1980)⁵⁵

A greve foi encerrada no dia 11 de dezembro de 1980, conforme nota do Comando de Greve e nessa altura seu interlocutor já não era mais o Ministro da Educação, o prof. Eduardo Portella e sim o General Rubem Ludwig.

No final do ano seguinte, 1981, nova paralisação atinge as universidades federais e estaduais. Embora com uma lista de reivindicações extensa, o eixo maior diz respeito ao reajuste salarial. Essa mobilização revelou diferentes problemas enfrentados nas diferentes instituições. O autoritarismo dos dirigentes das instituições bem como seus aliados procuraram minimizar a participação docente no movimento, instigando uma campanha contra as entidades. O Ministro da Educação da hora, difunde mesmo que a ANDES está vivendo uma crise interna.

No ano seguinte nova campanha salarial em andamento teve novo interlocutor no Ministério da Educação: a Prof^a Esther de Figueiredo Ferraz,

⁵⁵. VIEIRA, op.cit, 1990, p.42.

ex-membro do Conselho Federal de Educação e conhecida por seu parecer favorável ao ensino pago. Em 83 o ano foi das estaduais paulistas confrontando-se com o governo estadual que não abria espaço para negociações sobre reposição salarial⁵⁶. Nesses dois anos um novo personagem se fazia presente: o FMI. A política do governo era não ceder quanto à reposição salarial que cobrisse o índice inflacionário. A ordem era contenção da demanda.

Mas a greve mais controvertida foi a de 84. Iniciada em maio de 84, terminou apenas em agosto desse ano, contabilizando 84 dias de paralização. A greve prolongada teve uma razão política de medição de forças. Mas , mais que isso, significou o apoio das bases à liderança e isso era necessário para os interlocutores sentirem a a solidez da organização⁵⁷.

Não se pretendia, com as greves, afrontar o governo mas força-lo a abrir diálogo, negociar, sentir que os docentes/cientistas tem o que dizer sobre a universidade e sobre suas atividades nela. Nesse ano, a SBPC, realizada em são Paulo, estava homenageando o aniversário de 50 anos da USP. Foi o espaço privilegiado para que a situação tivesse sua repercussão

⁵⁶. Ver GIANNOTTO, J.A. *Campanha Salarial na USP. Folha de São Paulo*. São Paulo, 06/12/83. ADUSP FAZ ASSEMBLÉIA E ESPERA MAIS ADESÃO. *Folha de São Paulo*, 26/11/83.

⁵⁷. Segundo NORONHA, *a longa duração das greves certamente contém, (ou continha) um componente "primitivo" no sentido de que em parte estava em jogo a legitimidade da representação sindical e o reconhecimento mútuo dos atores como legítimos representantes nas negociações. Mais do que isso a própria prática da negociação estava sendo recriada nos anos 80 com a transição para a democracia. Mas dependia também da estratégia das lideranças.* NORONHA, Eduardo Garutti. *Greves e estratégias sindicais no Brasil*. In: OLIVEIRA et.al. **O mundo do trabalho**. Crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, 1994, p.341.

ampliada. A manifestação dos docentes/cientistas durante o evento da SBPC deu mais volume às reivindicações dos docentes mas por outro lado, colocou mais em evidência discordâncias que vinham se aprofundando dentro da própria comunidade.

5.4 - Controvérsias na comunidade de docentes/cientistas

As motivações que levaram ao surgimento e ao desdobramento do movimento docente encontrou estranhamento dentro da própria comunidade científica-docente. A forma de inserção econômica e social do docente/cientista estava se revelando conflituosa. Ser identificado como trabalhador não era exatamente o que muitos entendiam ser a identidade desse segmento social, contrariamente para outros, que entendiam ser essa uma nova condição e entendida como conquista. Se entre os docentes/cientistas, na SBPC, os conflitos internos, pelo menos publicamente, foram amenos o mesmo não ocorreu com relação ao movimento docente.

Entretanto, as organizações docentes, embora por razões conjunturais tivessem que se voltar mais para problemas sindicais, sua atuação ia além disso. Durante o período ora analisado, foi havendo um afastamento das lideranças que estavam unidas no início dos encontros realizados nas reuniões da SBPC. Outras questões eram as questões que pareciam sugerir divisão entre os docentes-cientistas. Não se pode esquecer que governantes e cientistas já ensaiavam aproximações, principalmente após 82, quando das

eleições estaduais saíram vitoriosos muitos candidatos a governador da oposição. Com eles, passaram a ser administradores da ciência e da educação, membros da comunidade de docentes-cientistas. O que se tornou claro aqui foi menos a qualificação intelectual dos divergentes e mais os ganhos e perdas de poder. Por isso que por trás do conflito, em que o tratamento pouco elegante dado entre os pares que tomou de empréstimo os títulos da hierarquia do clero católico para designar subordinações de competências entre docentes alcunhados como "cardeais" ou "baixo clero"⁵⁸, escondiam-se compromissos políticos e ideológicos, sem sombra de dúvida.

Coelho⁵⁹, por exemplo, compara a forma elitizada de arregimentação das associações científicas vinculadas aos programas de pós-graduação, tais como ANPOCS, ANPEd, dentre outras, também desvinculadas dos sistema universitário tanto quanto as associações docentes. Parece representar, em parte, os confrontos havidos no âmbito da universidade quanto à docência, à pesquisa e à pós-graduação. A indissociabilidade legal não parece estar expressada na prática. O fazer pesquisa é um divisor de águas. Parece que docentes e cientistas se enfrentam.

Tipo totalmente diverso de entidade são as Associações de Docentes, criadas em quase todas as universidades, e a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

⁵⁸. GIANNOTTI, Arthur. **A Universidade em ritmo de barbárie**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁵⁹ COELHO, Edmundo Campos. **A sinecura acadêmica: a ética universitária em questão**. São Paulo, Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

(ANDES), a começar pelo modo de filiação, que é individual e aberta a todo e qualquer professor do ensino superior. Tornou-se comum identificar as ADs e a ANDES como entidades de caráter sindical dado o realce que as reivindicações salariais e as condições de trabalho obtém em sua agenda de prioridade. Trata-se, todavia, de um grave equívoco. Estas associações pretendem ser muito mais do que organizações sindicais, até porque na origem de seu agressivo ativismo está não apenas a deterioração dos salários mas também (e principalmente, creio eu) a profunda fratura produzida nas universidades pela institucionalização do modelo vigente de pós-graduação e de pesquisa acadêmica. As ADs e a ANDES parecem ser a resposta política e ideológica do "baixo clero" à autonomia, prestígio, privilégios e relativa opulência dos "cardeais". Ao contrário, por exemplo, das associações de programas de pós-graduação, as ADs e a ANDES são organizações de combate onde se cultiva a Ação mais que a Razão; e não é difícil perceber que elas visam o coração do sistema de pós-graduação e de pesquisa acadêmica tal como está hoje estruturado.⁶⁰

Divergências sobre o assunto opuseram lideranças intelectuais do movimento docente e outros intelectuais não militantes tais como ficou

⁶⁰. COELHO, op.cit., 1988, p.106.

conhecido debate entre os professores Wolfgang Leo Maar e José Arthur Giannotti⁶¹.

Com a redemocratização no final dos anos 70, acreditou-se que o novo modelo de universidade se daria pelo poder, isto é, ascensão na estrutura de poder na Universidade. Tres são as instituições importantes nas quais o movimento universitário se engaja e busca neles sustentação e reconhecimento: OAB, Empresariado e Igreja. Todos envolvidos no movimento pela Anistia.

Na década de 80 a ANDES vai dizer qual universidade que se quer: pública, gratuita, autônoma e democrática. Parece que o movimento, partícipe do processo democrático não está descolado das forças políticas de esquerda em ascensão. As chapas e diretorias da ANDES são expressões partidárias que estão na ilegalidade, tais como o PCB, PC do B, Convergência Socialista e as que estão em construção, tais como PT. Há uma defesa da universidade como instrumento de desenvolvimento social.

A Universidade que queremos, definida democraticamente por aqueles que efetivamente a fazem, em favor da maioria da população e com sua ajuda, é um poderoso instrumento de desenvolvimento social e de superação das contradições entre saber e poder. A

⁶¹. O debate entre os dois professores está publicado na revista **Novo Estudos**; revista do CEBRAP, nº16, dezembro de 1986, pp. 32-39. Começou com uma crítica de Leo Maar sobre *A competência na universidade* a partir da publicação do livro de Giannotti *Universidade em ritmo de barbárie*. Este responde ao professor Leo Maar acusando-o de elaborar a ideologia do baixo clero universitário, juntamente com seus colegas da ANDES,

*Universidade que queremos define-se por uma prática fundamentada na defesa dos interesses da maioria da população, em ser um instrumento da população, para o pleno exercício das atividades políticas, econômicas e culturais (incluindo-se a gestão do seu país e de sua Universidade) e, finalmente, na participação em todas as decisões a respeito de política científica e tecnológica nacionais.*⁶²

A mobilização dos docentes, que caminhou pari-passo com os demais movimentos sociais, e apontou para a reorganização da sociedade civil de cunho progressista, provocou receios nos setores conservadores que procuraram dar direção à reorganização da sociedade civil como um todo. Não se podia perder a supremacia política, embora o padrão da ditadura já houvesse esgotado.

A palavra de ordem do momento era o da "desobediência civil" e nessa perspectiva os docentes, na virada da década, consolidaram o organismo representativo do segmento que foi a ANDES. Embora os professores das universidades privadas tivessem seus sindicatos de trabalhadores foi a ANDES que melhor expressou as reivindicações desse segmento. Nesse sentido procurou abranger os docentes das universidades públicas e privadas, federais e estaduais sem, contudo, conseguir resolver

⁶². BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR. n.7, mar.1982, p.6.

plenamente a representatividade de um segmento equalizado na atividade e diferenciado nos vínculos de trabalho.

Mas as classes dominantes sabendo que não poderiam mais conter os avanços dos setores progressistas procuraram conciliar a "abertura democrática" e ao mesmo tempo evitar a participação política ampliada. Renasceu, nesse momento, a importância da via parlamentar, o que queria dizer que era o mesmo, dadas as condições, que legitimar a reorganização do estado autoritário em novos moldes⁶³.

A combinação movimento sindical mais reorganização partidária vai abrir um espaço para que lideranças do movimento docente sejam lançados candidatos às representações no poder legislativo e mais à frente no executivo e até mesmo em funções executivas. Entendeu-se naquele momento que o embate deveria se dar no espaço político institucional. Uma nova ordem política já estava dada. A opção foi por priorizar os embates no campo parlamentar e a partir daí somar esforços para ampliar ganhos sociais na universidade, na vida científica: foi um ganho. Mas muitos docentes-cientistas, mormente lideranças, não retornaram às atividades acadêmicas: foi uma perda.

⁶³. FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo, Ed.HUCITEC, 1980, p.116

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os docentes/cientistas são um segmento social que não fazem parte das classes fundamentais. Antes disso são produtos de uma dinâmica social em que essas classes se movem. Entretanto, esse segmento ganha autonomia de atuação porque apresenta contornos próprios na teia das relações sociais. Durante o regime militar, porque oscilou entre as classes fundamentais, priorizou o embate muito mais com o Estado do que com a sociedade exigindo daquele mudanças no ordenamento político, principalmente no que se referia à atuação do cientista e na instituição universitária.

Diferentemente dos anos 60, em que ainda predominava o pensamento da construção nacional e da defesa de uma política de ciência e tecnologia contribuindo para o desenvolvimento social e econômico naquela direção, nos anos 70, o desmantelamento das resistências guerrilheiras e socialistas pelo regime militar destruiu o sonho da construção nacional e obrigou a esquerda a repensar os termos e as formas de confronto com o governo e rever sua posição no mundo capitalista. O rigoroso controle social e político por parte do governo militar e as mudanças desenhadas na produção da vida material sob esse regime, por parte das elites econômicas nacionais e

internacionais, mudou o perfil das necessidades sociais criando demandas novas por parte de amplos segmentos da sociedade, mormente dos docentes/cientistas, que as classes dominantes não estavam dispostas a ceder.

Importa lembrar que uma política de ciência e tecnologia já se tornara uma prática no mundo, principalmente no âmbito da "guerra fria", e no Brasil, o desenvolvimento de dois setores dependiam dela: a defesa nacional e desenvolvimento industrial. O Brasil buscou levar à frente esses propósitos surrupiando direitos civis, sociais e políticos. Mas para levar à cabo tal empreendimento era necessário que o país tivesse indústrias de porte como carro-chefe. Não tinha. Bancou a vinda das multinacionais. Estas, por terem suas próprias tecnologias ou terem acesso a elas em seus países de origem, dificultaram a implantação de uma política de ciência e tecnologia independente. Então, apenas um outro setor podia ser contado: a defesa nacional. Ainda assim o governo teve dificuldades em implementar um programa que fosse independente. As transferências científicas e tecnológicas para fins militares, ainda que "para fins pacíficos" estavam restritos aos países mais desenvolvidos. Exemplo disso foi o episódio sobre "o acordo nuclear".

Mesmo nessa situação tão pouco favorável, acabou por se implementar tais políticas envolvendo, principalmente as universidades que, para tanto, sofreram uma reforma para que fossem estruturadas de modo não só a produzir ciência e tecnologia mas também preparar quadros qualificados, combinando assim as duas atividades. Tal propósito foi bancado por órgãos públicos que repassaram recursos às universidades para

manutenção, expansão física e de pessoal, ou por agências de fomento ligadas a órgãos governamentais, para incentivo às pesquisas e à qualificação de quadros através de programas de pós-graduação. Os setores privados da economia tinham pouco interesse no incentivo aos programas de pesquisas e pós-graduação nas universidades. As empresas multinacionais tinham sua própria fonte de novas tecnologias e preparavam seus próprios quadros qualificados, e as empresas nacionais não dispunham de recursos para tanto na medida que ela própria, na maioria da vezes, era subsidiada pelos governos.

As políticas de ciência e tecnologia, ao longo dos governos militares tornaram mais claras as funções atribuídas ao docente/cientista. Muito recurso foi destinado a programas de pesquisa básica e tecnológica e não por acaso a gestão dos recursos e do exercício da pesquisa na universidade, foi alvo de críticas tanto por parte dos setores progressistas como dos conservadores, fossem eles docentes/cientistas ou políticos. Entretanto, a manutenção dos programas esbarrou num problema. Nos fins dos anos 70 e início dos 80 viveu-se o esgotamento do projeto econômico-militar, retração de recursos financeiros e desaquecimento da economia¹.

¹. Segundo Abreu, *as políticas econômicas patrocinadoras do processo de substituição de importações por produção interna alcançaram todos os setores da economia, exceto os produtores das novas tecnologias (micro-eletrônica, robótica, telemática, química fina, novos materiais, etc).* Estes são setores que demandam elevados investimentos em pesquisa e que, de um modo em geral, envolvem investimentos públicos a fundo perdido, subsídios fiscais e associações entre grandes capitais das diferentes nações de capitalismo avançado. Diante da inexistência de qualquer interesse dos oligopólios internacionais e governos, que dominam novas tecnologias, em democratizar o acesso internacional às mesmas, os novos países industrializados, como o Brasil, estão relegados à categoria de consumidores e/ou montadores de equipamentos produzidos com estas tecnologias. A falência financeira do Estado e o desinteresse (e incompetência) da burguesia brasileira nos investimentos em pesquisa técnico-científica (cujo retorno é lento e de longo prazo) colocam a sociedade brasileira sem condições

Assim, ao longo dos anos 70, somando-se às restrições de direitos políticos e civis, a limitada participação da comunidade de docentes/cientistas nas decisões dos programas científicos e a retração de recursos para manter as universidades no exercício das atividades que lhes fora atribuída, criaram-se as condições para manifestações de rejeição ao regime militar e à sua política de ciência e tecnologia. A forma de rejeição se fundava na exigência crescente pelo direito à participação política em todos os níveis e instâncias de deliberação, fosse no aparato político institucional, fosse nas instituições onde os docentes/cientistas atuavam. No primeiro caso, estava em questão "a volta ao Estado de direito", fórmula criada para a implantação da democracia ao País. A forma de viabilizar a conquista desses direitos foi o exercício da resistência. Primeiro, foi preciso criar situações que não permitissem ao regime manter suas forças; depois, fortalecer as situações para impedir o regime de conduzir a passagem do período autoritário para um regime democrático.

No segundo caso, tratava-se da ação dos próprios docentes/cientistas. Esta ocorreu, de forma organizada e coletiva, em âmbito institucional: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Associações Docentes, posteriormente ANDES. Para ganhar força e poder em suas reivindicações os docentes/cientistas deram novas dimensões políticas às suas entidades profissionais e classistas contando com o apoio de outras entidades da mesma natureza tais como a OAB, ABI; prestaram declarações ou deram

para investir nesses novos segmentos industriais. Para a burguesia está encerrado o ciclo de industrialização substitutiva de importações patrocinadas pelo Estado. (ABREU, Haroldo. *A trajetória e o significado das políticas públicas: um desafio democrático*. **Proposta**. Rio de Janeiro: n.59, dez.1993, p.13)

entrevistas nos meios de comunicação em que eram possíveis; promoveram manifestos coletivos; organizaram eventos contestatórios; prepararam atos de desagravo e vigílias públicas; elaboraram publicações denunciatórias; escreveram panfletos; fizeram greves ainda que proibidas e se aliaram a outros setores da sociedade civil que também se opunham ao regime.

Com isso contribuíram para provocar crises na ordem política vigente, colaboraram para o desgaste do regime militar, forçaram recuos por parte do governo, ganharam apoio e solidariedade da sociedade civil organizada e progressista. Puseram em evidência o papel da universidade e o compromisso social dos intelectuais que nela trabalhavam, e enfatizaram a importância de uma política de ciência e tecnologia como indicador de democratização procurando mostrar como aquela poderia promover a emancipação popular.

Mas já estava latente a defesa por uma política de ciência e tecnologia, tanto por parte dos militares como por parte da comunidade científica, que passava menos pela necessidade de reconhecimento do grau cultural do povo e mais pelo que se tornara: uma atividade produtiva que permitiria colocar o país em condições de competição internacional. Mas quando o regime militar não teve mais fôlego para levar tal projeto avante por causa do esgotamento dos recursos a serem captados no exterior e pela perda de muitos de seus aliados, a comunidade científica, reunida sob a SBPC, procurou recuperar seu espaço e seu papel mediador entre o Estado e a sociedade nas questões científicas e tecnológicas.

Mas o movimento docente não se deu conta desse vazio. Através das Associações Docentes e depois pela ANDES, pautou, preponderantemente, sua luta na trilha da defesa do trabalho assalariado para o docente/cientista num momento em que as forças econômicas internacionais começam a desenhar o fim dessa forma de trabalho e, portanto o fim da organização sindical sob a forma de defesa do trabalho assalariado. Mas a forma de trabalho assalariado é ainda dominante para a inserção do docente/cientista no mercado de trabalho, embora muitos resistam à identidade de trabalhadores. Ser docente/cientista, hoje, é apenas mais uma profissão, embora bastante valorizada. O conhecimento, como produto de seu trabalho, mais do que mercadoria, precisa ser reconhecido como patrimônio da humanidade e urgentemente democratizado. Pouco se avançou sobre aspectos práticos dessa questão.

A ligação entre a SBPC e ANDES se realizou na luta contra o autoritarismo do regime militar e na denúncia de sua política de ciência e tecnologia. A SBPC defendeu a liberdade e a autonomia científica no país. A ANDES defendeu a criação e gestão de uma política de ciência e tecnologia no interior da universidade. Suas ações não foram exclusivas, apenas priorizadas. Somadas constituíram as faces da mesma moeda. No seu conjunto, o movimento de resistência na universidade, pelos docentes/cientistas passou, num dado momento, pela necessidade de aproximação com os setores populares.

Quanto ao regime, já ao final de seu longo período no poder, nos embates com a oposição e em particular com os docentes/cientista, procurava não qualificar as lideranças como representação coletiva. O

regime procurou dissolver assim, ou pelo menos, minimizar, a resistência como fenômeno político, como uma realidade política, como manifestação legítima de confronto. A distensão política foi uma tentativa de manter a direção e controlar a velocidade da transição de um regime político para outro.

Mas a partir das eleições de 82, que deram vitória majoritária às oposições, o processo democratizante ganhou velocidade e as mudanças foram visíveis. A aliança estratégica dos docentes/cientistas, através da SBPC e da ANDES, com os movimentos populares, contraditoriamente, se desfez. Novos espaços políticos se abriram e reordenaram, em separado, as forças em conflito.

Em 1985, finda a era militar, o novo governo civil acena com aproximações. Catorze dias após o primeiro governo civil assumir depois do período de governos militares, tendo como presidente da República o Sr. José Sarney, foi constituída uma Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, pelo Decreto nº 91.177 de 29 de março de 1985, instalada no dia 02 de maio pelo Presidente da República. Da comissão, constituída por Marco Maciel, então Ministro da Educação, fizeram parte, membro do movimento docente do ensino superior, professores ex-cassados pelo Regime Militar, membro do movimento estudantil, professores de diferentes correntes políticas de esquerda, dentre outros que sentaram-se lado a lado com antigos adversários políticos em prol de uma nova proposta de reforma universitária².

² Compuseram a comissão: Amílcar Jupiassu, Bolívar Lamounier (aposentado pelo AI-5 em abril de 69), Caio Tácito (presidente, indicado pelo CFE), Carlos Nelson Coutinho (pensador de origem marxista, antigo militante do Partido Comunista Brasileiro

A comunidade de docentes/cientistas passou a se deparar, imediatamente, com novas situações. Parte deles foram chamados a cumprir tarefas nas instâncias governamentais, outros foram para carreira política-institucional e muitos privilegiaram a prática sindical à prática acadêmica afastando-se desta. Dentro da universidade, a ocupação de espaços nas instâncias de decisões institucionais, levou a ampliação das estruturas burocráticas para o controle da pesquisa transformando seus dirigentes, docentes/cientistas, em funcionários da ciência. A grande parte que permanece na universidade executando atividades de docência e pesquisa se apresenta hoje, com pluralidades. As necessidades dos docentes/cientistas ampliaram-se e fragmentaram-se. O novo estilo de vida os colocam engrossando a massa demandatária por serviços públicos e urbanos.

Tudo isso reafirma que as organizações sociais da sociedade civil foram obrigadas a redefinirem a sua direção tendo em vista que priorizaram

e à época sem vínculo partidário), Clementino Fraga Filho, Dom Lourenço de Almeida Prado (monge beneditino, professor do Mosteiro de São Bento, no Rio), Edmar Lisboa Bacha (ex-colaborador da APEC-Análise e Perspectiva Econômica, em 1970), Fernando Sarmento, Francisco Javier Alfaya (ex-presidente da UNE, ameaçado de expulsão no governo Figueiredo e indicado pelo deputado Haroldo Lima, do Partido Comunista do Brasil, da Bahia), Guiomar Namó de Mello (secretária municipal de Educação de São Paulo, militante do PMDB), Haroldo Tavares, Jair Pereira dos Santos (sindicalista, ligado ao ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto), Jorge Gerdau Jahaupeter (industrial), José Arthur Giannotti (ex-membro da diretoria da ADUSP, ateu, membro do CEBRAP), José Eduardo Faria (secretário executivo, assessor jurídico do Banco Itaú, indicado pelo ministro da Relações Exteriores, Olavo Setúbal, do PFL, partido do ministro Marco Maciel, então ministro da Educação), José Leite Lopes (aposentado pelo AI-5 em abril de 69 e à época chegado à pouco de seu exílio na França), Luis Eduardo Wanderley (católico não praticante, ex-Reitor eleito democraticamente na PUC/SP), Marly Moysés Silva Araújo, Paulo Rosas (ex-candidato à presidência da ANDES disputada com Newton Lima Neto), Roberto Cardoso de Oliveira, Romeu Ritter dos Reis (pastor calvinista, dono das Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis, de Porto Alegre), Simon Schwartzman (relator), e Ubiratan Borges de Macedo. (**Revista VEJA**, nº 901 de 11 de dezembro de 1985 e **Folha de São Paulo**, 22/12/85). O trabalho da comissão foi preparar estudos, para uma nova reforma universitária, a ser elaborada pelo GERES - Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior, criado pelo Ministério da Educação em Portaria nº 100, de 06 de fevereiro de 1986 e instalado pela Portaria nº 170 de 03 de março do mesmo ano. Recomeça de novo a cooptação de intelectuais pela Nova República. A comissão, heterogênea, não teve a participação das entidades mais ligadas às universidades, tais como ANDES, UNE e FASUBRA. Entregou seus estudos seis meses após iniciar os trabalhos. O relatório abordou problemas de recursos, questão salarial e Constituinte. (...) a comissão chegou a suas conclusões, em quase todos os pontos abordados, por voto unânime de seus integrantes, o que o reitor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (PUC/SP), Luiz Eduardo Wanderley, um dos seus membros, classificou de "um milagre". **Folha de São Paulo**, 03/11/85

o embate com o Estado mas de olho na permanência de uma hegemonia que mantivesse as negociações em aberto. Não perseguiram, não insistiram em um projeto emancipatório, não foi forjada uma nova racionalidade. O mercado prevaleceu. Se antes, suas lutas eram pautadas pela ausência de poder a partir de agora elas são norteadas, muito mais, pela ausência de benefícios sociais.

Assim, a resistência dos docentes/cientistas aparece como uma luta pela construção de um novo ordenamento que foi expresso na forma de conquistas de direitos. Nesse sentido tomou a forma de desobediência civil mas com características próprias. Aqui o embate político enfraqueceu o regime mas também desgastou as forças resistentes. O ganho político foi solapado pelo esgotamento da economia local e mudança nos rumos da economia internacional que atingiu as universidades, os docentes/cientistas e os planos de ciência e tecnologia brasileira.

Dois pontos finais. O primeiro diz respeito ao problema da *mediação*. O afastamento das universidades e dos docentes/cientistas dos movimentos populares, enquanto mediadores intelectuais e não apenas como trabalhadores ou aliados, dificultaram-lhes compreender a crise atual e ajustar seus papéis de mediadores. A falta de financiamento para a pesquisa está levando a que o docente/cientista deixe de conceder à sociedade o benefício do desenvolvimento intelectual para voltar-se para o mercado, cujo benefício fica restrito ao comprador. Por aqui é que se insere, sob novo prisma, a necessidade de estabelecer novos diálogos e aproximações entre a universidade e a sociedade civil.

O segundo, diz respeito ao fato de que toda a luta teve como referência a vida nacional e o Estado Nacional, tanto por parte do regime e seus aliados como por parte da resistência. O que foi posto em questão já nos anos 80 foi a própria existência do Estado Nacional Independente. Daí porque a política de C&T não fazer mais sentido para o regime e porque as universidades entraram em crise. Além de suas próprias contradições, a universidade e a atividade dos docentes como cientistas perdiam relevância dentro da política de globalização que se ensaiava, e da perspectiva que se apresentava para os países do terceiro mundo na nova ordem capitalista mundial.

Essa é a herança do passado. Os debates sobre os destinos da ciência, a importância das universidades e o papel dos docentes/cientistas estão na ordem do dia. Deve haver uma recusa em aceitar a "inevitabilidade" orquestrada pela nova ordem capitalista. Afinal a universidade ainda é (ou, precisa ser) o "locus" privilegiado de produção do pensamento irreverente e ousado. O cientista ainda é aquele que exerce a privilegiada atividade do pensar.

Novos atores, tais como as Organizações não Governamentais, estão presentes e apontam para outras formas organizativas. Novos movimentos sociais e novas necessidades humanas revelam desafios a serem superados. Os docentes/cientistas precisam prestar a atenção. É hora de acertar o passo.

BIBLIOGRAFIA

- A AUTONOMIA DA CIÊNCIA EM BENEFÍCIO DO HOMEM. In: **Reunião da SBPC**, 34, Campinas, julho de 1982. Folhetim, São Paulo, nº 288, jul.1982. Edição Especial.
- A CIÊNCIA E O PODER. O grande debate da XXIX Reunião Anual da SBPC. In: **Reunião da SBPC**, 29, São Paulo, julho de 1977. Edições S/A, São Paulo, julho de 1977.
- A GRANDE SOLIDARIEDADE. **Ciência e Cultura**. São Paulo: v.29, n.10, p.1088, out.1977.
- ABREU,H. *A trajetória e o significado das políticas públicas: um desafio democrático*. **Proposta**, Rio de Janeiro, n. 59, p. 5-15, dez. 1993.
- ABREU,H. **O outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- ALBUQUERQUE,J.A.G. *Classe média: caráter, posição e consciência de classe*. In: ALBUQUERQUE,J.A.G. (coord) **Classes médias e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.11-31.
- ALVES,M.H.M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 4ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ALVES,M.M. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968.
- ANTUNES,R. **A Rebeldia do Trabalho: o confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/1980**. 2ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

ARAÚJO, B.J. *Mudanças na estrutura social brasileira*. In: ALBUQUERQUE, J.A.G. (coord) **Classes médias e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.83-114.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FÍSICOS. **Empecilhos às atividades dos físicos: cassações brancas**. São Paulo: [19-].

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DA PARAÍBA. **Associação de docentes e a criação do conselho nacional de professores**. João Pessoa, 1979, p.2.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO-ADUSP. **Encontro nacional de associações de docentes universitários: regulamento interno do encontro**. São Paulo, fev.79.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO-ADUSP. **O Livro Negro da USP: o controle ideológico na universidade**. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Federação brasileira das associações docentes universitárias - FEBRAD**. Niterói, 1979.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Por uma entidade nacional de docentes universitários**. São Carlos: 1980 (datilogr.)

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR-ANDES. **O poder e o saber: a universidade em debate**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. Coleção NOSSO DIAS.

ATCON, R. **Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/DES, 1966.

BAIARDI, A. **Sociedade e Estado no apoio à ciência e à tecnologia: uma análise histórica**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BARROS, J. **Função dos Intelectuais numa sociedade de classes**. Porto Alegre: Movimento, 1977. (Coleção Dialética, v.5)

BLOCH, M. **Introdução à história**. Lisboa: Publicações Europa-América, [19-].

BOBBIO,N. *A resistência à opressão, hoje*. In: BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 143-159.

BOBBIO,N. *Desobediência Civil*. In: BOBBIO,N.; MATTEUCCI,N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 2ed.Brasília: UnB, 1986, p.335-8.

BOLETIM NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DOCENTES. **As resoluções do II ENAD**. n.3 [1980?]

BOLETIM NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DOCENTES. **As resoluções do ENEx AD**. Rio de Janeiro: n.4, jul.1980.

BOLETIM NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DOCENTES. **Edição prévia do II Encontro Nacional das Associações de Docentes Universitários**. [1980?]

BOLETIM NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DOCENTES. **Edição relativa à Reunião Extraordinária das Associações de Docentes Universitários**. Salvador: Mory, [1979?]

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR. v.1, n.1, abr.1981; n.2, mai.1981; n.4, ago.1981; n.5, out.1981; n.6, dez.1981; n.7, mar.1982; v.2, n.8, jun.1982; n.Especial, jun.1982; v.2, n.9, ago.1982; v.2, n.10, out.1982; v.2, n.11, nov.1982; v.3, n.12, mar.1983; v.3, n.13, mai.1983; v.3, n.14, jun.1983; v.3, n.15, ago.1983; v.3, n.16, out.1983; v.3, n.17, dez.1983.

BOSCHI,R. *A abertura e a nova classe média na política brasileira: 1977-1982*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ANPOCS, v.1, n.1, jun.1986.

BRASIL. Congresso Nacional/Comissão Mista sobre Anistia. *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC): documento sobre reintegração de cientistas e moções aprovadas na Assembléia Geral realizada em 18.7.79*. **Anistia**. Brasília: v.2, p.460-8, 1982.

BRASIL. Congresso Nacional/Comissão Mista sobre Anistia. *Carta de pesquisadores e professores universitários punidos*. **Anistia**. Brasília: v.2, p.549-50, 1982.

BRASIL. Congresso Nacional/Comissão Mista sobre Anistia. *Carta dos professores universitários gaúchos*. **Anistia**. Brasília: v.2, p.551-3, 1982.

BRASIL. Ministério de Ciência e Tecnologia. Secretaria da Ciência e Tecnologia. **A política de ciência e tecnologia**. 2ed. rev. Brasília: SCT, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior. **Avaliação da Pós-Graduação: síntese dos resultados**. Brasília: 1993.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/Conselho Nacional de Pós-Graduação. **Plano Nacional de Pós-Graduação**. 2ed., Brasília: 1975.

BRASIL. Presidência da República. **PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1973/1974)**. Brasília: jun.1973.

BRASIL. Presidência da República. **I PND - Plano Nacional de Desenvolvimento - (1972/1974)**, Brasília: dez.1971.

BRASIL. Presidência da República. **II PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1975/1977)**. Brasília: mar.1976.

BRASIL. Presidência da República. **II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento - (1975/1979)**. Brasília: 1974.

BRASIL. Presidência da República. **III PND - Plano Nacional de Desenvolvimento - (1980/1985)**. Brasília: set.1979.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Planejamento/CNPq. **III PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1980/1985)**. Brasília: [1980?]

BRUNI,J.C. *Tempo e trabalho intelectual*. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo: v.3, n.1/2, p.155-168, 1991.

CADERNOS ANDES. Juiz de Fora: n.1. 2ed. atualizada, jan.1988.

CADERNOS ANDES. São Paulo: n.1, nov.1981.

CARDOSO,F.H. *A tecnologia e a questão nacional*. **Cadernos CEAS**. Salvador: n.64, p.35-7, nov/dez.1979.

- CARDOSO, F.H. *Formação do capitalismo e as classes sociais na América latina*. In: ALBUQUERQUE, J.A.G. (coord) **Classes médias e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.53-82.
- CARDOSO, M.L. *A presença da ciência na universidade*. **Ciência e Cultura**. São Paulo: v.29, n.11, p.1252, nov.1977.
- CARDOSO, R. *A trajetória dos movimentos sociais*. In: DAGNINO (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.81-90.
- CARDOSO, R.C.L. *Movimentos sociais na América latina*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, Cortez, v.1, n.3, fev.1987, p.27-37.
- CARNOY, M. **Estado e teoria política**. 3ed., Campinas: Papirus, 1990.
- CARVALHO, M.A.R. *Entre a cultura heróica e a cultura democrática*. In: BRANDÃO, Z. et al. **Universidade e Educação**. Campinas: Papirus, 1992, p.33-46. (Coletânea CBE)
- CASTEL, R. *Crise nas proteções sociais*. **Folha de São Paulo: Caderno MAIS**. São Paulo: 26.02.95, p.7. Entrevista.
- CATANI, A.M.; GUTIERREZ, G.L. *Estado e ensino superior na República Argentina: algumas tendências atuais*. **Cadernos CEDES**. Campinas: Papirus, n.34, p.57-68, 1994.
- CENSURA DE PUBLICAÇÕES IMPORTADAS. **Ciência e Cultura**. São Paulo: v.29, n.8, p.931-2, ago.1977.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT. **Indicadores DESEP-94**. São Paulo, mai.1994.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987.
- COELHO, E.C. **A sinecura acadêmica: a ética universitária em questão**. São Paulo: Revista dos Tribunais/Vértice, 1988.
- CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA. 2, 1988, São Paulo. **Anais do II Congresso Latino-Americano de História da Ciência e da Tecnologia**. São Paulo: Nova Stella, 1989.

- CORDOVA,R.A.; GUSSO,D.A.; LUNA,S.V. **A pós-graduação na América Latina o caso brasileiro.** Brasília: UNESCO/CRÉSALC, MEC/SESu/CAPES, 1986.
- COUTINHO,C.N. **Dualidade de poderes:** estado, revolução e democracia na teoria marxista. 2ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CUNHA,L.A. **A Universidade reformanda:** o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.
- CUNHA,L.A. e GOES,M. **O Golpe na educação.** 3ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.
- CUNHA,L.A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil.** 4ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- CUNHA,L.A. **Escola pública, escola particular e a democratização do ensino.** 2ed.,São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.
- DE DECCA,E. *Rebeldia e revolução na história social.* In: BRESCIANI,S. et al. **Jogos da política: imagens, representações e práticas.** São Paulo: Marco Zero/ANPUH/FAPESP, 1993, p.13-29.
- EHRENREICH,B. **O medo da queda:** ascensão e crise da classe média. São Paulo: Scritta, 1994.
- ENGELS,F. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã.* In: **Obras Escolhidas III,** São Paulo: Alfa-Omega, [19-], p.171-207.
- FERNANDES,A. M. **A construção da ciência no Brasil e a SBPC.** Brasília: Universidade de Brasília/ANPOCS/CNPq, 1990.
- FERNANDES,F. **A condição de sociólogo.** São Paulo: HUCITEC, 1978.
- FERNANDES,F. *A formação política e o trabalho do professor.* In: CATANI,D.B. et al. (orgs.) **Universidade, escola e formação de professores.** 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.13-37.
- FERNANDES,F. **A revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERNANDES,F. **Brasil: em compasso de espera.** São Paulo: HUCITEC, 1980.

FERNANDES,F. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FERNANDES,F. *O renascimento da Universidade*. In: D'INCAO,M.A. (org.) - 1987, **O Saber militante**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.309-17.

FERNANDES,F. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

FERNANDES,F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução**. 2ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

FIGUEIREDO,M.F.; CHEIBUB,J.A.B. *A abertura política de 1973 a 1981: quem disse o que e quando - inventário de um debate*. In: O QUE SE DEVE LER EM CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências - BIB**. São Paulo: ANPOCS/Cortez, v.2, n.11-14, 1986-1987, p.243-85.

FORACCHI,M.A. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. 2ed., São Paulo: Nacional, 1977.

GIANNOTTI,J.A. *O debate da competência na universidade: minha resposta*. **Novos Estudos**. São Paulo: n.16, p.38-9, dez.1986. Cadernos do CEBRAP.

GIROTTI,C.A. **Estado nuclear no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984

GOES,M.; CUNHA,L.A. **O golpe na educação**. 3ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

GOHN,M.G.M. **História dos movimentos e lutas sociais**. A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN,M.G.M. **A força da periferia**: a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985.

GORENDER,J. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2ed. São Paulo, Ática, 1987.

GRAMSCI,A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 6ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GRAMSCI,A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3ed., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1979.

GUADILLA,C.G. *Identificação das mudanças no discurso sobre a universidade latini-americana*. In: PAIVA,V. & WARDE,M.J. (org.) **Dilemas do ensino superior na américa latina**. Campinas, Papirus, 1994, p.59-99.

GUEDES,C. *Os trabalhadores no setor público brasileiro: prática sindical, conquistas e armadilhas*. In: OLIVEIRA,C.A.B. et al. (org) **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta, 1994, p.403-24.

HOBBSBAWN,E. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOBBSBAWN,E. *De la história social a la história de la sociedad*. In: ECO. Bogotá, n.24, out.1981, p.583-614.

HOROWITZ,L.I. *Vida e Morte do Projeto Camelot*. **Caderno de História**. n.7, out.1978, p. 25-45.

IANNI, O. **Dialética e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1982.

IANNI,O. **O ABC da classe operária**. São Paulo: HUCITE, 1980.

IANNI,O. **O Ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984.

JACOBI,P.R. *Movimentos sociais urbanos no Brasil*. In: O QUE SE DEVE LER EM CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências - BIB**. São Paulo: ANPOCS/Cortez, v.1, n.1-10, 1986, p.221-36.

JACOBY,R. **Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia**. São Paulo: EDUSP, 1990.

KAWAMURA,L.K. **Novas tecnologias e educação**. São Paulo: Ática, 1990.

KAWAMURA,L.K. **Tecnologia e política na sociedade: engenheiros, reivindicação e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KURZ,R. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LACLAU,E. *Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, v.1, n.2, p.41-47, out.1986.

LARANGEIRA,S.M.G. *Classes médias e movimento sindical: o caso dos profissionais de nível superior no Rio Grande do Sul*. In: QUESTÕES SOCIAIS. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v.5, n.1, p.64-71, jan/mar.1991. Revista da Fundação SEADE.

LEITE,M.P. e SILVA,R.A. **Modernização tecnológica, relações de trabalho e práticas de resistência**. São Paulo: Iglu, 1991.

LEITE,R.C.C. **Tecnologia e desenvolvimento nacional**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

LEO MAAR,W. *Sábios ou sabidos? O debate da competência na universidade*. **NOVOS ESTUDOS**. São Paulo: n.16, p.33-7, dez.1986. Cadernos do CEBRAP.

LICHA,I. *Mudanças no sistema de pesquisa das universidades: implicações para a América Latina*. In: PAIVA,V. & WARDE,M.J. (org.) **Dilemas do ensino superior na América Latina**. Campinas, Papirus, 1994, p.43-57.

LOPES,M.I.S. **A dimensão privada da universidade pública**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.

LÖWI,M. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**. São Paulo, LECH, 1979.

MACULAN,A.M.D. *A política brasileira de ciência e tecnologia de 1970 a 1990: balanço e perspectivas da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico*. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: n.43, p.173-94, nov.1995

MANNHEIM,K. **Ideologia e utopia**. 2.ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MANNHEIM,K. **Liberdade, Poder e Planificação Democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

MARONI,A. **A estratégia da recusa**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.

- MARSON,A. *Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais*. In: BRESCIANI,S. et al. **Jogos da política: imagens, representações e práticas**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH/FAPESP, 1993, p.31-49.
- MARX,K. **O 18 Brumário**. 3.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MARX,K. *Capítulo VI. O Capital*. São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1978, Livro I (inédito).
- MARX,K. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1989, v.2.
- MARX,K. **Trabalho assalariado e capital/ salário, preço e lucro**. 3.ed., Porto: Publicações Escorpião, 1975.
- MARX,K.; ENGELS,F. **Cartas filosóficas e outros escritos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- MATTEUCCI,N. *Resistência*. In: BOBBIO,N.; MATTEUCCI,N.; PASQUINO,G. **Dicionário de Política**. 2ed. Brasília: UnB, 1986, p.1114-6
- MEMORIAL DOS CIENTISTAS AO POVO BRASILEIRO. **Ciência e Cultura**. São Paulo: v.29, n.10, p.1164-5, out.1977.
- MICELI, S. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil - 1920/1945**. São Paulo: DIFEL, 1979.
- MILLS,W. - **A nova classe média**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979
- MILLS,W. - **A Elite no Poder**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MOORE JR, B. **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MORAES,C.; SMAILI,S. (org.) *O movimento nacional dos pós-graduandos e seus vinte anos de história*. **Revista da ANPG**. São Paulo, [19-].
- MORAES,R.C. *Celso Furtado e os sonhos da razão*. In: BRANDÃO,Z. et al. **Universidade e Educação**. Campinas: Papirus, 1992, p.47-56. (Coletânea CBE)

- MOREL,R.L.M. **A pesquisa científica e seus condicionamentos sociais.** Rio de Janeiro: Achiamé/SOCCI, 1979.
- MOREL,R.L.M. **Ciência e Estado:** a política científica no Brasil. São Paulo: T.A.Queiroz, 1979.
- MOTA,C.G. *Dilemas da produção científica no Brasil.* **Cadernos CEAS.** Salvador: n.64, p.31-4, nov/dez.1979.
- NORONHA,E.G. *Greves e estratégias sindicais no Brasil.* In: OLIVEIRA,C.A.B. et al. (org) **O mundo do trabalho:** crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, 1994, p.323 57.
- NUNES,C. *Formação dos intelectuais: conhecimento e poder.* In: BRANDÃO,Z. et al. **Universidade e Educação.** Campinas: Papirus, 1992, p.65-70. (Coletânea CBE)
- OLIVEIRA,F. **A Economia da dependência imperfeita.** 5.ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- PÉCAUT,D. **Os intelectuais e a política no Brasil:** entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- PETRAS,J. *Intelectuais, uma crítica marxista aos pós-marxistas.* **LUTAS SOCIAIS.** São Paulo: Xamã, n.1, p.1-27, 1996.
- PRANDI,R. **Os favoritos degradados - Ensino superior e profissões de nível universitário no Brasil hoje.** São Paulo: Loyola, 1982.
- PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO. **Ciência e Cultura.** São Paulo, v.39, n.2, p.116-123. Informe Especial
- QUARENTA E UM DIAS DE RESISTÊNCIA E LUTA: uma análise da greve feita por quem dela participou. **Cadernos do Trabalhador.** São Bernardo, n.1, 1980.
- REALIZADA EM SÃO PAULO A XXIX REUNIÃO ANUAL DA SBPC PREVISTA PARA FORTALEZA. **Ciência e Cultura.** São Paulo: v.29, n.8, p.937-49, ago.1977.
- RELATÓRIO MEIRA MATOS. **Paz e Terra.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.4, n.9, p.199-241, out.1969.

RIEZNIK,P. *Os intelectuais diante da crise: sobre a "intelligentsia" latino-americana.* **LUTAS SOCIAIS.** São Paulo: Xamã, n.1, p.29-47, 1996.

RODRIGUES,A.M. **Movimentos sociais.** Campinas: IFCH/UNICAMP, n.52, 1993. Primeira Versão.

RODRIGUES,L.M. **O declínio do sindicalismo corporativo.** Rio de Janeiro: BASE, 1991.

S.B.P.C: A QUEM SERVE A SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA? **Folhetim.** São Paulo, n.184, jul.1980.

SAES,D.A.M. **Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80.** Campinas: UNICAMP, 1989 (Coleção "Primeira Versão", n.2)

SANFELICE,J.L. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

SARTRE,J.P. **Em defesa dos intelectuais.** São Paulo: Ática, 1994.

SCHILLING,F.I. **Estudos sobre resistência.** Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação/Universidade de Campinas, 1991.

SCHWARTZ, Y. *Trabalho e Valor.* **Tempo Social:** Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v.8, n.2, p.147-156, out.1996.

SCHWARTZMAN,S. **Ciência, profissão e a questão da autonomia.** São Paulo, NUPES/USP, 1989.

SCHWARTZMAN,S. **Ciência, universidade e ideologia:** a política do conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SCHWARTZMAN,S. **Formação da comunidade científica no Brasil.** São Paulo: Nacional, 1979.

SCHWARTZMAN,S.; BALBACHEVSKY,E. **A profissão acadêmica no Brasil.** São Paulo: NUPES/USP, 1992.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICA CIENTÍFICA. **Anais.** Rio de Janeiro, CNPq, 1978.

SENNET,R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SHERWOOD,R.M. **Propriedade intelectual e desenvolvimento econômico.** São Paulo: Edusp, 1992.

SINGER,P. **A crise do "Milagre":** interpretação crítica da economia brasileira. 4.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOARES,G.A.D. et al. (int. e org.) **Os anos de chumbo:** a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SOARES,G.A.D. et al. (org) **A volta aos quartéis:** a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1995.

SOCIEDADE BRASILEIRA DOS FÍSICOS. *Empecilhos à atividade dos físicos: "cassações brancas".* Mimeogr.

TEIXEIRA,A. *A educação escolar no Brasil.* In: PEREIRA,L.; FORACCHI,M.M. **Educação e Sociedade.** São Paulo, Nacional, 1979, p.388-413.

TIOMNO,J. **Ciência, universidade e desenvolvimento.** São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, mar.1968. Notas de aula.

TOLEDO,C.N. **Fábrica de ideologias.** 2ed. São Paulo: Ática, 1982.

TOLEDO,C.N. *Intelectuais de esquerda e a questão da democracia.* In: BRANDÃO,Z. et al. **Universidade e educação.** Campinas: Papyrus, 1992, p.57-63. (Coletânea CBE)

TONELLA,C. **O urbanismo do desespero:** um estudo dos processos de luta pelo espaço urbano no Paraná - 1985-1992. Tese (Doutorado em História), UNESP-Assis, 1997.

TOURAINÉ,A. *Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes.* In: ALBUQUERQUE,J.A.G. (coord) **Classes médias e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.35-52.

UM DEPOIMENTO TRISTE. **Ciência e cultura.** São Paulo: v.29, n.10, p.1176-7, out.1977.

UMA TRINCHEIRA CHAMADA SBPC. **Folha de São Paulo: Folhetim.** São Paulo, n.184, 27.jul.1980.

VALLA,V.V e SILVA,L.W. **Ciência e tecnologia no Brasil: história e ideologia (1949-1976)**. Brasília: CNPq, 1981.

VIEIRA,S.L. **Universidade federal nos anos 80: o jogo da Política Educacional**. São Paulo, Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.

WEBER,M. **Ciência e política**. Duas vocações. São Paulo, Cultrix, 1970.

WEBER,M. **Economia e sociedade**. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília: UnB, 1991, v.1

A N E X O S

ANEXO I

Relação de SIGLAS

- ABC - Academia Brasileira de Ciência
- AD - Associação Docente
- ANDES - Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
- ANPG - Associação Nacional de Pós-Graduação
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- CAPES - Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
(MEC) (anterior Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior)
- CBPF - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
- CCT - Conselho Científico e Tecnológico (CNPq)
- CEP - Centro de Estudos e Pesquisas (FINEP)
- CET - Coordenação de Estudos (SUP/CNPq)
- CFE - Conselho Federal de Educação
- CNEN - Instituto de Pesquisas Espaciais (antiga Comissão Nacional de Energia Nuclear)
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
(antes de 1971 era chamada de Conselho Nacional de Pesquisa, com atribuições diferentes)
- CNPG - Conselho Nacional de Pós-Graduação
- COBAE - Comissão Brasileira de Atividades Espaciais
- CONAD - Congresso Nacional de Associações Docentes
- CRUTAC - Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
- ENAD - Encontro Nacional de Associações Docentes

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo
FEBRAD - Federação Brasileira das Associações de Docentes
Universitários
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos (SEPLAN)
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FUNTEC - Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (BNDE)
GEDEC - Grupo de Estudos sobre Desenvolvimento da Ciência (CEP)
GTRU - Grupo de Trabalho sobre Reforma Universitária
IEA - Instituto de Energia Atômica
IEN - Instituto de Energia Nuclear
IES - Instituição de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (MEC)
IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social
IPLAN - Instituto de Planejamento (IPEA)
ICSPS - International Council for Science Policy Studies
MEC - Ministério da Educação e Cultura
PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDAE - Plano Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais
PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação
PUC/RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SBF - Sociedade Brasileira de Física
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEPLAN - Secretaria do Planejamento (Governo Federal)
SNCT - Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia
SNI - Serviço Nacional de Informação
SUP - Superintendência de Planejamento (CNPq)
UNE - União Nacional dos Estudantes
USAID - United States Agency for International Development
USP - Universidade de São Paulo

ANEXO II

Dados Econômicos - 1970/1985

ANO	INFLAÇÃO	PIB ^(*)	PIB per ^(*)
	TAXA%	US\$ bilhões	capita ^(*) US\$
1970	17	174,7	1.870
1971	25	194,5	2.031
1972	22	217,6	2.220
1973	27	248,1	2.471
1974	35	268,4	2.609
1975	28	282,4	2.680
1976	44	311,5	2.886
1977	39	326,7	2.958
1978	40	343,1	3.035
1979	71	366,4	3.166
1980	94	400,2	3.381
1981	88	382,7	3.168
1982	103	384,8	3.124
1983	173	371,4	2.958
1984	203	391,3	3.056
1985	264	422,4	3.236

Fonte: ICV/DIEESE, in: Indicadores DESEP, 1994.
(*) valores referentes a dez/93

ANEXO IV

COMPOSIÇÃO DO CCT* Conselho Científico e Tecnológico

O Conselho científico e Tecnológico - CCT é constituído de 32 membros, conforme estabelece o Art. 8º do Decreto 75.241, de 16.01.1975, modificado pelo Decreto 77.353 de 30.02.76, sendo 17 membros natos e 15 membros designados pelo Presidente da República, com mandato de 2 anos, sendo permitida a recondução por uma vez. São membros natos do CCT:

- I - Presidente do CNPq
- II - Vice-Presidente do CNPq
- III - Presidente da Academia Brasileira de Ciência
- IV - Superintendente do IPLAN/IPEA
- V - Secretários Gerais ou titulares dos
órgãos setoriais de Ciência e Tecnologia dos
Ministérios:
 - 1. da Indústria e Comércio
 - 2. da Agricultura
 - 3. da Saúde
 - 4. das Comunicações
 - 5. da Educação e Cultura
 - 6. do Interior
 - 7. das Minas e Energia
 - 8. dos Transportes
 - 9. das Relações Exteriores
 - 10. da Fazenda
- VI - Presidente do BNDE
- VII - Representante do EMFA
- VIII - Presidente da FINEP

(*) BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Planejamento/CNPq. **III PBDCT - Plano básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1980/1985).** Brasília: [1980?]

ANEXO III

Expansão dos cursos de pós-graduação 1964 a 1984

Ano	Mestrado	Doutorado	Ano	Mestrado	Doutorado
1964*	22	1	1974	47	15
1965	11	1	1975	45	22
1966	8	-	1976	68	28
1967	14	1	1977	49	17
1968	23	5	1978	51	17
1969	25	3	1979	41	21
1970	68	36	1980	28	27
1971	68	32	1981	21	15
1972	80	19	1982	20	17
1973	70	19	1983	20	16
			1984	20	19

Fonte: Dados organizados a partir do documento BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/CAPEs. **Avaliação da pós-graduação:** síntese dos resultados. Brasília:1993.

* Até 1964

ANEXO VII

SBPC - Dados sobre as Reuniões Anuais no período (1949-1984)

Reunião	Ano	Cidade	Nº Membros	Nº Partic.
	1948	(fundação)	00.265	(fundadores)
I	1949	Campinas	00.576	104
II	1950	Curitiba	00.837	183
III	1951	Belo Horizonte	01.100	337
IV	1952	Porto Alegre	01.266	358
V	1953	Curitiba	01.448	258
VI	1954	Ribeirão Preto	01.643	318
VII	1955	Recife	01.790	203
VIII	1956	Ouro Preto	01.898	344
IX	1957	Rio de Janeiro	01.990	349
X	1958	São Paulo	02.112	331
XI	1959	Salvador	02.112	308
XII	1960	Piracicaba	02.112	331
XIII	1961	Poços de Caldas	02.709	313
XIV	1962	Curitiba	02.862	936
XV	1963	Campinas	03.100	949
XVI	1964	Ribeirão Preto	03.500	961
XVII	1965	Belo Horizonte	04.100	974
XVIII	1966	Blumenau	04.600	1.019
XIX	1967	Rio de Janeiro	05.100	1.064
XX	1968	São Paulo	05.300	1.109
XXI	1969	Porto Alegre	06.100	1.154
XXII	1970	Salvador	06.600	1.200
XXIII	1971	Curitiba	07.300	1.501
XXIV	1972	São Paulo	07.700	1.808
XXV	1973	Rio de Janeiro	08.200	1.734
XXVI	1974	Recife	09.200	1.640
XXVII	1975	Belo Horizonte	09.800	3.150
XXVIII	1976	Brasília	10.800	4.380
XXIX(*)	1977	São Paulo	12.300	3.835
XXX	1978	São Paulo	15.412	3.795
XXXI	1979	Fortaleza	16.123	3.763
XXXII	1980	Rio de Janeiro	16.904	4.464
XXXIII	1981	Salvador	17.475	6.006
XXXIV	1982	Campinas	18.228	3.480
XXXV	1983	Belém	19.047	3.947
XXXVI	1984	São Paulo	20.242	5.108

(*) No período de 1978-1984, a informação foi obtida na SBPC

Fonte: FERNANDES, A.M. **A construção da ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília, CNPq/Ed.UnB/ANPOCS, 1990, p.52 e 65, de 1948 a 1980.

ANEXO VIII

DIRETORIAS DA SBPC - 1948/1985 **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**

1948/51	
Presidente	Jorge Americano
Vice-presidente	M. Rocha e Silva
Secretário geral	José Reis
Secretário	Gastão Rosenfeld
Tesoureiro	Paulo Sawaya
1951/53	
Presidente	F.José Maffei
Vice-presidente	M.Rocha e Silva
Secretário geral	A.Martins Penha
Secretário	J.Leal Prado
Tesoureiro	Paulo Sawaya
1953/55	
Presidente	H.Rheimboldt
Vice-presidente	M.Rocha e Silva
Secretário geral	Paulo Sawaya
Secretário	A.Carvalho da Silva
Tesoureiro	A.Martins Penha
1955/57	
Presidente	Anísio Teixeira
Vice-presidente	M.Rocha e Silva
Secretário geral	Paulo Sawaya
Secretário	Erasmio G.Mendes
Tesoureiro	A.Martins Penha
1957/59	
Presidente	Anisio Teixeira
Vice-presidente	M.Rocha e Silva
Secretário geral	Paulo Sawaya
Secretário	Erasmio G.Mendes
Tesoureiro	A.Martins Penha

1959/61	
Presidente	J.Baeta Viana
Vice-presidente	J.Leite Lopes
Secretário geral	Erasmio G.Mendes
Secretário	L.Gouveia Laboriau
Tesoureiro	A.Martins Penha

1961/63	
Presidente	J.Baeta Viana
Vice-presidente	Haity Moussatché
Secretário geral	Gastão Rosenfeld
Secretário	Olga B.Henriques
Tesoureiro	Wolfgang Bucherl

1963/65	
Presidente	M.Rocha e Silva
Vice-presidente	J.Ribeiro do Vale
Secretário geral	Wolfgang Bucherl
Secretário	A.Carvalho da Silva
Tesoureiro	J.Lopes de Faria

1965/67	
Presidente	M.Rocha e Silva
Vice-presidente	J.Ribeiro do Vale
Secretário geral	Wolfgang Bucherl
Secretário	Warwick E.Kerr
Tesoureiro	Domingos Valente

1967/69	
Presidente	M.Rocha e Silva
1. Vice-presidente	Warwick E.Kerr
2. Vice-presidente	J.Ribeiro do Vale
Secretário geral	Domingos Valente
1. Secretário	R.Ribeiro Branco
2. Secretário	P.Nogueira Neto
Tesoureiro	Simão Matias

1969/71	
Presidente	Warwick E.Kerr
1. Vice-presidente	Sergio Mascarenhas
2. Vice-presidente	Wilson T.Beraldo
Secretário geral	Simão Matias
1. Secretário	R. Ribeiro Franco
2. Secretário	Carlos B.de Lyra
Tesoureiro	E.Giesbrecht

1971/1973

Presidente

1. Vice-presidente

2. Vice-presidente

Secretário geral

1. Secretário

2. Secretário

Tesoureiro

Warwick E.Kerr

Sergio Mascarenhas

Wilson T.Beraldo

Simão Matias

Gastão Rosenfeld

Willy Beçak

Renato Basile

1973/75

Presidente

1. Vice-presidente

2. Vice-presidente

Secretário geral

1. Secretário

2. Secretário

Tesoureiro

Oscar Sala

C.Alberto Dias

C.Chagas Filho

L.Edmundo de Magalhães

Carolina M.Bori

Eliane E.de Azevedo

Renato Basile

1975/77

Presidente

1. Vice-presidente

2. Vice-presidente

Secretário geral

1. Secretário

2. Secretário

Tesoureiro

Oscar Sala

Newton Freire-Maia

Crodowaldo Pavan

L.Edmundo de Magalhães

Carolina M.Bori

Eliane E. de Azevedo

Renato Basile

1977/79

Presidente

1. Vice-presidente

2. Vice-presidente

Secretário geral

1. Secretário

2. Secretário

Tesoureiro

Oscar Sala

Wilson T.Beraldo

F.Moura Salzano

Carolina M.Bori

Carlos R.Diniz

E.Penna Franca

Renato Basile

1979/81

Presidente

Vice-presidente

Vice-presidente

Secretário geral

Secretário

Secretário

Secretário

1. Tesoureiro

2. Tesoureiro

José Goldemberg

A.Barbosa Machado

A.Candido de Mello e Souza

Carolina M.Bori

D.Fontoura de Almeida

Henrique Krieger

Ernst Hamburger

Igor I.G.Pacca

Renato S.B.Cordeiro

1981/83
Presidente
Vice-presidente
Vice-presidente
Secretário geral
Secretário
Secretário
Secretário
Tesoureiro
Vice-tesoureiro

Crodowaldo Pavan
Aziz Ab'Saber
Carolina M.Bori
José A.Rodrigues
Ademar Freire-Maia
Henrique Krieger
Darcy F.de Almeida
Igor I.G.Pacca
Antonio C.Stort

1983/85
Presidente
Vice-presidente
Vice-presidente
Secretário geral
Secretário
Secretário
Secretário
Tesoureiro
Vice-tesoureiro

Crodowaldo Pavan
Aziz Ab'Saber
Carolina M.Bori
Ademar Freire-Maia
Igor I.G.Pacca
João L.Azevedo
Octavio G.C.Alves Velho
André L.P.Perondini
Antonio C.Stort

Fonte: FERNANDES, A.M. **A construção da ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília: Ed.UnB, 1990, p.52-65, para o período de 1948 a 1980. Nos demais períodos a fonte foi a SBPC.

ANEXO IX

Reformulação dos Estatutos da SBPC^(*)

A proposta de reformulação dos Estatutos da SBPC que estará sendo apresentada à Assembléia Geral de 13.07.78, prevê no seu artigo 4º, § 3, a exclusão do direito de voto aos estudantes de graduação e pós-graduação nas futuras assembleias da entidade. O artigo 16, item c, da mesma proposta de reforma dos Estatutos, estabelece que as sugestões de nomes para os cargos da Diretoria e do Conselho deverão ser apresentadas pelo próprio Conselho ou grupos de pelo menos 500 sócios.

A Assembléia Nacional dos Estudantes de Pós-GRaduação analisou estes dois pontos e firmou posição contrária à aceitação, na presente forma, desta proposta de reformulação dos atuais Estatutos e propõe a discussão ampla e profunda dos Estatutos em vigor.

PORQUE:

1) Acreditam os pós-graduandos que qualquer proposta de reforma dos atuais Estatutos deverá promover a democratização da estrutura diretiva desta Entidade, o que não é alcançado na presente proposta;

2) Denunciam os pós-graduandos a inadequação dos atuais Estatutos pelo que os mesmos contém de centralização de decisões o "fechamento" das linhas de atuação da SBPC, entidade que hoje deve estar comprometida com aluta pela democratização de sua estrutura, ponto por onde necessariamente passa a luta de todas as instituições nacionais, a qualquer nível de atuação do povo brasileiro, no sentido mais geral da superação das contradições da nossa sociedade;

3) Entendem a SBPC como um importante palco de debates sobre as articulações da Ciência com os rumos da sociedade. Sendo eminentemente política esta discussão, cabe denunciar toda e qualquer tentativa de esvaziá-la, tais como colocações de "Neutralidade da Ciência" e outras que só fazem encobrir as verdadeiras questões;

4) Entendem que o futuro da SBPC está ligado ao futuro da nação, e seu papel é o de abrir ao povo os benefícios que a ciência e a cultura lhes podem proporcionar;

5) Entendem, igualmente, que a SBPC deve abrir-se para a sociedade brasileira e não elitizar-se, comprometendo-se com o sistema vigente, atrelando o desenvolvimento da ciência aos interesses de uma minoria privilegiada;

6) Finalmente, reafirmar o seu repúdio à tentativa de exclusão dos estudantes de graduação e pós-graduação, e propõem a revisão dos atuais Estatutos a partir de uma ampla discussão dos mesmos, visando prioritariamente a abertura crescente da SBPC rumo à sociedade brasileira.

(*) Extraído de MORAES,R.C. e SMAILI,S. (Org.) *O movimento nacional dos pós-graduandos e seus vinte anos de história*. **Revista da ANPG**. São Paulo, [19-], p.231-2.

ANEXO XIII

DIRETORIAS DA ANDES (período 1981/1986)

1ª Diretoria da ANDES - 1981-82 (Eleição em Congresso Nacional de Docentes Universitários)

Presidente: Oswaldo Maciel (ADUFSC)
1º Vice-Presidente: Agamenon Tavares de Almeida (ADUFC)
2º Vice-Presidente: Laurindo Leal Filho (APROPUCSP)
Secretário Geral: Luiz Pinguelli Rosa (ADUFRJ)
1º Secretário: Newton Lima Neto (ADUFSCar)
2º Secretário: Flavio Valente (APUB)
1º Tesoureiro: Minde Badaui de Menezes (ADUFGO)
2º Tesoureiro: Francisco José C. Alves (ADUFPB/CG)

2ª Diretoria da ANDES - 1982-84 (Eleições diretas)

Presidente: Luiz Pinguelli Rosa (ADUFRJ)
1º Vice-Presidente: Flavio Valente (APUB)
2º Vice-Presidente: Aloizio Mercadante (APROPUCSP)
Suplente: Rubens Pinto Lyra (ADUFPb-JP)
Secretário Geral: Newton Lima Neto (ADUFSCar)
1º Secretário: Raul Guenther (APUFSC)
2º Secretário: Ubirajara Dores Rebouças (APUB)
Suplente: Wolfgang Leo Maar (ADUFSCar)
1º Tesoureiro: Marco Antonio S. Leite (ADUFG)
2º Tesoureiro: Maria José Feres Ribeiro (APES-JF)
Suplente: Moema Soares de Castro (ADUFPb-CG)

3ª Diretoria da ANDES - 1984-86 (Eleições diretas)

Presidente: Maria José Feres Ribeiro (APES-JF)
1º Vice-Presidente: Carlos A.F. Martins (APROPUCSP)
2º Vice-Presidente: Wolfgang Leo Maar (ADUFSCar)
Suplente: Sadi Dal Rosso (ADUnB)
Secretário Geral: Raul Guenther (APUFSC)
1º Secretário: Sidney S. F. Solis (ADUSU)
2º Secretário: Emmanuel José Appel (APUFPR)
Suplente: Pedro Antonio Ceccato (ADUFPB)
1º Tesoureiro: Benedito Tadeu Cesar (ADUFES)
2º Tesoureiro: José Sergio Gabrielli de Azevedo (APUB)
Suplente: Arlindo dos Santos Raposo (APRUMA)

ANEXO XIV

ENCONTROS DO MOVIMENTO DOCENTE

- 1979** - I ENAD - Encontro Nacional de Associações Docentes
De 15 a 18 de fevereiro, São Paulo/SP
- 1980** - II ENAD - Encontro Nacional de Associações Docentes
De 25 a 29 de fevereiro, João Pessoa/PB
- 1981** - III ENAD - Encontro Nacional de Associações Docentes
De 16 a 17 de fevereiro, Campinas/SP
- Congresso Nacional de Docentes Universitários
De 18 a 20 de fevereiro, Campinas/SP (criação da ANDES)
 - I CONAD - Conselho Nacional de Associações Docentes
De 17 a 19 de abril, São Paulo/SP
 - II CONAD - Conselho Nacional de Associações Docentes
De 6 a 7 de julho, Salvador/BA
 - III CONAD - Conselho Nacional de Associações Docentes
De 23 a 25 de outubro, Brasília/DF
- 1982** - IV CONAD - Conselho Nacional de Associações Docentes
De 16 a 18 de abril, Natal/RN
- V CONAD - Conselho Nacional de Associações Docentes
De 09 a 13 de junho, Belo Horizonte/MG
 - VI CONAD - Conselho Nacional de Associações Docentes
De 17 a 19 de setembro, Vitória/ES
- 1983** - II Congresso Nacional da ANDES
De 31 de janeiro a 5 de fevereiro, Fortaleza/CE
- VII CONAD - Conselho Nacional de Associações Docentes
De 3 a 4 de junho, Rio de Janeiro/RJ
 - VIII CONAD - Conselho Nacional de Associações Docentes
De 8 a 9 de outubro, Goiânia/GO
- 1984** - III Congresso Nacional da ANDES
De 13 a 17 de fevereiro, Piracicaba/SP